



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 96

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA - FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

ADVOCACIA GERAL	Capa
TAQUIGRAFIA	2167
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2207

ADVOCACIA GERAL

Extrato Contrato nº 14/ALR/RO/2016 Processo Administrativo nº 03613/2016-56

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO
Contratada: NISSEY MOTORS LTDA

DO OBJETO: Constitui objeto deste CONTRATO Aquisição de três veículos automotores cabine simples utilitário, tipo caminhonete, Modelo Toyota Hilux 2.8 L, licenciado, seguro total com franquia reduzida, assistência técnica autorizada na cidade de Porto Velho e três anos (36 meses) ou quando atingir 100.000km, conforme especificado na Proposta de Preço e Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro - são partes integrantes do presente contrato:

- a) Edital licitação e seus anexos
- b) Proposta de preço devidamente homologada.

Parágrafo Segundo – Os veículos deverão ser entregues na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no departamento de logística.

DO PRAZO: A vigência do Contrato será de 36 (trinta e seis) meses ou quando atingir 100.000km, contados a partir de sua assinatura, tomando-se por base a garantia mínima estabelecida.

DO VALOR: O valor total do presente Contrato é de R\$ 359.400,00 (trezentos e cinquenta e novem mil e quatro centos reais), sendo apresentado valor unitário da Caminhote, modelo Hillux 2.8L de R\$ 119.800,00 (cento e dezenove mil e oitocentos reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Todas as despesas decorrentes do fornecimento dos bens, objeto do presente Contrato, correrão à conta da seguinte programação:

Fonte de Recurso: 0100
Natureza de Despesa – 449052
Programa de Trabalho – 04122201310520000
Empenho: 2016NE00738
Valor R\$ 359.400,00.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE CONTRATO, registrado às fls. 14 do Livro Especial de CONTRATOS da Advocacia Geral da Assembleia, que depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho – Presidente
Arido Lopes da Silva - Secretário-Geral

Contratada: Nissey Motors Ltda - CNPJ/MF n.º 04.996.600/0001-02

Mário Missumi - Diretor

Visto: Whanderley da Costa Silva - Advogado-Geral Adjunto

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

ERRATA**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2013, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA PNA PUBLICIDADE LTDA.**

Publicado no DIÁRIO OFICIAL DA ALE/RO nº 095, capa, em 10 de junho 2016.

Onde se lê:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2013

Leia-se:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2013

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 17 de Maio de 2016

Presidência dos Srs.

Edson Martins - 1º Vice-Presidente
Glaucione - 2º Secretária
Maurão de Carvalho - Presidente
Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente
Laerte Gomes - Deputado

Secretariados pelos Srs.

Lebrão - 1º Secretário
Cleiton Roque - Deputado

(Às 15 horas 10 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuino Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT), Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 24ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

(Às 15h18min o senhor Edson Martins passa a Presidência à senhora Glaucione)

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Queremos agradecer a presença do senhor Laerte Queiroz, Prefeito do Município de Nova Mamoré; também conta com a presença do Vereador Menudo, Presidente da Câmara de Nova Brasilândia; senhor Flávio Leite, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Rondônia – SINDERON. Também as senhoras Roberta de Oliveira e Nair Diones, Suziane Ferreira, Comissão dos aprovados da SESA, 2015; senhores servidores da enfermagem do Estado de Rondônia; senhor Germano Soares, Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários – SINTEC e da FEBRAFISCO – Rondônia. Senhora Mirtes Feitosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Executivo do Estado de Rondônia – SINTRAER; o senhor João Henrique, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros; Excelentíssimos Vereadores João Luiz, Geraldo da Vitória, da Câmara Municipal de Alvorada d'Oeste. A todos no Plenário o nosso muito obrigado pela presença.

Em discussão a ata que acaba de ser lida. Em discussão e votação. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 75/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 26.813.817,55, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES”.

02 – Mensagem nº 76/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 366, de 6 de fevereiro de 2007, e altera e acrescenta dispositivos às Leis Complementares nº 826, de 9 de julho de 2015, e nº 827, de 15 de julho de 2015”.

03 – Mensagem nº 77/2016 – Poder Executivo, encaminhando veto total ao Projeto de Lei que “Dá nova redação a Ementa e altera dispositivos da Lei nº 3.177, de 11 de setembro de 2013, que ‘Autoriza o Poder Executivo a realizar a compensação de créditos tributários do Estado de Rondônia, relativos ao ICM e ICMS, inscritos em dívida ativa com débitos da Fazenda Pública, objeto de Precatório Judicial’ e dá outras providências”.

04 – Ofício nº 254/2016 – Polícia Militar do Estado, encaminhando resposta ao Requerimento nº 541/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid.

05 – Carta nº 232/2016 – CAERD, encaminhando resposta ao Requerimento nº 545/16, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

06 – Ofício nº 423/2016 – INCRA Superintendência Regional de Rondônia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 559/16, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

07 – Ofício nº 3.874/2016 – SEDUC, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2246, 2247, 2248, 2249, 2250/16, de autoria do Senhor Deputado Jean de Oliveira.

08 – Ofício nº 3.998/2016 – SEDUC, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2246, 2247, 2248 2249 e 2250/16, de autoria do Senhor Deputado Jean de Oliveira.

09 – Ofício nº 825/2016 – SEFIN, encaminhando Balanço Geral do Estado de Rondônia, exercício financeiro de 2015, em formato Pen Card.

10 – Ofício nº 188/2016 – Tribunal de Justiça, informando que a Senhora Deputada Lúcia Tereza, ré na Ação Penal nº 0000961-30.2015.822.0000, foi absolvida sumariamente.

11 – Ofício nº 127 – Conselho Estadual de Saúde de Rondônia, solicitando cópia da Emenda Coletiva Parlamentar que destina recursos para o Hospital de Câncer da Amazônia.

12 – Ofício nº 101/2016 – Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Rondônia, solicitando reunião com os Parlamentares desta casa, no dia 17 de maio de 2016, às 14 horas, para tratar de assunto referente ao PCCR SESAU e a situação do Decreto nº 20.858, de 09 de maio de 2016.

13 – Ofício nº 82/2016 – SUDAM, informando a celebração do convênio nº 825767/2015 com o Governo do Estado de Rondônia para a execução do projeto de “Aquisição de Equipamentos para Infraestrutura Básica”.

14 – Ofício Circular nº 001/2016 – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, comunicando da posse do Senhor Deputado Federal, Prof. Victório Galli, como Presidente da mesma.

15 – Ofício nº 221/2016 – SETUR, encaminhando informações sobre criação de estâncias turísticas no âmbito do Estado de Rondônia.

16 – Ofício nº 00585/2016 – Tribunal de Contas do Estado, comunicando o resultado do julgamento do Processo nº 00583/16/TCE-RO que trata da apuração dos valores dos repasses financeiros aos Poderes e Órgãos Autônomos – Exercício de 2016.

17 – Ofício nº 695 – SEPOG, solicitando informações sobre a programação orçamentária a ser deduzida em sua unidade no montante de R\$ 1.673.869,53 para atender o MPE e a DPE.

18 – Ofício Circular nº 357/2016 – UNALE, solicitando, até o dia 26 de maio, a indicação de dois Parlamentares filiados para representarem a ALE/RO no Conselho Deliberativo.

19 – Ofício Circular nº 358/2016 – UNALE, solicitando, até o dia 26 de maio, que a ALE/RO manifeste interesse em sediar a “XXI Conferência Nacional da Unale” a ser realizada em 2017.

20 – Memorando nº 009 - Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar possível formação de cartel dos frigoríficos de abate de bovinos no Estado de Rondônia, encaminhando Relatório Final e Projeto de Resolução.

21 – Memorando nº 111 – Gabinete do Deputado Dr. Neidson de Barros, encaminhando Ofício nº 0019/ARRCT/16 e solicitando providências dentro da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

22 – Memorando nº 106 – Gabinete do Deputado Dr. Neidson de Barros, solicitando pedido de apoio com encaminhamento para Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

23 – Memorando nº 204 – Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando à presidência da ALE/RO denúncia com pedido de providências a respeito de viaturas baixadas por falta de manutenção no Município de Vilhena.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel, justificando ausência nas sessões dos dias 26 e 27 de abril de 2016.

25 – Requerimento do Senhor Deputado Léo Moraes, justificando ausência nas sessões dos dias 10 e 11 de maio de 2016.

26 – Comunicados nº AL011790 a AL011805/2016 e AL011839 a AL011882/2016 – Ministério da Educação, informando da deliberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

(Às 15h28min a senhora Glaucione passa a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido, passamos às Breves Comunicações. Com a palavra o ilustre Deputado Cleiton Roque, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.

O SR. CLEITON ROQUE – Cumprimentar o senhor Presidente Edson Martins; em nome do Deputado Edson cumprimentar a todas as Deputadas e os Deputados aqui presentes, os funcionários que nos assessoram, o público que nos acompanha aqui na galeria da Assembleia Legislativa, pessoas que nos acompanham pelos veículos de informação. Também uma saudação especial a cada um que nos acompanha neste momento. Cumprimentar, de maneira carinhosa, o Prefeito Laerte, aqui do município de Nova Mamoré, aqui presente, satisfação em tê-lo aqui; o Vereador Menudo, do município de Nova Brasilândia, aqui presente também; o Vereador Leandro, do meu Partido, lá do município de São Felipe; e cumprimentar a jovem Poliana, do PSB de Rolim de Moura, agradecer pela presença, está nos visitando na Casa hoje, é um prazer recebê-la, militante ativa que participa de maneira decisiva conosco.

Senhor Presidente, eu venho nessas Breves Comunicações registrar a sanção, foi sancionada na última quinta-feira, Deputado Lebrão, no município de Vilhena, uma realização do 3º Seminário de Florestas Plantadas, foi sancionada ali, aprovada na última quarta-feira por esta Casa, pelo Governador Confúcio Moura, eu fiz questão de visitar o município de Vilhena, acompanhar a nossa querida Deputada Rosângela Donadon no evento, na abertura do 3º Seminário, organizado pelo Governo do Estado, através da SEDAM, de fato registrando a importância do momento.

Como vocês sabem, o ano passado já estava sendo debatido, sendo preparado pelos técnicos da SEDAM deste Projeto da criação deste Programa, que eu não tenho dúvidas que vai contribuir muito para a economia do nosso Estado, principalmente do pequeno e médio produtor rural que passa a ter mais uma ferramenta econômica à sua disposição. Eu me lembro, no ano passado, quando utilizei a tribuna defendendo, enaltecendo este Programa e dizendo que era necessário a aprovação dele por esta Casa para que nós pudessemos fazer algumas alterações que pudessem vir desburocratizar esta atividade transformando-a em uma atividade econômica. O ano passado, quando este projeto chegou, foi feito um grande debate em uma audiência pública, foram propostas algumas alterações, foi retornado à Casa Ci-

vil, à COTEL e aos Técnicos da SEDAM para que fosse melhorado, baseando-se nos debates ocorridos aqui nesta Casa, e ele foi dado entrada na última segunda-feira. E nós, de maneira rápida, ágil, a Assembleia Legislativa, Deputado Aécio, aprovou três dias depois o protocolo, e aqui eu quero, Deputado Jesuíno, saudar a todos os vinte e quatro Deputados estaduais que aprovaram esta matéria. Fazer registro do agradecimento do Governador Confúcio Moura à Assembleia Legislativa, na quinta-feira, em Vilhena, quando ele disse da agilidade da Assembleia oportunizando mais um programa que de fato vai fortalecer e vai dar condição ao pequeno e médio produtor. Só para vocês terem noção, este programa, ele após a aprovação da Lei, passa a ser tratado como atividade comercial. O que é que significa isso, Deputado Edson Martins? Que um projeto de reflorestamento, até a aprovação desta lei, dentre outras questões, só de maneira simplificada, quando fosse chegar ao momento de exploração tinha que ser através do Projeto de Manejo, a partir da aprovação da lei, através de uma nota fiscal transformando em uma atividade comercial.

Então, a gente saúda, a gente parabeniza o Governo do Estado por protocolar esse Projeto de Lei, por estar de fato dando uma atenção a este Programa. Nós sabemos que pode ser uma atividade comercial, que pode trazer um grande valor econômico ao nosso Estado. Só para Vossas Excelências terem uma noção, países como a Finlândia, hoje a principal atividade econômica é o cultivo de floresta reflorestada, replantada. Então a gente verifica que em Rondônia implanta o primeiro Programa em nível nacional, e eu tenho certeza que pode contribuir muito para a melhoria da arrecadação, inclusive, do nosso Estado. A gente sabe que as reivindicações justas por parte das minorias, seja na área da Educação, da Saúde, como está presente aqui na nossa galeria, cobrando de maneira justa, e nós entendemos isso. É necessário que o Estado também, senhor Presidente, aumente a sua arrecadação para que a gente possa ampliar cada vez mais os investimentos das mais variadas áreas e esse programa contribui de maneira eficaz para o aumento de nossa arrecadação, dando, inclusive, uma nova condição ao pequeno e ao médio produtor do nosso Estado. Então, eu parabenizo o Governo do Estado, parabenizo a Assembleia Legislativa e agradeço aos 24 Deputados estaduais que não mediram esforços na última sessão realizada na semana passada e aprovada de maneira ágil este Projeto de Lei.

Era o que eu tinha para este momento, Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só para, como o Deputado Cleiton falou em questão de parabenizar aí os Deputados. Eu não posso falar a mesma coisa do senhor Governador Confúcio Moura, infelizmente eu vejo a tratativa com esse Parlamento diferenciado. A gente aprova Projeto de Lei aqui falando Parecer, todo tipo de coisa. A partir de hoje, Deputado Cleiton, a gente teve até uma discussão aqui e que quero aqui

até me desculpar o modo que tratei o Deputado Lebrão, mas o nosso papel, o nosso papel regimental e constitucional, não vou abrir mais mão, que fique claro aqui. Duas PECs já estão com o parecer jurídico, o Governo tem ainda o desprazer, o descaso, acabam de me informar o Emerson Castro acaba de me informar, já está até assinado, vão mandar para Conselho do Iperon. Isso é desrespeito, é palhaçada. Mas eu vou usar daqui a pouco o meu horário regimental da minha fala. Era só isso que eu tinha a falar.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra a ilustre Deputada Glaucione, por cinco minutos, sem apartes.

A SRA. GLAUCIONE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimentar todos os que nos visitam nesta Casa nesta sessão. Dizer, Sr. Presidente, que há alguns dias tivemos uma reunião com os policiais civis e nessa reunião foi discutido, Deputado Cleiton Roque, que se não votasse o PCCS dos policiais civis, os Deputados, em torno de 10 Deputados, fizeram compromisso que trancaria a pauta da Assembleia, então eu vejo assim como uma questão séria, responsável, e espero que o Governador, juntamente com sua equipe, dê uma resposta positiva aí para os policiais que na realidade estão lutando desde o ano passado. Nós temos dois fatores aqui que são antigos que precisam de uma solução, são os policiais civis que não entraram junto com os Delegados e também aquele corpo técnico da SEDAM que quando votamos o PCCS eles ficaram fora, cento e poucos funcionários. São duas situações que estão perdurando, que vem se reunindo e que precisa de uma decisão.

Mas também, o que me traz a esta tribuna é para falar exatamente sobre um projeto técnico, esse projeto foi realizado pelos médicos, principalmente pelo Dr. Júlio César da Rocha, que é um médico de Cacoal. Ele fez uma pesquisa sobre a questão do mercúrio, o tanto que o mercúrio é prejudicial, e nesse estudo dele ele coloca que o mercúrio, na realidade, é responsável pelo risco e má formação fetal congênita, principalmente de origem neurológica causada por mercúrio, está fartamente registrado na literatura. Às vezes nós vemos tantas coisas no Estado, por que tanto câncer, por que as APAEs estão cheias, por que o CERNIC está cheio, por que isso, por que aquilo? Mas graças a Deus nós temos pessoas ainda estudando os casos, e esse projeto eu protocolei na Casa em março, ele continua na CCJ, e alguns entendem que há vício de iniciativa, mas eu gostaria que o senhor Presidente colocasse esse projeto hoje para votar porque já passou março, abril, maio já está correndo, já está mais para o final do que para o começo e aqui eu não vou ler toda a justificativa, mas eu quero aqui passar alguns pontos para as pessoas entenderem, principalmente os senhores Deputados.

“Considerando que o peixe é alimento básico das comunidades ribeirinhas e que gestantes e crianças fazem uso diário e contínuo desse alimento”. Aqui coloca que “os trabalhos realizados na recuperação, revisão de estudos dedicados à presença do mercúrio na Amazônia, principalmente em áreas de garimpo, foram assinados pelo Presidente da República Luís Inácio da Silva, em 2008, com o objetivo de estar avaliando o potencial de acúmulo de mercúrio nos peixes no reserva-

tório previsto no rio Madeira". Então, é um médico lá de Cacoal, eu gostaria até que os senhores Deputados prestassem atenção neste assunto, porque é importante, talvez nós estamos tendo aí crianças com má formação em função desses peixes do rio Madeira ou da própria água do rio Madeira. Então, considerando que é alimento básico e que o mercúrio vai diretamente para os peixes; considerando que existe um potencial de risco à população ribeirinha e toda comunidade que vive de forma direta ou indireta no rio Madeira, seja bebendo água, comendo peixe, banhando-se, enfim, uma série de fatores que possa fazer com que todos que estão na bacia do rio Madeira possam se contaminar com o mercúrio, possa ser realizada de uma forma obrigatória nos hospitais obstétricos do SUS a coleta de sangue do cordão umbilical de todos os recém-nascidos que venham da bacia do rio Madeira para a dosagem de mercúrio neste cordão umbilical, esta coleta deverá ser registrada em prontuário por médicos e enfermagem".

Só para concluir, senhor Presidente, "o custo laboratorial deste exame envolvendo material para coleta e exame deverá ser custeado pelo SUS ou dentro do programa de retribuição das instalações das usinas do rio Madeira. O tempo da pesquisa se estima num total de aproximadamente 05 anos com uma equipe coordenadora da pesquisa que poderá e deverá realizar intervenção a qualquer momento se os resultados assim demonstrarem necessidades através dos meios necessários para preservação de vidas.

Presidente, esse Projeto ele encontra ainda sem parecer da CCJ, o Deputado Léo, ele é o relator, mas ele abre mão para vir ao Plenário para votação. Estou lutando por esse Projeto desde o ano passado, nós podemos estar tendo problemas com vidas de crianças com má formação em função do mercúrio. É muito importante fazer essa análise e descobrir se realmente isso acontece. Por isso, Presidente, eu peço que Vossa Excelência coloque na pauta de hoje a votação do Projeto da Análise do Cordão Umbilical para a dosagem do mercúrio.

As minhas palavras por hoje são essas. Obrigada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputada Glaucione. Vamos pedir, sim, com certeza, no momento, para que possa ser incluído na Ordem do Dia o Projeto de Vossa Excelência.

Eu gostaria de registrar a presença do ilustre Prefeito Laerte Queiroz, do município de Nova Mamoré, Prefeito Laerte, que hoje ele está aqui na galeria desta Casa também acompanhando, Deputado Adelino, Deputada Glaucione, Deputado Jesuíno, Deputado Laerte, que hoje ele está acompanhando a votação de um Projeto que vai ser na verdade uma alteração na Lei 3307, que é a Lei que normatiza sobre a celebração de convênio para investimentos, e foi proposta uma alteração hoje no Projeto de Lei, nesse Projeto de Lei aonde os municípios que não se encontram, que não têm regularização fundiária, mas que se encontra o Projeto em tramitação junto ao Terra Legal ou ao INCRA, que também se considere como documento a declaração do *Terra Legal*, e o Prefeito Laerte que tem investimento no Distrito de Nova Dimensão, no Distrito de Jacinópolis e um Distrito novo que ainda não tem documentos junto aos Cartórios de Imóveis, mas que tem um processo de regularização e que tem a Lei de Criação do Distrito e essa alteração desse Projeto de Lei, que é o Projeto de Lei nº 080 que já se encontra na Casa, foi protocolado hoje, mas já con-

versei, Prefeito Laerte, com os Deputados e os Deputados abriram mão até da tramitação na Comissão para que possa ser votado hoje esse Projeto que é importante, o Prefeito está celebrando um convênio para a construção de um Posto de Saúde lá no Distrito de Jacinópolis. E esse convênio só vai ser celebrado após aprovação dessa Lei que com certeza hoje aprovada e sancionada, o Prefeito terá condições de celebrar esse convênio ainda esta semana ou no máximo a semana que vem, Prefeito.

Então, agradeço a sua presença e fica registrado nesta Casa o apoio de todos os Parlamentares, que nós já conversamos com relação de apoio ao Projeto que interessa ao Distrito de Jacinópolis no município de Nova Mamoré, está aqui a alteração da Lei que regulamenta sobre os convênios do Estado e investimento de obras ou investimentos lá nos Distritos.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o ilustre Deputado Aécio da TV, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. AÉLCIO DA TV – Boa tarde a todos! Quero cumprimentar a Mesa em nome do Presidente Deputado Edson Martins, cumprimentar todos os colegas, cumprimentar todos que estão nas galerias, cumprimentar os servidores, a imprensa.

Presidente, o que me traz a esta Tribuna é que hoje eu encontrei com um cidadão que me fez uma cobrança e eu achei muito pertinente para a gente tocar no assunto. Ele me disse que ele trabalha no hospital Cosme e Damião, e ele fez uma reclamação. Todos sabemos que o Cosme e Damião é uma Unidade Hospitalar Infantil para atender casos de urgência, de emergência, de mais complexidade, e ele fez uma reclamação que as UPAS, os Postos de Saúde Municipais, as Unidades não têm pediatras e por esse motivo está sobrecarregando muito o Cosme e Damião, às vezes por coisa simples, às vezes o cidadão lá da Zona Leste, da Zona Sul, tem que levar o seu filho muitas vezes com febre apenas só por uma gripe, por um resfriado tem que parar lá no Cosme e Damião por falta de profissionais, de médicos pediatras nas UPAS de Porto Velho.

Então, é um problema, a gente tem recebido muitas reclamações por causa dos problemas de falta de médicos nas unidades básicas, nas UPAS e por isso eu disse para ele que faria esse pronunciamento para que ficasse registrado, para que as pessoas que estão nos acompanhando também em casa pela internet, pelo nosso site da Assembleia pudessem saber que nós também estamos preocupados, é uma preocupação de toda a sociedade, a saúde é um problema gravíssimo que aflige o País praticamente todo, não é diferente no Estado, mas onde poderia dar um atendimento mais humanizado que seria no hospital Cosme e Damião para esses tratamentos de maior complexidade está ocupando esses médicos pediatras especializados com coisas pequenas, simples, que poderia ser muito bem resolvido nas unidades básicas, lá nos postos de saúde, nas UPAS da Zona Leste, Zona Sul.

Por isso que faço aqui este pronunciamento, eu faço aqui essa reclamação que é uma demanda da população de Porto Velho que tem sofrido demais, Deputado Adelino Follador, o povo tem sofrido demais com essas UPAS. É falta de médico constante, constantemente tem problema envolvendo os profissionais, porque a população não aguenta a espera, que tem que esperar o tempo que tem que ficar e muitas vezes se exalta. E nós temos, já tem acontecido problemas de agres-

sões, problemas de envolver até polícia nas UPAS por causa da falta de profissionais.

Por isso eu venho aqui fazer essa reclamação e essa nota de repúdio contra o município. Sabemos que é um problema do município, que nós não temos interferência, ingerência direta, mas nós queremos aqui fazer esta reclamação.

Outra coisa que eu venho dizer aqui, Presidente, da minha alegria e satisfação de ver as emendas que eu tenho colocado na Educação acontecendo de fato e de direito. No orçamento do ano passado, eu coloquei cinco emendas para as Escolas do Projeto Integral, do Projeto Guaporé de Educação Integral, e a poucos dias foi feita a assinatura desse convênio. E esta semana eu pude visitar as cinco escolas, as obras iniciando, outras as obras já estão mais adiantadas, como é o caso do Colégio Marcus Freire, lá no Ronaldo Aragão, onde as três salas de aula que estão sendo construídas, já estão cobertas, rebocadas, já está em fase de acabamento. Nós temos as obras iniciando lá no Colégio Bela Vista, na Zona Sul. Iniciando também lá no Ulisses Guimarães, no Jardim Santana, iniciando no Colégio JK, ali no Agenor de Carvalho, e também iniciando as obras do Colégio Flora Calheiros, na Escola de Polícia. É muita alegria porque graças a Deus eu tive o privilégio de colocar dois milhões e trezentos e quinze mil na Educação, mais de 80% das minhas emendas eu quero apoiar integralmente a Educação. E se necessário for, colocarei os três milhões que tenho direito em emendas individuais na Educação, porque quero que as Escolas Estaduais de Porto Velho todas recebam emendas para melhorar a qualidade de ensino, para melhorar a estrutura que as nossas crianças tanto precisam para que tenha uma educação de qualidade.

Muito obrigado, Presidente. Extrapolei o tempo. Tenham todos uma ótima tarde.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, ilustre Deputado Aécio da TV. Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao ilustre Deputado Airton Gurgacz, por cinco minutos, sem apartes. Mas antes quero registrar a presença do senhor Chagas Raimundo, Diretor do SINJUR/RO e também do Raimundo de Almeida, Presidente da Associação Beneficente dos Usuários do Poder Público do Estado de Rondônia. Muito obrigado pela presença.

Com a palavra o ilustre Deputado Airton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, senhor Presidente, Deputado Edson Martins, boa tarde Deputados, Deputadas, a nossa imprensa aqui presente, plateia aqui presente.

Eu venho a esta tribuna hoje, senhor Presidente, para fazer um convite a toda a população de Rondônia, e em especial a população aqui da capital para a maior festa do agronegócio da Região Norte, que é a nossa 5ª *Rondônia Rural Show*. Onde nós teremos de mais trezentos e oitenta empresas expondo os seus produtos lá para a venda, vai ser uma feira de tecnologia e que nós outrora teríamos que sair do Estado de Rondônia para poder buscar essa tecnologia, conhecer essa alta tecnologia do agronegócio, do pequeno agricultor, do médio agricultor e do grande agricultor. Então, esse é o trabalho que nós estamos fazendo hoje aqui convidando a população. Sabemos que vamos receber doze comitivas de doze países que vão vir a Rondônia, a Ji-Paraná para participar da nossa *Rondônia Rural Show*. Também tivemos sábado a visita de vários companheiros aí, nossos irmãos bolivianos

que também querem vir a Rondônia fazer compras de equipamentos, maquinários, porque essa feira ela hoje é uma feira de alta tecnologia, antigamente como eu disse nós teríamos que ir fora de Rondônia, nos Estados do Sul, Sudeste, São Paulo, Rio Grande do Sul ver essa tecnologia. E hoje nós teremos no centro do Estado de Rondônia, que é Ji-Paraná, do dia 25 a 28. Encontramos vários empresários bolivianos em Ji-Paraná no sábado nos pedindo autorização para poder passar no Forte Príncipe da Beira com suas viaturas, com suas camionetes, mais de 50. Conversamos então com a Polícia Federal, está tudo resolvido, o Governo tem buscado também essa constância aí de acertar essa vinda aí, essa liberação pela Polícia Federal, o Governo, a Receita Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal vai acompanhar, um comboio de 50, mais de 50 camionetes, Deputado Adelino e Deputado Lazinho, nós que lá já estivemos várias vezes, fomos bem tratados lá na Bolívia, fomos bem recebidos pelos Governadores, nós Deputados, eu estive com o vice-Governador. Mas tivemos uma notícia muito ruim que a Receita Federal está ameaçando de não deixar entrar os carros bolivianos aqui no Brasil, diz que vai prender todos os automóveis e camionetes. Então, nós fizemos um apelo ao Governador, ao vice-Governador que falasse lá com o Senador Raupp, o Senador Acir, para que interferissem junto à Receita Federal em Brasília, para que possa autorizar que essas pessoas entrem. Porque todas as vezes que nós aqui desta Casa, pessoas do Governo do Estado de Rondônia, nos dirigimos à Bolívia, sempre fomos bem recebidos e bem tratados e nunca houve um empecilho para lá entrar naquele país. E agora a nossa Receita Federal, a Polícia Federal não tem problema, a Polícia Rodoviária Federal não tem problema, o Exército liberou para que a balsa passe lá no Forte Príncipe da Beira. Agora, a Receita Federal não quer deixar, ameaçando, essa foi a notícia que está no gabinete do Governador, que se alguém da Bolívia entrar, eles vão prender a camionete na entrada, quer dizer, minha gente, o Brasil está numa situação difícil financeira, nós precisamos vender e os bolivianos estão vindo aí, mais de 50, 50 automóveis aí com mais, talvez 200 pessoas para comprar os nossos equipamentos e ver também as nossas tecnologias, que as maiores tecnologias de lançamento estarão em Ji-Paraná, expostas por 380 empresas.

Então, a Receita Federal, vem agora querer prender os carros na hora que atravessarem no território brasileiro. Então, o apelo que nós fizemos hoje lá, e o Governador também fez, o vice-Governador, o Senador Acir e o Senador Raupp, que vá até a Receita, porque nós precisamos vender, nós precisamos melhorar a nossa receita de venda de máquinas, de tratores, toda essa tecnologia que nós temos aqui no Brasil, para vender, 12 países virão, mas a Bolívia e os bolivianos são nossos vizinhos, sempre nos receberam bem, querem comprar de nós, nós precisamos vender, precisamos melhorar a receita, precisamos aumentar o emprego no país e a gente se depara com uma situação dessa.

Então, o que nós esperamos, na verdade, é que a gente consiga que os Senadores, eu até falei ao Governador: *Governador Confúcio, agora o Temer é seu amigo, o Temer é do PMDB, o senhor mesmo pode ligar lá para ele solicitando aí que libere essa questão aí da Receita Federal que venha liberar a entrada dos bolivianos no país, porque se for vender alguma coisa, o maquinário que a gente for vender dentro da Feira, vai sair com a nota, já vai sair com imposto pago, o*

problema teria que ser dos bolivianos receber do outro lado as suas mercadorias e como pagar imposto para adentrar ao país deles nós não teríamos problemas, mas a gente ver essa ameaça aí da Receita Federal, tomara que a gente consiga resolver, porque não é possível um país que precisa vender, precisa faturar, precisa empregar, precisa receber bem os nossos irmãos bolivianos, como nós lá sempre fomos recebidos, aqui todos os Deputados Estaduais já estiverem lá, foram tratados como seres humanos da melhor qualidade.

Agora, nós não podemos fazer isso. Agora, os belos que ficam lá em Brasília de repente querem travar uma entrada de bolivianos que vêm fazer compra, trazer renda. Então, é com muita tristeza que a gente ver isso. Mas a esperança nossa é que o Senado Federal, através do nosso Governo, não sei se pode dar aparte aí, Presidente, mas o Deputado Cleiton Roque quer apartear.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem, sim.

O SR. AIRTON GURGACZ – Concedido.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem. Só para saudar o Deputado Airton que está fazendo aí referência a realização de *Rondônia Rural Show*, que começa na próxima semana. Parabenizar pelo posicionamento, até nós, esse tema foi fruto até de uma situação mal colocada na semana passada. Estávamos juntamente com Vossa Excelência, também com o Deputado Aécio da TV na Comissão de Indústria e Comércio e aí houve um debate referente as Feiras de Pimenta Bueno, da *Rondônia Rural Show* e aí repercutiu na imprensa que eu tinha feito sérias críticas ao Secretário Evandro Padovani. Vossa Excelência estava lá comigo e sabe que eu nem citei nome de Secretário na discussão lá e reconhecendo a importância que tem sim da *Rondônia Rural Show*, como teve a Feira realizada em Porto Velho, como tem a de Pimenta Bueno, que é a oportunidade que tem de fazer exposição das potencialidades de cada região e de fato é um local onde é vendido aquilo que nós temos de melhor produto no nosso Estado.

Então, parabenizar o Governo do Estado pela realização do *Rondônia Rural Show*, as ações do Secretário Evandro Padovani e de Vossa Excelência que é um Deputado de Ji-Paraná, tem feito uma belíssima atuação por todo o nosso Estado, mas principalmente pela região central do nosso Estado e lá na sua cidade sedia a *Rondônia Rural Show*. Então, de fato, nós estaremos lá presentes, semana que vem a capital de Rondônia vai se tornar Ji-Paraná, com certeza, só saudá-lo pelo grande evento que é realizado em Ji-Paraná, Deputado Airton.

O SR. AIRTON GURGACZ – Muito obrigado, Deputado. É um evento que hoje leva Rondônia para o Brasil e para o mundo, porque nós temos doze comitivas internacionais. Então, eu quero parabenizar o Governo do Estado, eu quero parabenizar o Secretário Padovani por esse belíssimo trabalho que tem sido feito, e mostrar a nossa produção de Rondônia, tudo que nós podemos produzir na parte agrícola, porque a agricultura que mantém este país, a agricultura que mantém este Estado, é o agronegócio. Agora, quando você se depara de repente com a

Receita Federal não deixar entrar pessoas que é para querer negociar, comprar nossos produtos brasileiros, a gente fica entristecido. Mas eu tenho certeza que o Governador quer vender, é um sonho dele, foi uma das pessoas que junto, quando eu era vice dele, idealizou essa *Rondônia Rural Show* no centro do Estado, é uma da décima feira já do país alcançando o negócio. Este ano está previsto um negócio de oitocentos milhões de reais, então, quer dizer, é para Rondônia e para nós um orgulho.

Então, por isso, senhores, eu faço aqui, aproveito para cumprimentar também o Prefeito Laerte, lá de Nova Mamoré, a toda a sua comitiva, aos outros Prefeitos que aí estão, a todas as pessoas e convidá-los a ir ver a maior feira aqui da Região Norte, que é o orgulho para nós rondonienses, para os agricultores de Rondônia, para o pequeno, para o médio, para o grande agricultor. É isso que nós esperamos que esse impasse da Receita seja resolvido e que nós possamos ter só alegria nessa questão, e eu tenho certeza que teremos, sim, porque não é possível que essas coisas aconteçam aqui em Rondônia.

Então, muito obrigado, senhor Presidente, desculpe-me por ter passado do tempo aí, mas, Deputado Lazinho, é uma questão importantíssima que nós temos que convidar a população, pequeno, médio, grande, e as pessoas que também não são agricultores, para ir e ver a festa magnífica que é esse show de tecnologia que é a *Rondônia Rural Show*.

Boa tarde a todos e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Airton Gurgacz. Parabéns pela sua fala tão pertinente. Eu só gostaria de registrar aqui também a presença do Vereador Paulo Silva, da Câmara Municipal de Buritis, também registrar a presença do Vereador e Presidente da Câmara de Mirante da Serra, Vereador Adineudo Andrade. Obrigado, Vereador Adineudo, nosso amigo, pela presença. Registrar também a presença dos residentes do DER de Ouro Preto d'Oeste, Adnaldo Andrade, ex-Prefeito, ex e futuro Prefeito do Município de Mirante da Serra, parabenizar Adnaldo pelo grande trabalho que você tem feito frente à Residência de Ouro Preto. Eu acho que é digno de reconhecimento o trabalho que o Adnaldo de Andrade tem feito em toda região da grande Ouro Preto, parabéns. Quem dera se toda Residência do DER do Estado de Rondônia estivesse bem servido quanto a Residência do DER, com o diretor que tem, que tem feito um grande trabalho, muito obrigado. Registrar também a presença do Chiquinho da Emater, nosso amigo aqui presente, nosso companheiro e grande trabalho prestado aí frente à Emater.

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o ilustre Deputado Léo Moraes, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente da Casa em exercício, Deputado Edson Martins, gostaria de cumprimentá-lo, saudar todos os Deputados estaduais da egrégia Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; cumprimentar todos da imprensa; os servidores desta Casa; saudar de maneira muito especial a todos que nos prestigiam com suas presenças nesta Sessão Ordinária; cumprimentar o Prefeito de Nova Mamoré, o Laerte, que também está aqui conosco, Presidente da Associação dos Mototaxistas, nosso suplente futuro Depu-

tado Estadual Chiquinho da Emater, está aqui conosco, os representantes de categorias SINSEPOL, através do seu Presidente Rodrigo, Presidente do SINDERON, o Flávio, que também está aqui conosco. Vale registrar que o motivo da minha presença aqui na tribuna é exatamente para discutir acerca dos servidores públicos, discutir acerca dos planos de cargos e carreiras, remunerações das diversas atividades profissões da administração. E dizer a todos de forma muito sucinta e muito breve, que nós apresentamos, já foi feito protocolo, já que há de se discutir plano de cargos, carreira e remuneração, nós não podemos nos furtar em debater com profundidade o decreto 20.858, vinte mil oitocentos e cinquenta e oito, que retira direitos adquiridos dos servidores e que impede discussão de plano de cargo, carreiras e remuneração, assim como contratação de servidores de modo que passaram por um certame, por um concurso, estão aprovados e não empossados, que retira abono permanência, que retira uma série de outras garantias ainda que entendemos que tivemos alguns avanços como, por exemplo, a diminuição de cargos comissionados, isto é, já está previsto nesse decreto, que se diminua o número de cargos comissionados ao passo em que existe esse Projeto do Executivo. Existe um Projeto de minha autoria que já tramita neste Poder Legislativo para limitar em 20% o número de cargos comissionados na administração pública. Se nós queremos austeridade, se nós queremos eficiência, se nós queremos contenção de despesa, nós temos que, sobretudo, cortar na carne e não afligir as pessoas que já fazem parte do quadro dos servidores do nosso Estado de Rondônia, e que certamente procuram estabilidade e garantias quando se faz o concurso. É para isso que as mães sempre falam aos filhos: *“Façam concurso público, você vai ter sua garantia, você vai ter o 13º; você vai ter, muitas vezes, sua licença-prêmio; seu abono permanência para continuar contribuindo com o Estado,”* e não é isso que está sendo realizado hoje. E nós entendemos que existem inconsistências jurídicas nesse Decreto assinado pelo nosso querido Governador e queremos contribuir de modo a fazer um debate profundo e saudável. Tivemos Audiência Pública dia desses com a CSB, a Central dos Sindicatos do nosso Brasil, para discutir o PLC 157, que em âmbito federal retira também os direitos durante dois anos dos servidores públicos. E agora estão trazendo para a nossa realidade para tentar coibir um mal maior, que é prejudicar o andamento da máquina, através dos servidores públicos que há anos, a exemplo do Flávio e de todos relacionados na área da saúde, principalmente da enfermagem, estão desde 2012 com o seu debate já iniciado e até hoje não tomaram cabo na questão do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações. Mas saibam que estão desprestigiados e não são somente vocês. Nós temos uma questão muito séria no quadro da SEJUS, da Polícia Civil, da SESA, da área da Educação, e nós temos aqui a responsabilidade de minimizar esses problemas. Se nós não temos a caneta na mão, Deputada Lúcia Tereza, certamente temos a responsabilidade de puxar esse debate para esta Casa que tão somente é uma caixa de ressonância, um mosaico do interesse popular. É aqui que nós estamos e para isso que nós viemos. Então, gostaria de já dimensionar e apresentar para todos os colegas Deputados Estaduais que nós estamos pedindo, Deputado Jesuíno Boabaid também está conosco, se engajou nesse interesse, nós estamos apresentando um Decreto

Legislativo para sustar os efeitos dos dispositivos do Decreto 20.858, de 09 de maio de 2016. Que isso é uma ferramenta protelatória, se posterga qualquer discussão de Plano de Cargos. Não adianta a gente querer sentar e falar, vamos discutir Plano de Cargos de tal categoria, se nós temos um Decreto que está certamente assegurando essa manutenção da não aprovação por parte do Governo. Vamos pedir o apoio de todos os Deputados. Vamos colocar em pauta para que façamos a aprovação de uma vez por todas desse Decreto. E se porventura tem o interesse, é ato de gestão e é ato discricionário do Poder Executivo, bem, mas vamos ouvir os representantes dos servidores públicos; vamos ouvir os Sindicatos; vamos ouvir as Centrais e vamos ouvir, logicamente, os Deputados Estaduais. Entendemos que é ato de gestão, Flávio, é ato discricionário, é competência, sim, do Poder Executivo, mas existem vícios irreparáveis, jurídicos, em relação a esse Decreto. Isso é direito adquirido previsto na nossa Constituição. Se quiser mudar tem que mudar a Constituição Federal, Constituição Cidadão de 1988. Enquanto nós estivermos aqui, seremos operadores de boa lei e do bom direito.

Então, estejam conosco nesse debate. É de suma importância que vocês, como prejudicados, como realmente as pessoas que estão desamparadas participem e cativem a todos os colegas para que nós possamos aprovar esse Decreto. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o ilustre Deputado Cleiton Roque. O Deputado Cleiton Roque, Deputado Luizinho, pediu para que invertesse, que Vossa Excelência usasse a palavra. Então, com a palavra o ilustre Deputado Luizinho Goebel, por 20 minutos, com aparte.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Saudar toda a imprensa, nobres pares; especial aqui duas categorias importantes para o Estado de Rondônia, que é a categoria da nossa honrosa e forte Polícia Civil e também os nossos enfermeiros. E tanto o quanto o outro pode saber que estamos juntos, trago um tema, hoje, que foi apresentado por uma cidadã moradora lá do município de Costa Marques, a senhora Ivaldete Blender da Rocha. Ela é uma servidora pública, trabalha no Ministério Público do município de Costa Marques. E a denúncia que ela nos traz é baseada no alto índice de acidentes que tem acontecido na BR-429, principalmente onde compreende a construção de pontes de concreto, pontes essas iniciadas e inacabadas.

E dentro desse relato, ela nos apresenta também aqui algumas matérias onde fala *“Padre de Costa Marques morre em acidente de trânsito na BR-429”*, exatamente em uma das pontes em construção da BR-429. *“Motorista fica presa em feragens em grave acidente na BR-429”*; *“04 pessoas ficam feridas após veículo colidir na construção da ponte do quilômetro 42”*; *“Motociclista choca-se frontalmente em obra de ponte na BR 429”*. *“Carro com cinco músicos explode ao bater em ponte em construção na BR-429”*; *“Tenente da PM de Rondônia sofre grave acidente na Ponte sobre o rio Queimado, na BR-429”*; *“Mulher que conduzia motocicleta morre após cair de ponte em construção na BR-429”*; *“Grave acidente na 429 deixa mais uma vítima fatal e uma ferida na grande região de São Miguel do Guaporé”*, também em local de ponte em construção próxi-

mo ao município de São Miguel do Guaporé. *“Camionete de colunista Valdecir Tergon cai sobre ponte, também na BR-429, próximo ao Município de São Miguel”*. *“Grave acidente em cabeceira de ponte sobre o rio Cautário na BR-429”*; *“Caminhão toureiro bate violentamente contra ponte e motorista morre preso nas ferragens, também em construção de ponte na BR-429”*. *“Equipe da Secretaria Municipal de Educação de Nova Brasilândia sofre acidente em região de construção de Ponte na BR 429”*.

Então, aqui são alguns relatos que nós temos exatamente da construção dessas obras inacabadas na BR-429. Inoperância do DNIT e irresponsabilidade do Governo Federal. E qual é o preço das vidas ceifadas nessas pontes inacabadas? Qual é o valor que se repara, qual é o valor que se repara dos danos físicos causado a diversas pessoas que, talvez, nunca mais terão a oportunidade de se locomover, de trabalhar para poder sustentar a sua família, de ter uma perspectiva de vida melhor através do seu trabalho? Então, é isso que nós registramos.

Nós repudiamos a inoperância do DNIT e a irresponsabilidade do Ministério dos Transportes do Governo Federal, que tem nestas obras inacabadas muitos e muitos anos se passando e que eles não tomam uma decisão definitiva. E nem sequer buscam algum procedimento alternativo. E qual procedimento alternativo seria esse? Talvez de pedir socorro, de pedir ajuda e de autorizar as Prefeituras da região, como é o caso da Prefeitura lá de São Francisco do Guaporé da nossa grande Prefeita, uma das melhores Prefeitas do nosso Estado de Rondônia e que eu tenho certeza que disponibilizaria o maquinário da Prefeitura para fazer um trabalho paliativo na cabeceira dessas pontes, no aterro da cabeceira dessas pontes. Não é diferente com o Prefeito de São Miguel, de Seringueiras, de Costas Marques e sem contar que ainda nós poderíamos contar, sem dúvida nenhuma, com a determinação do Governador Confúcio Moura para que o DER se autorizado pelo DNIT, também fosse ajudar, e fosse pelo menos amenizar esse grande problema que nós temos vivenciado na BR 429.

Então, eu quero parabenizar a iniciativa da senhora Ivaldete Bendler da Rocha, servidora pública lá do município de Costa Marques, por nos enviar esta reivindicação e que com certeza ela é muito importante para que nós possamos ter o conhecimento e trazer a esta Tribuna para que de uma certa forma esta voz seja ouvida e as autoridades que tem essa obrigação e essa responsabilidade, tomem alguma iniciativa de resolver esse problema. E quero ir, além disso, Deputado Lebrão, ao qual eu vou conceder a palavra, porque quando a gente fala de 429, BR-429, Vale do Guaporé, não tem ninguém com conhecimento maior nesta Casa do que Vossa Excelência, Deputado Lebrão. Mas eu quero aqui dizer que além de todos esses prejuízos pessoais que são trazidos para as famílias, para as pessoas acidentadas, para as famílias que perdem os seus entes, porque depois até que tem que cuidar de que pelo acidente podem ficar dependentes. Nós temos prejuízo causado pelo erário público dentro da saúde porque são milhares e milhares de reais que muitas vezes são gastos com esses acidentes que poderiam ser, que poderiam deixar de acontecer e esse mesmo dinheiro que se gasta para tratar essas pessoas em acidentes que a gente poderia prever e não deixar acontecer, poderiam estar sendo investidos para o atendimento bási-

co de saúde, para aquele atendimento de doenças naturais que nós temos todos os dias ou até para dar um aumento para os nossos enfermeiros que estão aqui também reivindicando o reconhecimento de aumento para sua classe.

O Sr. Lebrão – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Com a palavra o Deputado Lebrão.

O Sr. Lebrão - Agradecer o aparte e parabenizar V. Ex^a por este pronunciamento. Eu iria fazer também esse pronunciamento aqui hoje, mas V. Ex^a está fazendo e fazendo com maestria. Lamentavelmente, o descaso do DNIT para com o Estado de Rondônia de uma maneira geral é insuperável, não tem condições mais. Esta tribuna tem sido palco de diversos pronunciamentos, acho que de centenas de pronunciamentos cobrando do DNIT a responsabilidade que cabe a eles. Infelizmente, a BR-429, além dos problemas das cabeceiras de pontes, nós temos ainda os trechos de sítios arqueológicos que levaram vidas já e lamentavelmente o Instituto de Patrimônio Histórico do Brasil não toma nenhum tipo de providência e com isso nós vamos perdendo, estão sendo ceifadas vidas que lamentavelmente não tem como repor, como recompor e a gente fica muito triste. O último foi o pároco de Costa Marques que V. Ex^a deve ter falado aí, o padre que faleceu a semana passada, inclusive no km 42, só no km 42 acho que já foram 06 pessoas que faleceram em acidentes graves ali naquela ponte que ainda está sem a sinalização como todas as outras pontes que hoje compõem a extensão da BR-429, e a gente fica muito triste de ter aí o descaso do DNIT. Foram inúmeras, inúmeras vezes que eu fiz visita ao DNIT cobrando para que se coloque quebra-molas, para que se coloque sinalização mais bem acentuada, para que coloque redutores de velocidade, e lamentavelmente nunca fomos atendidos. E o que é pior, Deputado Luizinho, eles não aceitam que as Prefeituras façam o trabalho que eles deveriam fazer e com isso cada dia que passa, cada mês que passa a notícia sempre é a mesma, acidente envolvendo e principalmente vítimas fatais na BR-429. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Lebrão. Então, desta forma eu encerro essa reclamação que nós temos a fazer em relação à conclusão das obras e dos trechos inacabados da BR-429. E agora, saindo um pouco do tema, Presidente, mais um minuto, eu quero registrar aqui um agradecimento em nome de toda população do Cone Sul do Estado de Rondônia, de todos os municípios, todas as cidades, mas em especial dos produtores e proprietários rurais.

Nós, há poucos, dias fomos apanhados de surpresa, onde que recebemos a notícia do *Terra Legal* que todos os trabalhos de regularização fundiária que estavam sendo feitos pelo *Terra Legal* foram suspensos. Foram suspensos porque houve uma intervenção quando da consulta que é obrigatória, a consulta pelo *Terra Legal* é obrigatória para diversos órgãos competentes quando é que está em trabalho de regularização, uma área e a área que eu falo aqui é a Gleba Corumbiara e a Gleba Corumbiara compreende os municípios de Vilhena, Colorado, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras, Corumbiara, Chupinguaia, Parecis e Pimenta Bueno, então são

vários municípios e naquele momento que, Deputado Airton Gurgacz, no momento que foi pedida uma anuência dos órgãos competentes, a FUNAI contestou e não anuiu o *Terra Legal* e dessa forma foi suspenso todo trabalho que estava sendo feito de regularização, e nós recorremos ao Senador Acir Gurgacz e o Senador de pronto colocou a sua equipe técnica, equipe do gabinete e nós fomos junto ao *Terra Legal* fizemos então encaminhamento através do nosso mandato, do mandato do Senador Acir, também da nossa bancada federal e encaminhamos uma manifestação ao Ministro Patrus Ananias para que intervisse junto a essa questão e recebemos a boa notícia do gabinete do Senador Acir que agora a FUNAI já concedeu essa carta de anuência e tudo aquilo que poderia trazer um caos social, que poderia inviabilizar a produção agrícola da maior região produtora do Estado de Rondônia que é o Cone Sul e desta forma com a interferência principalmente dos técnicos e da pessoa do Senador Acir está resolvido de fato e de direito a questão da demanda colocada pela FUNAI em relação a Gleba Corumbiara, e que hoje nós podemos afirmar que toda população da região do Cone Sul respira aliviada.

A Sra. Lúcia Tereza - Um aparte deputado?

O SR. LUZINHO GOEBEL - Deputada Lúcia com a palavra.

A Sra. Lúcia Tereza - Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que desde o começo dos nossos mandatos a gente vem nessa luta para tentar minimizar os problemas que o pequeno e médio produtor está sofrendo por falta de documentação, porque a princípio se aceitava uma documentação para que ele pudesse fazer empréstimos, fazer alguma coisa com essa documentação só de compra e venda e depois não aceitavam mais, e nós, realmente, esse problema era um dos problemas maiores que a gente via, falando a Vossa Excelência que Corumbiara compreende uma grande parte do Espigão também e ainda mais lá em Espigão a FUNAI delimitou que 30 km da área de FUNAI onde tinha presença de índio ninguém podia ter terra nem fazer a documentação.

O SR. LUZINHO GOEBEL - Eu ia acabar até com a cidade.

A Sra. Lúcia Tereza - Então, aí nós ficamos assim, aí a gente ficou numa situação muito difícil. Eu gostaria que Vossa Excelência pudesse, o seu gabinete, passar isso, não só essa fala de Vossa Excelência, mas por escrito, porque agora a gente revitaliza, a gente cria ânimo novo, principalmente no Setor Corumbiara, que é do Seringal PA-1, PA-2, PA-3, 5 Alta, 13, toda aquela região até chegar na Barranca do Rio Roosevelt. Então, isso aí me anima porque a gente nem sabia mais como proceder e tem gente que está sem saber, porque a medição que foi feita diz que não vale nada, quer dizer que agora todo o serviço que foi feito de documentação de estatística vai valer então. É isso que Vossa Excelência deixou frisado que não vai começar tudo de novo, fazer os piquetes de novo, medição, vai a partir das coisas que já estavam sendo feitas, vai evoluir para documentar essas pessoas, Excelência, é isso?

O SR. LUZINHO GOEBEL - Exatamente isso, Deputada, porque o caso era até mais grave do que a própria regulamentação

daquilo que já estava andando ou que começaria a andar, era voltar atrás...

A Sra. Lúcia Tereza - Voltar para atrás.

O SR. LUZINHO GOEBEL - Era daqui a pouco pegar e entender que no município de Vilhena que tem cem mil habitantes, uma cidade colonizada há mais de 40 anos e que o próprio Rondon passou lá mais de 100 anos e que de lá começou a nascer a cidade de Vilhena, daqui a pouco ia se tornar uma área indígena. Por quê? Porque se a FUNAI fizesse uma pesquisa e entendesse que aquilo ali deveria ser uma expansão de área indígena, automaticamente é como se a cidade tivesse que ser destruída, demolida, e sem contar a área rural. Então, exatamente voltou à normalidade, voltou àquilo que era de fato e de direito já adquirido da população, da história de toda essa região e eu entendo que diante da apresentação da sua demanda nós vamos verificar e vamos ver se a gente já pode ampliar contemplando essa região também.

Então, gostaria até de convidar Vossa Excelência para irmos à Brasília, vamos ao gabinete do Senador Acir e que com certeza, como ele já tem conhecimento da matéria, a gente vai correr a passos largos, exatamente para tentar resolver esse problema também que realmente é muito grave, e principalmente Vossa Excelência que foi escolhida por aquela população como um todo na história do Estado de Rondônia, eu acredito que nunca teve um Deputado no município votado tanto quanto Vossa Excelência com um percentual tão elevado porque realmente as pessoas reconhecem Vossa Excelência como escudo, como a protetora do município de Espigão d'Oeste.

A Sra. Lúcia Tereza - Eu agradeço e fico feliz que a gente vislumbra agora uma esperança muito grande, porque lá, Excelência, tem gente que tem propriedade há 40 anos e ali a FUNAI, ela simplesmente escreveu que tinha presença de índio, não era terra indígena, era passagem de índio, que índio ia de uma aldeia para outra, então ali não podia ser documentado o *Terra Legal*, seria de 249 mil hectares, passaria a 450 mil hectares as terras indígenas.

Então, eu fiquei bem aliviada, bem esperançosa, e quero aqui enaltecer e parabenizar o trabalho de Vossa Excelência junto com o Senador Acir Gurgacz.

O SR. LUZINHO GOEBEL - Obrigado, Deputada Lúcia. E nós registramos que nós respeitamos a história, quem não respeita a história, com certeza, é uma alma penada no meu entendimento na terra, mas da mesma forma que nós respeitamos as áreas indígenas, respeitamos os indígenas, nós também temos que respeitar a população, porque da mesma forma que nós temos que assegurar o direito do índio dentro das suas terras, nós também temos que assegurar o direito do agricultor, o direito do cidadão que está nas cidades formadas no nosso Estado de Rondônia e no nosso País. Obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Obrigado, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Solicito que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei 390/16 do Poder Executivo/Mensagem 071. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por superávit financeiro, do Tribunal de Contas.

Então, eu peço que seja, haja vista que foram já encaminhadas as devidas informações e já tive também deliberações pertinentes. Então, eu peço que seja incluído na Ordem do Dia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então, está deferido o pedido para que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto. Tem mais três projetos também que vamos pedir para incluir na Ordem do Dia. Tem um projeto de autoria do Deputado Aécio da TV, que dispõe a obrigatoriedade de fixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo. Então, vou pedir também que seja incluída na Ordem do Dia, e também tem o Projeto 067, que autoriza o Poder Executivo a transferir mediante doação imóvel pertencente ao Estado de Rondônia ao Instituto Federal de Educação de Ciências e Tecnologia. Esse pedido está com um pedido de informação do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid, se o Deputado Jesuíno entender que já sanou a dúvida quanto a esse projeto, o Deputado Jesuíno que se manifeste para que possa ser incluído na Ordem do Dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sim, até porque eu vi aí, analisando, não tem nenhum prejuízo a mais.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então está também, peço que seja incluído na Ordem do Dia. E tem o pedido da Deputada Glaucione, que já falou aqui, mas diz que já tem um entendimento com o Deputado Léo Moraes, mediante esse entendimento também eu peço que seja incluído na Ordem do Dia. É um projeto que dispõe sobre a coleta obrigatória de sangue do cordão umbilical nos hospitais. Então eu peço que seja incluído também na Ordem do Dia. Também tem uma mensagem, aqui que está presente o Prefeito Laércio Queiros, de Nova Mamoré, a mensagem 080, também um projeto de interesse do Prefeito Laércio, de Nova Mamoré, que há também entendimento com os Deputados. Esse projeto ele altera a Lei que normatiza a questão de celebração de convênio para a construção lá nos municípios que ainda não têm escritura, que têm projeto junto à tramitação do *Terra Legal*. Então, Prefeito Laércio, também já há entendimento e que o projeto que interessa a Vossa Excelência. Peço que seja incluído na Ordem do Dia, que é o Projeto de Lei 080.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente? Esse projeto é de muita importância e com certeza temos que votar hoje que os Prefeitos têm a maior dificuldade e esse eu acho que é... Eu que fui 12 anos Prefeito, a gente conhece essa dificuldade hoje, o senhor também foi Prefeito conhece e com certeza nós temos que dar condições a esse Prefeito, aprovar esse projeto para facilitar a vida dos Prefeitos. Obrigado.

A SRA. GLAUCIONE – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu gostaria também de pedir a assessoria que traga também o projeto, tem um projeto de suplementação orçamentária que nós vamos colocar, se houver entendimento também que seja incluído na Ordem do Dia. E o projeto de manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, SEDAM. Esse projeto, tiveram me passando, nós vamos discutir esse projeto, ele tem algumas consultorias que trata sobre a revisão na Lei de Zoneamento, que é a Lei tão almejada nesta Casa e eu vou pedir que traga e se houver entendimento que a gente possa também votar esse projeto. Com a palavra, Questão de Ordem à ilustre Deputada Glaucione.

A SRA. GLAUCIONE – Obrigada, Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Manvailer, tem requerimento aí? Meu? Tem, não é?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Tem um pedido de informação, segundo o Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, se tiver pedido de informação, pede para o Secretário da SEDAM vir aqui justificar. Do jeito que foi feito aqui, a gente tem que começar a analisar, eu não vou abrir mão disso aí, não. Do restante, eu estou...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não, não é esse, não, o da SEDAM não tem pedido formal.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ah, tá.

A SRA. GLAUCIONE – Presidente, só para explicar, Presidente, esse do mercúrio. Presidente, eu gostaria de explicar aqui para os senhores Deputados, para a Comissão da CCJ em relação a esse projeto aqui que dispõe sobre a coleta obrigatória de sangue do cordão umbilical nos hospitais Obstétricos do SUS no Estado para a dosagem do mercúrio. Foram feitos, Deputada Lúcia, foi feito um estudo de alguns médicos de Cacoal e eles pediram para eu protocolar esse Projeto na Assembleia para tornar Lei, até porque está provado praticamente que o mercúrio ele tem causado grandes danos, principalmente aos fetos. Então, o projeto foi protocolado aqui na Casa no mês de março, passou março, abril, nós estamos hoje em maio, já mais para o final. E eu gostaria que o Plenário votasse, porque é muito importante isso aqui para fazer uma análise. Às vezes está aí, nós estamos tendo problemas congênitos fetais e a Assembleia está parada e a classe médica parada. E é a hora realmente de verificar mais de perto isso aí. Então, eu pedi para o Presidente realmente incluir na Ordem do Dia, Deputado Léo Moraes abriu da vista e que dá o parecer em Plenário, Presidente, e que coloque para votar.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está deferido o pedido da ilustre Deputada Glaucione.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só gostaria de pedir, Deputado Jesuíno, o projeto da SEDAM da suplementação encontra-se com o pedido de vistas de Vossa Excelência e os técnicos das SEDAM, Deputado Jesuíno, estão aqui presentes, se Vossa Excelência pudesse até sentar com eles, tirar a dúvida para que pudesse, se houver possibilidade de a gente votar essa matéria. Com a palavra a ilustre Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada. Gostaria de me dirigir à Deputada Glaucione, que o Projeto chegou na Comissão de Justiça na semana retrasada, Deputada Glaucione, e eu quis relatar, porque eu sei do teor da importância, quando na terça-feira, na próxima terça-feira, que foi a semana retrasada, o relatório veio que era inconstitucional, eu assustei, porque realmente é de grande valia, o estudo eu sei que foi, o estudo não foi nada, foi técnico, não foi nada empírico, que é uma coisa com grandes nomes lá de Cacoal que nós conhecemos. Então, eu disse ao Deputado Léo que ele pedisse vista até a senhora chegar, que a senhora não estava na Casa, para a gente conversar, para realmente pôr para votar, que eu não ia ser contra na Comissão de Justiça para falar que era ilegal, era... Então, por isso que eu acho que, acho não, eu tenho certeza que é um grande projeto e que eu gostaria de deixar bem claro que eu quis ser relatora para somar, porque nós sabemos o que é saúde preventiva. Então, eu gostaria de deixar bem claro que o Deputado Léo, para não ser reprovada na Comissão de Justiça, ele pediu até a senhora para chegar, para V. Ex^a ajudar a gente a defender aqui em público, de público o projeto que é de grande valia, é o Projeto de Vossa Excelência, do cordão umbilical, do estudo sobre o mercúrio e o Projeto do Deputado Airton Gurgacz, que eu parabeno, que eu relatei hoje, de Vossa Excelência e do Deputado Airton Gurgacz.

A SRA. GLAUCIONE – Eu agradeço, Deputada Lúcia, e a senhora já havia falado comigo. O Deputado Léo pediu vistas para ajudar. Eu agradeço ao Deputado Léo também, mas vejo a importância de votar esse projeto para que a gente possa avançar. Porque daqui a pouco o Deputado não pode fazer mais nada, tudo o Deputado é proibido fazer, o Deputado é proibido, proibido disso, daquilo. Vamos fazer, se vetar, nós vamos derrubar o Veto e vamos caminhar, porque pode estar tendo vidas prejudicadas, podemos salvar vidas, na realidade se um projeto desse de análise chegar a apurar verdadeiramente que o mercúrio do rio Madeira, que foi feito um estudo que ao longo dos anos tem aumentado e tem prejudicado muitas vidas, muitos fetos, que é o que mais atinge o mercúrio.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputada Glaucione, já o Deputado Léo Moraes abriu mão do pedido de vista? Abriu mão. Então, está registrado que o Deputado Léo Moraes abriu mão do pedido de vista, dessa forma eu peço então que seja incluído também na Ordem do Dia o Projeto da ilustre Deputada Glaucione.

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o ilustre Deputado Lazinho da Fetagro, por vinte minutos, com apartes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Boa tarde, senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros trabalha-

dores desta Casa, público aqui presente, os enfermeiros, Prefeitos, Vereadores, pessoal da Polícia Civil também.

Quero, em primeiro lugar, enfatizar um acordo que foi feito aqui atrás, eu não sei se esse acordo está valendo, de que não votaria...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, realmente eu quero...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu depois que dou a palavra, eu não volto mais atrás.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu também. Infelizmente, foi um lapso da minha parte, eu não posso hoje abrir mão da nossa pauta, Deputado, porque nós temos compromisso e hoje a pauta está trancada. Eu não vou abrir mão mais...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, isso foi um acordo, Deputado Hermínio, a gente fechou acordo...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, sim, eu também. Mas nós trancamos para o Executivo; os Projetos dos Deputados aqui nós vamos votar, o Projeto do Tribunal de Contas e os dos Poderes sim. Por que nós não vamos votar os projetos nossos? Está fechada a pauta para o Executivo, para os Poderes e para os Deputados não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Certo, ok. Em cima desse acordo, o Presidente da Casa esteve conversando com os policiais, não sei se houve alguma coisa posteriori ao que nós conversamos. Então, eu só falo, infelizmente eu só falo uma vez e foi isso que nós acordamos ali, não só eu como todos os Deputados. E aí eu gostaria de neste exato momento, em nome da relatoria da CPI dos Frigoríficos, senhor Presidente, agradecer o nosso Presidente Adelino Follador, da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para discutir e avaliar a questão da cadeia produtiva da carne, também o Deputado Lebrão, o Deputado Ribamar Araújo e Deputado Laerte Gomes. Ontem nós fizemos a leitura final do relatório e encaminhamos para apreciação desta Casa. Eu vou fazer aqui, agora, para os nobres pares tomarem conhecimento da parte conclusiva somente do relatório, porque nós através de um Projeto de Resolução estamos encaminhando para apreciação deste Plenário o resultado final da CPI. E aí muito rapidamente eu vou fazer a leitura a pedido de toda Comissão, da leitura, da conclusão final do relatório.

O foco inicial da apuração desta CPI foi atendendo aos clamores da sociedade, ouvidas as denúncias e indicações de provável alinhamento de preços na comercialização da carne bovina.

O Brasil abateu R\$ 42.300.000 (quarenta e dois milhões e trezentas mil) cabeças de gado, como dito no início deste relatório, o Estado de RONDÔNIA ocupa o 6º lugar de maior produtor do Brasil com quase treze milhões, quatrocentos e quatro mil cabeças de gado.

Através dos dados fornecidos pela FAPERON - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia, aponta-se que o grupo Friboi-JBS é o responsável por mais de 47% dos abates de bovinos no Estado de Rondônia e de 25% da carne exportada.

Isso identifica um dos efeitos anticompetitivos que frustra a entrada de novas empresas frigoríficas, eis que em pontos estratégicos, o grupo mantém mais de cinco plantas frigoríficas lacradas no Estado. Prática que impede a livre concorrência e conforme relatam os produtores, o preço pago pela arroba passa a ser aquele que lhes convém.

Em análise as possibilidades trazidas a esta CPI não podemos nos olvidar que a carne em nosso Estado tenha melhorado tanto na quantidade quanto na qualidade, sendo que ainda assim as margens do retorno aos pecuaristas decresceram de forma drástica ao longo de todo o ano de 2015, resultando para muitos na insustentabilidade no negócio.

Importante destacar também que houve várias tentativas de recuperação dos preços por parte dos pecuaristas, que tinham o objetivo de manter em equilíbrio o setor produtivo da carne e recuperar a margem de diferença sempre praticada entre o Estado de São Paulo e Rondônia, que sempre havia mantido a média em torno de 10%.

Os frigoríficos atuam de forma estratégica sabendo que a decisão de uma interfere na decisão das outras, e sabendo que as decisões do conjunto podem significar alteração nos preços e quantidades do mercado, por isso a atuação é silenciosa.

Um cartel pode ser definido como um acordo:

(...) **explícito ou implícito**, promovido entre firmas concorrentes com o intuito principal de elevar margens de lucro, pode adotar medidas como a fixação de preços ou quotas de produção e divisão de mercados. Por sua definição o acordo limita ou elimina a concorrência por meio da ação coordenada entre os agentes. Seu efeito principal é a perda de bem-estar social, com aumentos dos preços, redução da produção e do consumo. Considerada a mais grave lesão à concorrência pelos órgãos de defesa da concorrência e, para o SBDC a mera existência do cartel, indiferente do cômputo dos seus efeitos são ilícitos e, portanto, puníveis na forma da lei (CADE, 2015. PA 08700.002821-2014-09, NT 332/2014/Superintendência Geral, prg 29-40).

A prova da existência do cartel é de difícil constatação. Fato este inclusive foi indicado a nós pelo CADE em documento anexado a esta CPI, sendo uma das provas de sua existência de difícil identificação é a confirmação da sua prática através da existência de documentos, gravações ou testemunhos, vindo demonstrar a ocorrência, por exemplo, de reuniões delimitando o preço a ser praticado. Explica-se essa dificuldade justamente porque quem exerce o cartelismo sabe que está agindo contrário à ordem econômica, sendo que tal prática formalizada por reuniões, e-mail, mensagens de texto, podem se transformar em provas de incriminação.

Em julho de 2012, o CADE congelou a compra de três frigoríficos pela JBS em Mato Grosso, **Rondônia** e Acre, diante da preocupação com o aumento da concentração do setor no Brasil, já sendo demonstrada que a prática de compra e fechamento das plantas frigoríficas por parte do grupo, tem sido uma prática constante e, sobretudo, passível de suspeita.

Quando se fala em congelamento de compra, implica dizer que o grupo teria que manter essas plantas funcionando, com o mesmo nível de produção e volume. Na época, o presidente do CADE, Vinicius Carvalho, identificou a necessidade do congelamento em vista da possibilidade de que a JBS, com a aquisição desses frigoríficos, pudesse estar concentrando para si quase todo o mercado regional de animais da região, podendo "fechar estes frigoríficos e reduzir drasticamente o seu número de competidores locais" ¹

Quem detém o poder de mercado tem influência no preço. E as respectivas plantas que têm esse poder concentrado não ignoram que pertencem a este cartel, e que suas atuações influenciam a decisão das outras, especificamente os preços e as quantidades do mercado, sendo a prática do cartel, ou alinhamento de preços, uma das condutas mais anticompetitivas dentro do mercado.

Alguns pontos ficam claros na análise das informações trazidas por esta CPI:

1 - As empresas do Estado de Rondônia estão concentrando o abate de Ji-Paraná para Vilhena.

2 - Não existe interesse no abate na região do Jamari e região norte (Porto Velho), pois os proprietários não têm onde abater e quando abatem em Porto Velho é nos oito pequenos frigoríficos.

3 - De julho a dezembro do ano de 2015, os frigoríficos reduziram seus preços em razão de estratégia de comercialização e receio da pequena queda nas vendas ocorridas em junho/2015, mas que não representaram oficialmente perigo algum.

4 - Apesar das 19 plantas com SIF, apenas 11 efetivamente funcionam.

5 - A desorganização dos vendedores de gado e a falta de representação e liderança, (que são características do OLIGOPSÔNIO) permitiu que os frigoríficos dessem continuidade na estratégia de redução dos preços de compra, o que lhes foi extremamente cômodo em razão da falta de reclamações, que se estendeu até março de 2016.

A concentração de mercado detém seu maior poder nas mãos do grupo JBS, que ao adquirir e posteriormente fechar plantas, ocasionam problemas "concorrenciais" para as demais empresas, até porque não existe no Estado de Rondônia concorrentes fortes como o grupo JBS.

6 - É importante também destacar que a relação entre os preços do boi pago ao pecuarista e os valores praticados pelos frigoríficos, nas circunstâncias atuais, adotadas a partir de maio/2015, permitem identificar a existência de alinhamento de preços acompanhada pelo grupo dominante seguidas pelos demais.

O crescimento das operações do frigorífico JBS, demonstra elevada concentração no mercado de Rondônia, desfavorável ao pecuarista, sobretudo quando da aquisição de plantas com o objetivo de fechá-las, manipulando o mercado, o que é uma prática ilegal.

7 - Tem-se ainda a questão das balanças, que ainda que não correspondam a um dos elementos que visam identificar a formação de cartel, é um problema que afeta a relação pecuarista versus frigoríficos.

A Lei antitruste dispõe que a infração da ordem econômica se constitui em atos que possam produzir, dentre outros, domínio do mercado relevante e exercício abusivo do mercado.

Diz ainda que, quando a posição dominante de uma empresa, ou grupo de empresas controla parcela substancial de mercado relevante, esse controle pode ser presumido ou quando o mercado relevante corresponde a 20% (vinte por cento).

Assim, prevista uma das hipóteses, temos caracterizada a infração à ordem econômica:

- Fixar ou praticar, em acordo com concorrente, sob qualquer forma, preços e condições de venda de bens ou de prestação de serviços.

- Obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes.

- Limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado.

- Criar dificuldades à constituição, ao funcionamento ou ao desenvolvimento de empresa concorrente ou de fornecedor, adquirente ou financiador de bens ou serviços.

- Cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada.

Senhor Presidente, o senhor acha que adianta eu continuar lendo? Eu quero saber dos nobres Deputados se adianta eu continuar lendo o trabalho da CPI, ou a gente pode encerrar, que já satisfaz a Casa. Porque os senhores vão votar. Eu gostaria de saber, porque se não precisar a gente para, não é, senhor Presidente? Se puder continuar, a gente continua. Obrigado, senhor Presidente.

“O CADE, através da Resolução nº 20, de 09 de junho de 1999, definiu cartéis como “acordos explícitos ou tácitos entre concorrentes do mesmo mercado, envolvendo parte substancial do mercado relevante, em torno de itens como preços, quotas de produção e distribuição e divisão territorial, na tentativa de aumentar preços e lucros conjuntamente para níveis mais próximos dos de monopólio”.

Poder de mercado e o tamanho dos mercados são as principais variáveis estruturais que se relacionam com o crescimento do cartel. O poder de mercado foi aqui quantificado pela participação de maiores firmas, e constatou-se que, quanto maior a participação destas, mais cartelizado é o mercado. Verificou-se que quanto menos plantas frigoríficas, pior fica o processo competitivo.

Durante os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito quanto à ocorrência de crime contra a ordem econômica na prática de suposta formação de cartel, verificamos que:

- A concentração do mercado existe.

- O grupo JBS – FRIBOI é poder dominante, e quem supostamente determina o valor a ser pago, seguido, de forma tácita, pelos demais frigoríficos.

- As plantas adquiridas e fechadas servem para centralizar o mercado em uma só planta do Grupo que se encontra de forma estratégica localizada na região mais forte da pecuária bovina.

- As compras do JBS em 2015 foram melhores 12% em relação a 2014 e todas as plantas tiveram considerável aumento em relação ao seu rendimento.

- A JBS opera hoje em Rondônia em Vilhena, Pimenta, São Miguel do Guaporé e Porto Velho com um abate em torno de 80% do total.

- A ausência de reuniões às claras não significa dizer que não exista um “conluio” entre seus preços.

Abre-se um parêntese aqui, eis que não se pode deixar de registrar que o grupo JBS tem sido alvo constante de outras CPIs e denúncias devidamente apuradas pelo CADE, reclamações trabalhistas, bem como notícias de descumprimento de determinações, entre outros, além, e quero destacar que, **a compra de plantas mascaradas pelo título de arrendamento, é uma prática comum e criminosa praticada dentro do mercado.**

O que concluímos ao analisarmos todos os depoimentos, planilhas e dados trazidos a esta Comissão é de que o Grupo JBS-FRIBOI é o poder dominante, seguido pelos demais aonde a concentração corresponde a 72,94% do mercado.

Mas usando a prerrogativa de que é uma empresa, o que efetivamente é, que garante vários empregos a nível mundial, faz o que bem entende, compra o que quer, paga o que tem vontade, impõe condições ao mercado e segue construindo seu patrimônio em desfavor dos pecuaristas, dos milhares de trabalhadores demitidos por conta do fechamento das plantas, em desfavor do crescimento do Estado ao comprometer a entrada de novas empresas, prejudicando também empresas que já funcionam no mercado de corte no Estado.

Importante destacar que este relatório foi elaborado com fontes oficiais da EMATER na análise dos preços praticados para Rondônia no período de 2013 a 2016 pela IDARON em relação a coleta de dados para o abate nas plantas frigoríficas de todo o Estado, a Superintendência SFA/MAPA para os dados oficiais de abate nas plantas com inspeção federal – SIF e dados da ABIEC relacionando as exportações no mercado, o que implica dizer que as constatações deste relatório se baseiam em dados legítimos, não podendo resultar em nada diferente das afirmações apontadas.

É Imprescindível que todos os órgãos regulatórios do Estado alcancem a importância da pecuária bovina no Estado, que requer atenção especial em todos os aspectos, especialmente quanto à existência de regulamentação que assegure o crescimento da atividade no mercado de Rondônia e, sobretudo, permita um ambiente de segurança e clareza para os pecuaristas, amparados na certeza que atualmente a cadeia responsável por 21,80 do PIB do Estado, se transformou, sem sombra de dúvidas, em essencial para a economia do Estado de Rondônia

Não deixaríamos de nos furtar à responsabilidade de recomendar aos órgãos competentes, especialmente ao Ministério Público do Estado e ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE), para que estes concluam nas mesmas linhas de entendimento desta Comissão, tomando as providências no que diz respeito à responsabilização a quem

de direito pela prática de crimes contra a ordem econômica, servindo esta CPI como denúncia formal.

Esperamos ainda que o presente relatório, que conclui os trabalhos desta CPI, represente para esses poderes e para as demais esferas executiva e legislativa de todas as unidades federativas, a mola propulsora para abertura de investigações dessa prática tão bem orquestrada que simula LEGALIDADE.

Acreditamos que o Estado como instância reguladora e fiscalizadora deve obrigatoriamente e imediatamente fazer alterações na Lei de Incentivos Fiscais e ainda que esta Casa de Leis não tenha competência para legislar sobre ordem econômica, há que ser assegurado o produto dentro do Estado, basta lembrarmos que nos primeiros meses de 2016 somam mais de 170 mil cabeças abatidas, revelando a necessidade de novas unidades serem ativas ou reativadas.

Diante de todos os fatos colhidos nesta Comissão, não podemos deixar de concluir formalmente pela existência de CARTEL, que, de forma transparente, tem atuado consciente da ilegalidade de seus atos, revelados pelos indícios:

- Concentração dominante na formação dos preços pelos frigoríficos;

- Concentração do mercado dominante nas mãos da JBS, que é quem dita os preços a serem pagos pelos demais frigoríficos.

- Paralisação das atividades das plantas sem justa causa comprovada, sendo estas adquiridas na maioria das vezes em pleno funcionamento, com o objetivo de centralizar o mercado em uma só planta do Grupo, estrategicamente localizada na região de maior densidade de bovinos;

- Prejudicar a entrada de novas empresas ao fechar plantas em locais de grande concentração de rebanho, mantendo-as fechadas, “mas ameaçadoras”.

- Pluralidade de agentes e homogeneidade do produto;

- Fato conhecido, devidamente provado: preços idênticos e contínuos, registrados desde meados de 2015 até o final do mês de abril\2016, conforme relatório.

- Ação de forma tácita, mas não menos criminoso, pelos demais frigoríficos que concebem acompanhar a “regra”, por ser cômodo e trazer acúmulo fácil de riqueza.

- Alinhamento de preços desproporcional ao que até então, era o praticado dentro do Estado.

E o encaminhamento final é encaminhar esse relatório ao CADE, que é o Conselho Administrativo, ao Governo do Estado, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público do Estado de Rondônia, à bancada federal do Estado representativa no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, à Comissão de Agropecuária desta Casa, ao Tribunal de Contas do Estado. Recomenda-se ainda que o Ministério da Agricultura verifique a habilitação de frigoríficos e a viabilidade de ampliar seus quadros técnicos.

E indica, por último, Sr. Presidente, que este relatório seja encaminhado a esta Casa, ao Plenário desta Casa para avaliação.

Obrigado, senhor Presidente. Era isso o que eu tinha.

(Às 16 horas e 59 minutos o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Com a palavra o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, imprensa, pessoal aqui presente hoje visitando a nossa Casa, para nós é um prazer muito grande. E eu quero aqui aproveitar este momento para agradecer. Ontem nós concluímos este relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito montada nesta Casa para investigar se havia ou não realinhamento de preço entre os frigoríficos ou o cartel que o pessoal tanto denunciou neste Estado de Rondônia, principalmente os pecuaristas do Estado de Rondônia.

Eu quero aqui de público agradecer o apoio do Deputado Maurão, que é o Presidente desta Casa para este trabalho, parabenizar o Deputado Lazinho como relator, que fez um grande trabalho; quero aqui também agradecer o Manvailer, Secretário Legislativo desta Casa; a Ana Lúcia, Secretária da Comissão; o Dr. Leme, assessor jurídico; Dra. Tatiana Costa Medeiros, assessora jurídica da Comissão onde fez um grande trabalho, se empenhou muito e tem já uma experiência nessa área; professor Francisco Haroldo Vasconcelos, economista desta Comissão; o Nilton Salinas, jornalista que deu toda cobertura; Ana Maria, fotógrafa; as taquígrafas, imprensa em geral, pecuaristas, frigoríficos, EMATER, IDARON, SEFIN, SUDER, SEAGRI, Ministério da Agricultura, FAPERON, através do Presidente Hélio Dias, e a APRO através do Adélio que é o Presidente.

Então, quero agradecer essas pessoas e dizer que com certeza, Deputados e público aqui presente, nós ouvimos e conseguimos neste relatório colocar de todas as oitavas que nós tivemos procuramos ser mais transparentes possível, colocando aquilo que nós percebemos nos depoimentos das pessoas convocadas e com certeza a gente percebeu que existe sim o realinhamento de preço entre os frigoríficos, principalmente o JBS que vem ditando as regras e os outros frigoríficos vem obedecendo que é para eles cômodo isso, dizendo que não podem se expor com o JBS, automaticamente o JBS vai ditando as regras e eles seguem. Então, também nós vimos os frigoríficos centralizados entre Jaru até o Cone Sul, a região de Ariquemes, Vale do Jamari ficou sem nenhum frigorífico, aqui na região de Porto Velho também, porque aqui não tem opção. Então, os pecuaristas nesta região se obrigam a levar o gado onde eles querem, quando eles querem e paga o quanto eles querem. Então, hoje, o pecuarista está nessa situação no Estado de Rondônia, se obriga a entregar da maneira que eles ditam as regras. Então, nós queremos aqui dizer que esta Casa fez o papel, quero agradecer os 24 Deputados que confiaram nesta Comissão, agradecer mais uma vez o Deputado Lazinho, que é o relator, nós temos o vice-presidente da Comissão que é o Deputado Ribamar Araújo, nós temos também o Deputado Laerte e o Deputado Lebrão e eu que sou Presidente desta Comissão, e nós toda vez que fomos procurados pelos frigoríficos para discutir qualquer assunto sempre foi discutido em grupo com os Deputados presentes para que não houvesse essa desconfiança, Deputado Maurão, que sempre há na CPI, essa fama dizendo que a CPI vira em nada, e que nós procuramos valorizar, fazer da melhor maneira. Eu já fiz parte de duas CPI desta Casa e as duas CPI teve resultado e eu tenho certeza com esse encaminha-

mento agora que nós temos, nós temos o encaminhamento agora para o CADE - Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor, onde foram filmadas todas as plantas fechadas, colocando o relatório de quantos empregos deixou de gerar e esse relatório vai ser encaminhado para que ele veja que hoje é proibido você adquirir essas plantas simplesmente para fechar, nós percebemos que fechar para que outro concorrente não abra, isso com certeza é desleal.

Nós também vamos encaminhar ao Governo do Estado de Rondônia, onde tem algumas sugestões que o Governo do Estado pode melhorar, que é de competência dele. Nós estamos encaminhando ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, o Dr. Airton já tem conhecimento, já está acompanhando, a bancada federal, para que ela tome conhecimento, toda a bancada federal; a Comissão Agropecuária de Política Rural desta Casa. Também já estamos discutindo alguns encaminhamentos através do Deputado Lazinho, que é o Presidente, e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia também nós vamos encaminhar. E nós também vamos encaminhar ao BNDES, porque nós ficamos sabendo esses dias que também eles têm pendência com esse financiamento que foi pego, que eles pegaram do BNDES, eles têm alguns compromissos e eles não estão cumprindo esses compromissos. Então, nós esperamos também que o BNDES na prestação de contas desses empréstimos que ele têm, que eles prestem, ver se eles estão cumprindo a questão social, a questão dos compromissos que eles assumiram.

Então, eu quero dizer a esta Casa e peço ao Presidente que determine para que dê conhecimento para a sociedade de Rondônia, publique essa decisão e que a gente acompanhe os órgãos competentes agora para levar adiante.

O Manvailer está dizendo que já está publicado no Diário Oficial desta Casa, todo o cidadão de Rondônia que quiser ter acesso. Eu recebi vários telefonemas essa semana, inclusive hoje, de pessoas ligadas ao JBS dizendo, e nós procuramos e falamos para eles: que eles tiveram a oportunidade de vir à Comissão para poder colocar as suas defesas, para que eles relatassem o que eles poderiam relatar e eles vieram, então passou o momento agora de fazer. E eu quero também dizer o seguinte, que os Deputados desta Casa só resolveram de criar a CPI porque no começo, o ano passado, quando nós levantamos através de um Requerimento da Comissão, na hora de discutir, que nós chamamos os frigoríficos, chamamos os produtores, teve Audiência Pública e os frigoríficos se negaram a vir debater, vir aqui discutir com os produtores. Então, nós fomos obrigados, através da Presidência, o Deputado Maurão, junto com todos os Deputados presentes, nós assinamos então a CPI, que não era a nossa intenção, mas já que não houve interesse por parte dos frigoríficos na época, nós fomos obrigados a abrir essa CPI e investigar e documentar para que os órgãos competentes levem adiante e se for o caso punam quem merecer ser punido, jamais podemos aceitar pacificamente essa arrecadação que deixou de ser arrecadada quando se trata de subsídio do Estado de Rondônia que está sendo aberto, que está dando incentivo ele, então os frigoríficos também têm o compromisso de dar satisfação à sociedade de Rondônia e principalmente a esta Casa.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer todas as pessoas envolvidas na CPI que deram todo o apoio, dizer

que nós tivemos todo o apoio do Governo do Estado, através do IDARON, através da Secretaria de Fazenda, através da Secretaria de Agricultura e todos os dados do Ministério da Agricultura, dos produtores que vieram depor, dos frigoríficos, todos nós queremos agradecer por ter atendido e ter se colocado à disposição, informado todos os dados que nós precisamos para poder fechar esse relatório.

Então, eu queria deixar aqui registrado isso e agradecimento a todos. Obrigado.

(Às 17h09min o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid, por 20 minutos, Deputado, com apertes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde, Presidente. Em seu nome quero cumprimentar todos os Deputados aqui presentes, cumprimentar todos os jornalistas, todos os servidores, Deputado Laerte, Deputado Lazinho, a todos os presentes também na galeria na parte externa. O que me traz aqui, Deputado, hoje...

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Jesuíno, só permitir para cumprimentar aqui o meu compadre o Vereador Geraldo da Vitória, lá do município de Alvorada d'Oeste, que se faz presente aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O que me traz aqui, Presidente, falar sobre uma nota ontem, uma nota não, uma matéria sobre uma nota ontem, uma nota não, uma matéria que foi veiculada no site *O Combatente*, bem como na página do Alan Alex, Painel Político, onde o Presidente do Partido PSDB Municipal, Lindomar Carrero, é gravado, alguém pergunta, salvo engano a voz é do assessor do senhor Prefeito Mauro Nazif, Samuel Costa, pergunta para ele: *Lindomar, quanto à questão da pré-candidata à Prefeitura Mariana Carvalho, o senhor tem alguma, o nome do Alan França?* Aí ele fala: *Não, isso aqui o PSDB tem candidatura própria e não vai se envolver com picareta. Até então, e a Ada Dantas? Ada Dantas? Não conheço. Ada Dantas, esposa do Deputado Jesuíno Boabaid.* Também falou uma série de coisas que ninguém vai se envolver com partidos nanicos e ao final diz novamente picaretas. No fim da conversa do seu Lindomar, ele fala: *Não, e também a gente não vai coligar com o frouxo do Prefeito Mauro Nazif.*

Eu quero dizer, seu Lindomar, isso é para o senhor, eu nunca faltei com o respeito com o senhor, jamais! Aí o senhor quer atingir a minha pessoa, tudo bem, mas atingir a minha família, a minha esposa? Aí é uma outra situação. O senhor deveria ter no mínimo decência, respeito. Sou pai de família, assim também a minha esposa, se o senhor me provar que em algum momento alguma coisa que traga ou desabone a conduta da minha esposa, o senhor poderia provar, mas não de uma forma esdrúxula, o senhor tratar as pessoas assim. O senhor não é digno de estar na presidência de nenhum partido! E aqui eu quero fazer, Deputado Laerte, que o senhor é membro do PSDB, ao Presidente da estadual, Expedito Junior,

que até o presente momento estava aguardando uma nota de retratação por parte desta, e não esteve até agora, era o mínimo! Vou fazer um ofício, assim como eu já pedi ao Presidente do meu partido, o PMN, o senhor Miguel Queirós, que faça a minha devida nota e esta Casa eu estou aguardando também, aí o Presidente Maurão deve expedir um desagravo porque ele não atingiu somente a minha esposa, ele atingiu, falou Deputado, está atingindo a um membro deste Parlamento. O senhor deve agir de uma forma coerente, essa palavra que o senhor utilizou foi totalmente infeliz, eu não sou, como eu falei no início do nosso mandato, eu não vou estar aqui pegando porra-da de imprensa e ficar calado, não vou! Não tenho medo de imprensa, não tenho medo de ninguém, só tenho medo do castigo de Deus, só isso que a gente deve ter medo. Sabemos que nós ficamos vulneráveis, mas enquanto eu estiver aqui como Deputado vou utilizar todas as ferramentas jurídicas, bem como nas minhas prerrogativas em tentar conter tais abusos. Um aparte, Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – O senhor me permite?

Nobre Deputado, meu amigo Jesuíno Boabaid, eu vi o vídeo em alguns sites, comuniquei imediatamente ao Presidente Estadual do Partido, o ex-senador Expedito Júnior, que conversou com o Presidente da Municipal, o Lindomar Carrero, e solicitou que fizesse uma nota da Municipal corrigindo e se retratando diante do que disse naquela gravação à sua esposa e ao partido de Vossa Excelência. Ficou de colocar uma nota no *Facebook* pessoal, ainda não colocou, eu liguei agora mesmo cobrando e disse que iria se retratar do que disse em referência à sua esposa, mas não se retrataria na outra pessoa que não me recordo agora...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Alan França.

O Sr. Laerte Gomes – Alan França. E diz que não quis dizer isso, que no contexto, no final acabou falando, mas que era em direção a esse outro cidadão, mas que não deveria ter falado nem do outro. A pessoa quando está à frente de um partido ou de instituição tem que saber, ou de qualquer segmento, ela tem que pensar primeiro para depois falar. Foi um desrespeito com a Ada Dantas, sua esposa, foi um desrespeito com Vossa Excelência, com seu partido, eu acho que todo partido, Presidente Hermínio, tem a sua importância, todo partido tem as pessoas boas e as pessoas ruins, então nós temos que respeitar. Eu acho que foi um ato falho do Presidente da Municipal do PSDB, que é o partido no qual eu milito, faço parte e em nome do partido, Deputado Jesuíno, eu peço desculpas a Vossa Excelência e a sua esposa, sua família e peço desculpas a seu partido também. Mas com certeza vai ter que se retratar e colocar uma nota, porque ele mesmo me disse que ele não quis dizer isso, porque nem a conhecia, não quis dizer isso, quis dizer da questão dos partidos nanicos e desse cidadão que Vossa Excelência citou, Alan França.

Então, eu queria aqui, em nome do PSDB, e o PSDB ele não é composto por um cidadão só, uma pessoa só, em nome de todos os nossos militantes do partido, filiados, eu queria pedir desculpas a Vossa Excelência, mas principalmente à sua esposa, que é mãe de família, Ada Dantas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado Laerte, como eu disse...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Até porque, é assim que me causa estranheza, estão desinformados que eu apoiei na época o candidato Expedito Júnior ao Governo.

O Sr. Hermínio Coelho (Presidente) – Um aparte, meu companheiro.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Com certeza.

O Sr. Hermínio Coelho (Presidente) – Só dizer, Deputado Jesuíno, primeiro concordar com Vossa Excelência, que as pessoas não podem, não devem agir dessa forma, principalmente com pessoas como a Ada, que é uma companheira de luta e que até agora não tem nada que desabone a Ada, a não ser uma luta diária aí, principalmente na Associação que ela representa da tropa da Polícia Militar. E dizer, Deputado, meu companheiro Laerte, que é por isso que o PSDB em Porto Velho é tão pequeno, porque tem um imbecil daquele como Presidente, que esse tal do Sanduba aí, como é o nome dele?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Lindomar.

O Sr. Hermínio Coelho (Presidente) – Lindomar do Sanduba, como é o nome?

O SR. JESUÍNO BOABAID – É do Sanduba.

O Sr. Hermínio Coelho (Presidente) – Ele mostra a pequenez dele, é um cara pequeno e é por isso que o PSDB é muito fraco aqui em Porto Velho. A Mariana foi bem votada, não pelo PSDB, foi bem votada por ela, aquele jeitinho que ela tem de dar beijinho no povo, dar abraço, ela consegue enganar muita gente e tem uma votação boa, como eu, ela me enganou duas eleições a Mariana. Mas esse Sanduba, nem enganar não sabe, o bicho é tão imbecil, tão estúpido que não sabe nem enganar e age dessa forma, eu acho que qualquer projeto em Porto Velho, qualquer pessoa que é pré-candidato, qualquer partido que tem pré-candidato, principalmente o PSDB, tem que estar é buscando partido, parceiros, aliados, porque todos os partidos hoje têm gente de bem e gente ruim, se a gente for escolher partido só de gente boa não vai achar nenhum, não acha mais partido para coligar, todos os partidos são formados por pessoas boas e pessoas mais ou menos e pessoas ruins. Por isso, é como eu te falei, a gente também quer junto com você também repudiar, repudiar essa forma, essa forma dele se achar, ele se acha um, eu não sei, um cara que não tem voto, não é candidato a vereador, porque se for não ganha e fica se achando uma liderança política de Porto Velho que não precisa de ninguém, acha que o PSDB não precisa de ninguém para poder, para poder formar um grupo aí, fazer parte de uma coligação para ganhar Prefeitura. Eu torço para que um grupo bom de pessoas, uma candidatura, que apareça uma candidatura para que venha ganhar eleição do Dr. Mauro, eu não quero que o Dr. Mauro venha ser Prefeito mais quatro anos em Porto Velho, que aí seria doído demais para nossa cidade, e ele agindo dessa forma, é bom que o

candidato dele também não vai ganhar e eu espero que o candidato nosso, nós temos duas pré-candidaturas aqui na Assembleia, pelo menos até agora duas e eu acredito que vai ser as opções, a opção de disputar essa eleição do ano que vem. Do PT, eu não tenho nada contra o PT, mas o Roberto Sobrinho ser candidato de novo à Prefeitura de Porto Velho é ser cara lisa demais, sabe, Davi, é o cara não ter o mínimo, o Professor Roberto Sobrinho está dizendo que realmente o que ele era, é muita coragem dele, ele ter coragem de colocar o nome dele para disputar a Prefeitura de Porto Velho, um cara que foi 08 anos Prefeito de Porto Velho, num melhor momento de Porto Velho, fez um monte de lambança na Prefeitura, cometeu um monte de erros e ainda ter a cara de pau, Deputado Lazinho, com todo respeito que eu tenho pelo PT e até pelo Roberto, até pelo Roberto, eu respeito, gosto da família dele. Então, Roberto, não sair candidato, porque eu acho muita cara de pau ele fazer o que ele fez e vir ainda pedir voto para o povo de Porto Velho, dizer que vai fazer o quê? Vai terminar os viadutos que ele começou há sete anos, coisa desse tipo, não tem lógica o Roberto ser candidato.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Assim, para finalizar, até para não delongar, só dizer que nós estamos aguardando, aguardando o posicionamento do senhor Lindomar e também quando ele vai fazer a devida retratação, porque eu acredito que ele deva fazer tal medida, que é o mínimo, é digno de um cidadão reconhecer o seu erro, até porque, olha, tem pessoas que só vivem disso, estar na internet, nas redes sociais pegando essas informações, que são pessoas adversárias, para começar a criticar, a falar e difamar, tentar difamar a Ada, só que o tiro foi no pé, infelizmente o que fizeram com ela, fizeram conosco, que eu também me sinto ofendido foi totalmente oposto, várias pessoas entraram, compartilharam falando que isso, infelizmente ainda existem pessoas perversas desse tipo, utilizando esses mecanismos totalmente baixos. Nunca falei de ninguém, nunca vou falar de ninguém, que eu não preciso disso. Faz teu trabalho, meu amigo, trabalhe, se você quer ser Deputado, Vereador, Prefeito, Governador, faça o trabalho, o povo que vai lhe julgar. Agora, fazer esse tipo de mediocridade, para mim é um cabra sem qualidade que faz isso, sinceramente, sinceramente o povo que pega, exemplo: eu posso até divergir do Governo Confúcio Moura, mas jamais vou atacar a pessoa dele, vou para o confronto ético, moral, aí sim. E fica aqui a minha questão quanto, aí também eu não vou dar muita ênfase ao nome desse cidadão, ele dizer que outras pessoas que também utilizaram em difamá-la vão responder à altura e todo recurso e todas as ações cíveis, eu quero registrar na Justiça que vou doar para casa de filantropia, vou fazer questão de ficarem consagradas lá, todas as ações cíveis serão destinadas em juízo, se for julgada procedente, para o Hospital do Câncer ou qualquer outra instituição, eu não quero um centavo, um centavo. Mas eu vou entrar, eu vou entrar em todas, eu não vou perdoar, tem que entrar, passe daqui a quatro anos, cinco anos, mas tem que respeitar. Enquanto nós estivermos aqui nesta tribuna, temos foro de prerrogativa, aí a pessoa pode ficar magoadinha também, mas temos foro de prerrogativa, o direito de falar. Eu não vou me alongar quanto a essa questão. Quero falar sobre a situação do decreto aí que o Deputado Léo Moraes entrou e a gente tinha feito compro-

misso, fizemos uma reunião que iríamos sustar, o Deputado Léo Mores já entrou, nós entramos com a emenda, mas aceitamos, entendemos que vamos anular no total. E peço também o apoio, Deputado Maurão, que o senhor peça para incluir na Ordem do Dia aí a referida matéria, o Decreto Legislativo que susta o efeito do Decreto do Governador, que para mim é uma aberração jurídica tentar tolher direitos que já estão consagrados na Constituição Federal, na própria Legislação Estadual, ele faz o que quiser, quem não quiser pagar, mas desde que reveja a sua ação legal. E até agora eu estou esperando, ele falou que ia revogar e não revogou, está no campo da balela, está só no campo da falácia, estou esperando, não sei se foi publicado no Diário Oficial, estamos esperando, estamos aqui aguardando, Deputado Léo Moraes, o senhor pedir depois a inclusão na Ordem do Dia desse referido Projeto de sua autoria com o qual iremos certamente revogar todo o procedimento que ficou mais do que nítido uma afronta a esta Casa também.

Dizer também, Deputado Lazinho, parabenizar Vossa Excelência, aqui nesta Casa quando adentramos, falar em CPI, não vai dar em nada, nem relatório vai ter, falavam assim desse jeito. O senhor está de parabéns, a sua Comissão, está aqui o relatório, aqui está fazendo diversos apontamentos, com certeza a CPI teve o seu papel primordial, agora indica os órgãos competentes que deverão ajuizar ações, são Ministério Público Federal, Estadual, bem como o Governo em analisar a questão das isenções fiscais, se for necessário, salvo engano já existe uma situação do *Grito da Terra*, que vocês irão discutir na Comissão Agropecuária, Vossa Excelência, salvo engano, é Presidente, e vocês irão trazer para esta Casa, para rever esse incentivo. Peço à Casa, ao Presidente Maurão de Carvalho que divulgue de forma ampla, de forma bem ampla, informe, divulgue às pessoas, porque o que se ouviu é o seguinte: CPI nesta Casa não dá em nada, é uma bela balela, é só mentira, não dá em nada.

Então, está aqui a prova, está aqui a prova para quem duvidava, cumpriu o seu papel de forma regimental, entendeu conforme o senhor fez a leitura que existe sim cartel, não é isso? Que existe, e também uma série de apontamentos que o senhor faz aqui das folhas 46 até o final, não vou fazer a leitura novamente, até porque o senhor já fez. Então, é essa também, Deputado Maurão, Presidente, peça à assessoria de imprensa, bem como aí à publicidade, que divulgue, faço questão, nós temos que fazer questão, Deputado Alex Redano, tirar essa imagem da Assembleia, que todas as CPIs que tiveram aqui nesta Casa, nem relatório teve, foi arquivado e uma série de outros comentários tendenciosos que falavam do Parlamento. Como eu sempre digo, aqui é a 9ª Legislatura, não é a 8ª, 7ª, 6ª, nós não estamos preocupados aqui com as legislaturas passadas, nós estamos na 9ª Legislatura.

Sobre a situação do senhor Governador Confúcio Moura, o senhor tem o Chefe da Casa Civil, o senhor está sendo representado nessas reuniões por este, quando não por outros Secretários. Tivemos reuniões, tivemos reuniões para tratar sobre algumas ADINs quanto à contestação de Leis inerentes a Polícia e Bombeiro Militar, e ali ficou acordado, Chefe da Casa Civil, Procuradoria do Estado, representado pelo Dr. Glauber, e mais membros do Executivo, que após análise da Polícia Militar, da Procuradoria, do próprio IPERON, o senhor iria encami-

nhar a devida Emenda Constitucional para esta Casa. Deputado Lazineiro, é aí para minha, isso era para ser encaminhado, faz duas semanas que esse Projeto deveria estar nesta Casa, e agora para o meu dissabor, para minha informação o senhor Governador entendeu que não está suficiente o parecer favorável da Procuradoria, da Polícia e os demais órgãos, vai remeter para o Pleno do IPERON, que só após análise do Pleno, irá entender e julgar necessário encaminhar para esta Casa.

Senhor Governador, use os seus direitos, que isso é seu direito realmente, que eu, não só eu, os demais Deputados, irei também usar os meus direitos. Aqui eu quero fazer uma ressalva, outra ressalva, nós temos um Regimento, é o Regimento que tem que ser cumprido, às vezes você vê um Deputado vir aqui dar o parecer, é porque entendeu que satisfaz as devidas informações e que também não há a devida necessidade em pedir as devidas informações ao Executivo. Mas como o senhor Governador está tão preocupado com tal matéria, vou exercer também de forma firme. Nenhum projeto do Executivo irá passar sem ter o meu Requerimento. Por que é que eu estou falando isso? O Governo não encaminha as informações, processo completo quanto ao rito administrativo, parecer jurídico, se há ou não impacto orçamentário, ele não encaminha. Só manda duas folhinhas e encaminha. Então, matéria de Deputado não tenho nada contra aqui porque eu entendo que o Parlamento aqui tramitou nas Comissões, então não vai. Agora, Projeto também que for de interesse da sociedade, que for do Executivo, também entendo que pode passar porque é interesse da sociedade, mas da sua alçada, igual o senhor quer aumentar de 10% para 20% o remanejamento, não vai passar da forma que o senhor pensa. Vou chamar Audiência Pública, quero todos os pareceres. E se não encaminhar, que fique registrado aqui, eu não sei como é que está o Dr. Leme, a Procuradoria desta Casa, é automático, remeta-se à Procuradoria para abertura de crime de responsabilidade, crime de responsabilidade. Não tem perdão, não. Como eu digo, não tenho nenhum cargo no Governo e nem quero. Não estou preocupado, sou independente, mas exijo respeito, o senhor deve respeitar este Parlamento. Aí eu chego aqui, Deputado aqui desesperado: pelo amor de Deus. Não vai votar, pode chorar. Eu vou sair do Plenário, vou pedir vista e acabou. E se alguém quiser mudar o Regimento aqui, também vai ter que passar, eu peço mais um tempo por conta de que usaram a minha fala. Eu peço também que vai ter que tramitar da mesma forma. Pode botar um Requerimento para mudar para 48 horas, mas vou pedir vista, 18 dias... Pode falar, pode falar.

O Sr. Hermínio Coelho (Presidente) – Primeiro, Deputado Jesuíno, com relação a esta questão, pode passar por mil Comissões. Aqui, enquanto não resolver o problema que foi combinado, que o Governo se comprometeu com a Polícia Civil, com o Sindicato e todos os trabalhadores da Polícia Civil, não é votado nada do Executivo. Pode ser para curar a vida dele, do Confúcio, para salvar a vida dele, não para... É a palavra de 16 Deputados. Que se acontecer isso, sabe o que é que eu vou fazer? Só vou chamar, dizer que tem alguns Deputados aqui que não têm palavra, que não são homens.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está certo. Então fica melhor.

O Sr. Hermínio Coelho (Presidente) – Porque tem 16 Deputados que se comprometeram e o Deputado Maurão não estava lá, o Presidente, e falou que nós podíamos nos comprometer porque desde o ano passado que o Governo abriu as pernas para os Delegados e não quer atender à reivindicação de anos, do restante da categoria da Polícia Civil. Por isso, enquanto ele não cumprir o que ele se comprometeu com a Polícia Civil, nós não vamos votar nenhum Projeto de interesse dele. Agora nós temos um Projeto hoje aqui que é de interesse do Executivo, porque infelizmente o Tribunal de Contas, nem o Ministério Público e nem o Tribunal de Justiça pode mandar projeto para cá. O projeto veio em nome do Executivo, mas o projeto é do Tribunal de Contas. E foi superávit que teve lá no Tribunal de Contas e nós vamos votar esse Projeto. Porque projeto de outro Poder, nós não podemos penalizar outros Poderes por causa de incompetência ou de falta de cumprimento de acordo do Executivo. O projeto...

O SR. JESUÍNO BOABAID – É isso que eu estou falando...

O Sr. Hermínio Coelho (Presidente) – O Projeto do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da nossa Defensoria e do Tribunal de Justiça nós não podemos segurar aqui por causa do Executivo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, o que eu estou falando, igual ao que Vossa Excelência falou, tem um projeto que o Prefeito de uma cidade, referente apenas a uma nomenclatura da lei, que está prejudicando os devidos municípios. Aí eu entendo que não há nenhum prejuízo, lembrando que eu vou fazer uma emenda. Estou estudando a possibilidade de uma emenda porque só assim beneficia a sociedade, a Prefeitura, independente que é do Governo. Mas em se tratando da situação de aumentar, querer cargo, fazer qualquer coisa: 'Senhor Governador, agora o senhor tem realmente um líder aqui seu. Pense num líder, um líder que vai exercer seu papel constitucional'. Eu nunca, que fique claro aqui a questão dos policiais civis, o Plano de Carreira, apenas os compromissos que foram feitos, que ele encaminhe, que dê resposta para o servidor, se vai fazer ou não. Aí fica enganando, fica enrolando, fica fazendo os outros de palhaço? Ninguém quer isso, não, quer que seja respeitado. Então o compromisso é: mande resposta. A categoria só quer saber se vai cumprir ou não quanto à questão... Porque ficou acordado que eles iriam encaminhar uma contraproposta. Ou senão falar: não vou, vai ficar aquela que foi dada. É isso que a gente está pedindo, Deputado Hermínio. Mas fique tranquilo que a gente vai hoje tratar o Governo como ele merece. Eu peço a Deus, igual eu já vi aqui, 'ah, vamos aprovar o projeto porque o Governador quer assinar na sexta-feira, que isso é importante'. Vai, vai pensando! Vai cumprir! E o senhor pode ser meu companheiro, Deputado Hermínio, não vai agora ter essa mesma situação hoje como era, não. Do jeito que ele tem dúvida, eu também tenho dúvida. Não vai votar projeto com duas folhinhas, não, justificava velha, esdrúxula, imoral. Ou o senhor da COTEL encaminha o projeto na íntegra, na íntegra, e não mande para mim, não, que eles estão fazendo um joguinho meio, manda um monte de papel falando: 'Olha, gente, é até bom pedir ao Deputado Jesuíno aí, anota lá, não atendeu nada'. E a Secre-

taria Legislativa, que fica anotado aqui, todo documento que chegar pode mandar para mim juntar nos autos do processo. Ou senão mande separadamente. Aí eu quero o parecer, eu quero a cópia na íntegra do processo administrativo. Eu quero a cópia do parecer jurídico e eu quero também a questão do impacto orçamentário e demais questões que foram julgados e analisados. A partir de hoje vai ser assim. E o Presidente Maurão que sente nesta cadeira, se ele estiver nesta Casa, a partir de hoje, de forma regimental. Não vou, não vou mais, ele vai sentar na cadeira que ele é Presidente. Não vou aceitar que ele fique aqui e depois passe e depois ele volte, o Regimento não permite, enquanto o Presidente estiver aqui na Casa é ele que deve sentar na cadeira, ele é o Presidente, e se não sentar eu vou entrar com uma ação para anular toda, toda, todo processo deste dia. Fique aqui claro, está aqui na Casa, então o Deputado Maurão sente na sua cadeira. E por que é que eu digo isso? Ele vai agora administrar, vai falar agora com o Presidente, com o Governador, acabou essa história. Ele é o Presidente? Então vai assumir a cadeira dele aqui de Presidente, não estou dizendo que nenhum Deputado não pode sentar, mas quando ele está na Casa ele é quem preside as devidas sessões. E eu não vejo isso sendo cumprido, o Regimento tem que ser cumprido, então vamos cumprir o Regimento.

Passei cinco minutos e vinte e dois, era isso que eu queria falar.

Senhores, podem ficar tranquilas todas as categorias, somos aqui nesta Casa, nenhum Deputado vota contra servidor, nenhum Deputado vai aceitar que haja prejuízo para os senhores. Enquanto nós estivermos aqui, com certeza o Governo vai ter. Ele pode entrar com a ADIN como ele está entrando na Justiça, ele está entrando na Justiça, mas aqui no Parlamento é resistente, não vai passar nenhum projeto como ele pensa em prejudicar servidor, não. Era isso que eu queria dizer nesta Casa. Muito obrigado a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno.

Eu quero aqui cumprimentar o Vereador Vanilton Cruz, da Câmara Municipal de Ariquemes. Obrigado, Vanilton, pela presença; também do Vereador Valdinei Antônio Coelho, deve ser meu...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É Nenzinho mesmo, é lá de Corumbiara.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Como?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Valdinei era Nenzinho, é que aqui ele ficou chique agora é Valdinei.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Valdinei Coelho deve ser meu parente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Lá de Corumbiara.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Corumbiara. Obrigado pela presença. Maria Aparecida do Nascimento, Presidente da Associação de Mulheres Unidas de Ariquemes e re-

gião. A companheira deve estar contente com o Ministro do Ministério do Temer, não tem nenhuma mulher; e o senhor Eugênio da Silva, Presidente da Associação do Assentamento Capitão Sílvia no município de Ariquemes. Obrigado Presidente pela presença; Vereador Valdinei Spíndola; vereador Marcelo Crisóstomo, vice-Presidente da Câmara Municipal de Corumbiara, obrigado companheiro Vereador; Advaldo Piquete, Presidente da Associação dos Agricultores Rurais Desportivos Esperança, Ariquemes; Nivaldo Ferreira, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Canaã, município de Ariquemes. Obrigado a todos pelas presenças.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu estou vendo que Vossa Excelência estava falando aqui da notícia do novo Presidente. Ministro revoga construção. Viu, Deputado Hermínio, Vossa Excelência estava falando dos Ministérios. Tem uma notícia bomba aqui agora, começou o cancelamento de construção de 11.500 unidades '*Minha Casa, Minha Vida*'.

(Às 17h39min o senhor Hermínio Coelho passa a Presidência ao senhor Luizinho Goebel)

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Nas Comunicações de Lideranças, por até 20 minutos, com apartes, o eminente Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Boa tarde a todos. Cumprimentar o Deputado Luizinho que está presidindo a sessão, o companheiro Luizinho, cumprimentar os meus amigos Deputados, Deputadas, cumprimentar a imprensa, os servidores da Casa; cumprimentar a todos que estão aqui assistindo a Sessão.

Dizer para os nossos enfermeiros e enfermeiras que a gente, tem a faixa ali, eu perguntei a várias pessoas aqui como é que era essa situação dos enfermeiros, se tinha concursos já aprovados e falta o Governo chamar, não entendi bem. Mas dizer que o Sindicato, a Associação, se quiser uma reunião aqui com o Presidente e com os Deputados para passar melhor para gente qual é a reivindicação dos trabalhadores da área de enfermagem, que a gente está aqui para apoiar. E todos os segmentos dos servidores do Estado, todos, muitos já conseguiram aprovar os seus planos, já conseguiram avanço, e outros o Governo se comprometeu, como é o caso do restante da categoria da Polícia Civil, que só foi resolvido o problema dos Delegados, o restante dos trabalhadores da Polícia Civil está aí sendo empurrado com a barriga desde o ano passado, está fazendo um ano agora em maio, que o ano passado em maio já era para ter sido aprovado o plano da Polícia Civil e infelizmente aprovaram só dos Delegados, na época foi feito o compromisso, o Governo fez um compromisso com todos os Deputados e a categoria que no ano de 2015 mesmo mandaria esse plano, enrolaram, não mandaram, estamos quase na metade de 2016 e continuam enrolando, por isso o compromisso da Assembleia é que não vote, que enquanto o

Governo não mandar a proposta do plano de carreira da categoria da Polícia Civil os Deputados passariam a não votar, trancariam a pauta com projetos do Executivo.

Tem a questão também dos Agentes Penitenciários que têm um compromisso também do Governo e o Governo também está enrolando, mas não tem jeito, já que ele abriu para algumas categorias vai ter que atender os outros, por que atendeu alguns segmentos e não vai atender os outros? Ninguém é melhor do que ninguém, se alguns tiveram direito e avançou por que outros trabalhadores de outras áreas não vão ter? Por isso, vocês têm que lutar e contar aqui com esta Assembleia que aqui todos os Deputados, sem exceção, têm ficado, mesmo o Governo tendo uma ampla maioria aqui na Assembleia, os trabalhadores têm sido ouvidos sempre e não tem sido aprovado nada nesta Assembleia que não seja com o aval dos trabalhadores.

Mas eu queria falar hoje sobre uma questão muito importante aqui de Rondônia. Nós, em Rondônia e no Brasil inteiro, a tarifa de ônibus, por exemplo, a tarifa de ônibus em Porto Velho está há cinco anos, vai fazer seis anos, parece que já fez seis anos que não teve reajuste nenhum, e para falar a verdade não estou aqui defendendo reajuste de tarifa de ônibus, mas se caso aumentar 0,10 centavos, ou 0,20 centavos, ou 0,40 centavos na tarifa de ônibus os nossos estudantes, principalmente os estudantes vão para a rua e muitas vezes com muita razão discordar do aumento e vão para o piseiro e muitas vezes o Prefeito se acovarda e vai para atrás e não aplica o reajuste. Aqui em Rondônia, principalmente Rondônia, vou dizer Rondônia e Porto Velho que é onde a gente vive. Aqui em Rondônia tem vários tipos de assaltante, tem ladrão de todo tipo, ladrão de varal, ladrão de toca-fitas, ladrão de supermercado, ladrão de bicicleta, ladrão de banco, tem ladrão de todo tipo que você quiser, mas nenhum ladrão neste Estado é igual essa tal de Eletrobras/CERON e companhia. O que eu quero dizer é isso, se vai aumentar 0,10, ou 0,20, ou 0,40 centavos na tarifa, que é só uma parte dos trabalhadores que pagam a tarifa de ônibus porque a maioria dos usuários de ônibus quem paga é o patrão, se eu sou empregado do comércio quem paga meu vale-transporte é a empresa que eu trabalho, não é nem o próprio trabalhador que paga e o trabalhador se revolta e vai à luta para não pagar a tarifa com aumento, e essa tal dessa Eletrobras que ninguém sabe nem onde é que fica, Deputado Luizinho, aplica tarifa, cobra conta de luz no nosso Estado, meu amigo, ninguém aguenta pagar mais essa energia. Eu pensei que só era eu, eu moro numa casa no Marechal Rondon, uma casa simples, tem dois ares condicionados na minha casa, um funciona sempre e o outro raramente é ligado, casa simples e vem R\$ 1.500,00 de energia, eu já achava aquilo um absurdo e eu venho perguntando às pessoas 'quanto você paga de energia? - Ah, pago R\$ 1.100,00, pago R\$ 900,00'. Ontem, eu encontrei uma senhora com o contracheque dela, trabalha numa casa de família e ganha oitocentos e poucos reais por mês bruto, descontando lá ganha setecentos e poucos reais, ela tem dois ventiladores velhos na casa dela, uma casinha simples lá no União da Vitória, R\$ 600,00 a conta de energia, ela ganha setecentos e poucos reais por mês, mora num barraco, tem dois ventiladores porque aqui em Rondônia... De primeiro dizia que era Teresina e Cuiabá que quando o cara quisesse, como dizia o Espanto, quando o cara quisesse estagiar para ir

para o inferno ia para Teresina ou Cuiabá. Rondônia pode vir também porque é quente também, ninguém consegue viver aqui sem pelo menos um ventilador. Essa senhora tem dois ventiladores, mora numa casinha simples lá no União da Vitória, veio R\$ 600,00 a energia e você não tem para quem reclamar e se você não pagar eles vêm e cortam e você nunca mais religa. Isso quem está passando essa situação de energia...

Há pouco tempo, eu fui reclamar na Eletrobras, consegui falar com aquele baixinho que era indicado do Raupp lá, ele veio falar para mim o seguinte: '*Não, aqui nós pagamos caro a energia porque tem muito gato; tem muito gato e tem muito rabicho, tem muita invasão e o pessoal puxa o rabicho*'. Para você ver como é que é o trem aqui no nosso Estado. Aqui a gente paga pelos criminosos, as pessoas que pagam as contas com decência, que não têm coragem, não é criminoso, não tem coragem de colocar um tal de gato lá no relógio, paga a conta dele e paga mais as contas dos que põem gato e das ocupações. Como eles não vão lá colocar energia de forma legal para o povo, o povo puxa o rabicho, aí quem paga a conta somos nós.

O que eu quero dizer é o seguinte: como é que pode, eu acho engraçado, nós, a população, nós nos revoltamos contra os políticos, e é lógico que isso também tem responsabilidade dos políticos, tem responsabilidade também dos políticos, os políticos são os maiores responsáveis. E nós aqui em Porto velho? Eu peguei uma conta, eu peguei uma conta, eu estive em Goiânia há um mês, lá em Caldas Novas, numa cidade, cidade grande turística lá de Goiás, rapaz uma casa que dá... Muito maior do que a minha, muito mais ar condicionado, muito mais, usa muito mais energia, a conta R\$ 350,00. Você vai a São Paulo em bairros como Capão Redondo, Jardim Ângela, que lá antes era considerado favela, hoje são bairros que têm prédios de 30, 40 andares aqueles bairros, os caras pagam R\$ 150,00, R\$ 200,00 de energia, agora nós de Rondônia, com duas usinas na porta de casa, duas usinas das maiores do Brasil na porta de casa e nós sendo assaltados na cara dura por essa CERON e Eletrobras e ninguém fala nada, nem o próprio povo, nem o próprio povo, o povo vai para a rua, vai lá para o Espaço Alternativo, *fora ladrão, fora corrupção, fora não sei o quê*, mas ninguém fala nada disso. E a CAERD? E a CAERD com esse atendimento nojento que ela faz, nós vivemos aqui ilhados de água e pagamos a tarifa de água mais cara do Brasil e eu não vejo ninguém reclamar e nem a própria população, porque nós vamos para rua pedir fora não sei o quê, fora não sei o quê, por que nós não vamos para rua dizer: *fora Eletrobras, fora CAERD, fora bando de capeta, bando de ladrão que anda roubando a gente*.

Meu amigo, hoje você tem que decidir se você tem energia em casa ou se você passa fome. Porque como é que um trabalhador... A média do salário dos trabalhadores em Porto Velho é de mil e quinhentos, dois mil reais, isso os que trabalham, e tem um monte de desempregados que não conseguem emprego, que não ganham nada. Como é que paga mil reais de conta de energia, quinhentos, seiscentos de conta de água? O que é que nós vamos fazer? Deputado Jesuíno junto comigo nós propusemos uma Comissão, uma Comissão e nós vamos provar Deputado Jesuíno, Deputada Lúcia Tereza, os nossos Deputados aqui, nós vamos provar, por exemplo, o

Cunha, o Cunha pensa num ladrãozão, pensa num ladrãozão, num corrupto de primeira, um corrupto que eu comparo um pouco o Cunha com o Pablo Escobar, o que foi o rei do tráfico lá na Colômbia.

Mas essa CERON, essa Eletrobras é muito mais danosa do que o Cunha, principalmente para Rondônia, ninguém aguenta, Deputada Lúcia. Deputada Lúcia, eu pago mil e quinhentos reais de energia porque eu sou Deputado, e se eu voltar a ser cobrador, motorista de ônibus que nem eu era? Eu tenho que vender o meu barraco lá no Marechal Rondon, tenho que ir morar lá numa invasão para puxar um rabicho para eu poder viver, porque como é que se eu voltar... Um motorista ganha mil e setecentos reais por mês. Aí eu sou motorista vou morar lá na minha casa onde eu moro hoje, eu vou pagar mil e quinhentos só de energia. Eu estou colocando aqui não é por mim, não, porque eu posso pagar ainda hoje, mas a maioria do povo de Rondônia paga, Deputado Lebrão, porque não tem outra saída, porque ninguém aguenta viver sem energia neste Estado quente, tem que ter água gelada, tem que ter um ventilador pelo menos para esfriar um pouco. Mas quem diabo que aguenta pagar isso? E porque é que a gente aceita isso tudo quietinho? Nessa Comissão que eu e o Deputado Jesuíno propomos está provado o tanto de dinheiro que essas empresas ganham, porque a Eletrobras ela é uma empresa estatal, é do Governo Federal, mas ela compra energia das Usinas que fazem subsídios do Banco, do nosso Banco aqui, o BNDES, compra barato, compra barato por 30, 40 anos e vende caro para o próprio Governo e vende caro para o próprio Governo, aí o Governo de Rondônia mete 20 tantos por cento de ISS e ICMS e mais um monte de coisa e a tarifa chega aonde chega. E é como falei, ninguém reclama disso, nós vamos fazer, Deputado Jesuíno, vamos fazer essa Comissão funcionar, vamos chamar o povo de Rondônia, vamos denunciar, vamos denunciar nos quatro cantos do Estado de Rondônia que nós estamos sendo assaltados todo mês por essa tal dessa CERON, Eletrobras e por essa CAERD e vamos chamar o povo aqui para esta Assembleia e vamos, porque se o povo de Rondônia, se nós agirmos, porque em todos os Estados do Brasil a mais barata é aqui, tem Estado que não produz energia nenhuma e a energia é muito mais barata do que Rondônia, que nós produzimos energia para se distribuir para o país inteiro. Por isso a gente pensa, muitas vezes a gente fica preocupado com um monte de coisas, que tem que se preocupar com tudo, mas ser assaltado também legalmente, porque quando esses caras cometem corrupção eles cometem fora da lei, mas a corrupção dessa Eletrobras ela é legalizada, eles estão nos roubando, tirando o pão da boca das crianças das famílias mais pobres deste Estado. Porque eu, como eu falei antes e estou repetindo, nós aqui como Deputado nós podemos pagar uma conta de luz de mil e poucos contos, mas a maioria dos trabalhadores de Rondônia não podem pagar o absurdo de conta dessa. E a casa que eu moro, a maioria dos servidores da Assembleia, a maioria dos servidores da Câmara, a maioria dos motoristas de ônibus, de trabalhadores comuns que nós temos no nosso Estado têm casa até melhor do que a minha. E hoje ter ar condicionado não é luxo, ter ar condicionado em Porto Velho, em Rondônia não é luxo. Por isso que nós temos que se indignar com isso e lutarmos para fazer essa Eletrobras, essa Eletrobras vir aqui a Rondônia e rever, rever cada relógio, Jesuíno. O relógio lá do

meu barraco, se tiver tudo ligado, o bicho está andando a cem por hora, se eu desligar tudinho, ele parece quer aumentar a velocidade. Por isso eu estou denunciando, estou chamando essa Eletrobras de ladrona, ladrona descarada do povo de Rondônia e nós vamos provar, mas precisamos do apoio da população, vamos entrar na nossa Justiça, provar, porque prova nós temos que nós em Rondônia somos discriminados, pagamos de conta de energia criminosa. E pior se nós tivéssemos condições mesmo para pagar, era uma beleza, mas a maioria paga porque não tem jeito. Porque se a gente quer ver o que é sofrimento, a gente fica sem energia, na hora daqueles apagões nós ficamos uma hora em casa sem energia a gente fica malquinho, imagina você ficar sem energia em casa? Energia é um bem básico, é um direito do cidadão, mas da forma que está hoje aí é muito difícil a população não aguenta, nós não aguentamos mais pagar essa conta de energia da forma que é cobrada sem... Eles cobram o que eles querem e eles fazem o que eles bem entendem. E nós vamos abraçar essa causa, mas precisamos do apoio principalmente da sociedade, do povo Alex do nosso Estado para, se for o caso vamos parar aquelas usinas, vamos chamar o povo para lá. Olha, nós vamos deixar esse trem funcionar até a Eletrobras vir e resolver, nós não queremos energia de graça, nós queremos pagar o justo, nós queremos que cada cidadão que consome energia em Rondônia pague a tarifa justa, nós não queremos é ser assaltado de forma nojenta, achando que nós somos um bando de idiotas e pagar energia da forma que é cobrada e não podemos fazer nada. Até porque, Deputado Jesuíno, Deputada Lúcia, nós pagamos energia, Deputada Lúcia, porque se tem um trem que funciona é aqui, se nós não pagarmos no outro dia eles vêm e cortam e só religam depois que a gente pagar com multa e tudo. Deputado Jesuíno.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Presidente só falando aqui o seguinte, Deputado Hermínio, essas empresas são tão descaradas, como bem disse, e o próprio Governo vai ter que somar esforços. E por que eu digo isso? Ao final do relatório podemos propor a medida de reduzir o tributo, o ICMS, porque como foi falado, nós fizemos um protesto na época que nós ficamos na bandeira vermelha, fizemos um protesto na frente das usinas, com muita peleja foi feita uma mobilização de âmbito estadual e federal, voltamos à bandeira verde. Só que a minha conta ficou igual a sua, eu não vi nenhuma mudança. Era mil e pouco, ficou mil e pouco, eu até falei: que bandeira é essa que nós estamos? E teve um aumento de contrapartida de 16% e eles aumentam como querem. Então, nós iremos ao final julgar se for necessário, o senhor como membro também, nós somos membros dessa comissão, vamos fazer valer também essa comissão especial. E com certeza a Eletrobras vai ter que justificar, não só a Eletrobras, todas as empresas, CAERD também, que também opera na questão do esgoto e da água. Então, era esse aparte que eu queria falar, é muito cobrança, cobra tanto que nem aqueles projetos sociais que o cidadão tem, *Minha Casa, Minha Vida* que eles têm um projeto na Eletrobras e na CAERD, eles não querem acatar. Eles não aceitam, o cara tem que pagar taxa cheia e eles têm o benefício, anistia, uma série de tributos e eles não cumprem, são totalmente arbitrários, não querem nem falar em cumprir lei, pa-

rece que eles já autonomia soberana. Era isso que eu queria falar, Presidente. Obrigado.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, nobre Deputado?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputada Lúcia.

A Sra. Lúcia Tereza – Faço agora somando com o que o Deputado Jesuíno disse e V. Ex^a e vou colocar um fermento a mais na nossa comissão que eu vou fazer parte e com grande expectativa vou fazer parte, que eu quero saber. Que são mistérios que a gente não consegue descobrir. E quando tem um problema, por exemplo: na zona rural cai uma banana lá, dá um problema na linha, no começo da linha, fica, Excelência, de oito a dez dias sem dar manutenção, todo mundo perde o seu leite naqueles tanques de leite, perde tudo que tem no freezer, porque tem gente que faz polpa de fruta, perde, frango perde, perde toda produção e se você entrar contra a Eletrobras, você não ganha uma causa e eles e aí nós fomos saber porque que não conserta no mesmo dia, no outro dia seguinte. Não tem peça de reposição, Excelência, os funcionários que são pouquíssimos, é um carro com dois funcionários para atender o município que tem uma área de 2.000 km de estradas e que tem gente na ponta da linha até no começo, do começo ao fim. E sabe o que eles falaram, os dois funcionários, que eles correm tanto para atender, eles andam 110, 120 naquelas estradas para atender uma comunidade, atender outra. Sabe o que eles falaram? Que eles, de 04 “*bagana*” eles têm que fazer uma para consertar uma coisa, eles não têm peça de reposição. Isso é uma coisa que nós vamos ver nessa Comissão, quero alertar Vossa Excelência e o Deputado Jesuíno para isso e outra coisa mais agravante ainda, quando você faz reclamação no 0800, é Rio de Janeiro, eles não sabem nem quem é, nem quando nada, diz que vai e fica naquela gravação ridícula de enganar bobo. Então, que bom que a gente está tendo oportunidade de pelo menos dar um chacoalhão e ver o que é isso, que bom que nós tenhamos essa oportunidade rapidamente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – E outra coisa, só para concluir, Presidente, há pouco tempo eu vi numa revista, eu não sei se foi na *Revista Veja*, numa revista dessas formosas aí do Brasil, acusando, falando do esquema, Deputado Jesuíno, dessa Eletrobras aqui em Rondônia, inclusive citando lá vários políticos de propina, inclusive um Senador de Rondônia, inclusive não é eu que estou falando aqui, está lá o Senador Raupp, colocado como um dos pegadores de propina da Eletrobras, está lá na revista. Aí, até isso, até isso nós estamos pagando também as propinas, a propina vem incluída também, porque quando esses prestadores de serviço eles dão uma propina para alguém, eles põem na conta do povo que vai pagar energia. Por isso, por isso muitas vezes as pessoas falam em crise, falam em crise, realmente é a crise do Brasil. Mas eu queria saber quando foi que o trabalhador do sertão do Nordeste ou então que vive aqui na região pobre do Amazonas, os ribeirinhos, os nordestinos, principalmente do sertão, o povo que mora nas favelas das grandes cidades, quando foi que eles não viveram em crise na vida? Esse povo nunca ganhou mais do que salário mínimo ou estão desempregados. O que esse povo tem a ver com bolsa de valores, com dinheiro internacio-

nal? Aqui em Rondônia, por exemplo, aqui não tem indústria, aqui não tem fábrica, aqui em Porto Velho, o problema de Porto Velho foi o pós-usina, que todo mundo sabia que ia acontecer isso, que teve todo aquele *boom* e veio, hoje está a situação que está. Mas a desgraça maior é isso, como é que o trabalhador... Em São Paulo, você mora num bairro lá em São Paulo, você mora em bairros bons lá em São Paulo, paga a taxa mínima, paga a taxa mínima de energia. Agora, nós aqui, o povo que mora no Ulisses Guimarães, no São Francisco, no Eldorado, no Caladinho, bairro até de ocupação, vem a conta, vem quinhentos, vem seiscentos, vem oitocentos, vem mil, é como eu falei, como é que a gente vai viver sem crise desse jeito, se o que você ganha só dá mal para pagar energia e a água, ou, Deputado Só na Bença, é por isso que eu digo, nós temos, muitas vezes nós, o trabalhador fica preocupado com crise, servidor público mesmo, nossos servidores, qual é a crise do nosso servidor público de Rondônia? Nenhuma, tiveram aumento, estão recebendo em dia ainda. Aí, mas não, eles colocam não. Quando foi que o pobre viveu em crise nesse país? Agora, como os ricos estão ganhando menos um pouquinho, aí está em crise o país e querem ganhar muito mais. E aquela *Ordem e Progresso* lá do Temer, é ordem, ordem, é peia no ombro do trabalhador, do povo, e o progresso é para eles, é para meia dúzia de quem sempre se deu bem na política, na política brasileira que é essa elite nojenta que nós temos no Brasil.

Obrigado, senhor Presidente, obrigado a todos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Com a palavra por até 20 minutos, ainda nas Comunicações de Lideranças, o Deputado Alex Redano, com apartes.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, nobres companheiros, cumprimentar os amigos presentes, dona Maria, mãe do Heric, médico em Buritis, Vereador Menudo, Vereador Vanilton Cruz, presentes; meu amigo pessoal, grande liderança Flávio, Presidente do SINDERON e todos os filiados, todos os amigos.

Senhor Presidente, veio fazer um alerta, senhores Deputados, a esta Casa e principalmente ao Governo do Estado, segunda-feira, se não for tomada nenhuma posição pelo Governador Confúcio Moura, pela Secretaria de Saúde, os profissionais da área de enfermagem entram em greve. E param, realmente param a saúde em Rondônia. Em 2012 foi feito um acordo judicial do Plano de Cargos e Carreiras, foi protocolado somente agora em 2016, foi protocolado, Deputada Lúcia, e retirado e até agora não tem uma posição. E nós sabemos que em campanhas o Governador Confúcio Moura, que é médico, sempre prometeu melhoria na saúde, e uma forma de melhoria na saúde é realmente respeitar os profissionais da saúde. Hoje, a grande maioria trabalha em situações degradantes, nós sabemos a situação de nossos hospitais. Temos mais de quatrocentos enfermeiros que passaram no concurso e não foram convocados e eu vi uma postagem, via redes sociais, falando em novo concurso da saúde. É desconexo isso.

Então, senhores Deputados, Governo de Estado, Secretário de Saúde, a posição em definitivo é essa: se não tiver um diálogo, uma proposta até segunda-feira, é greve de todos os enfermeiros de Rondônia, todos os técnicos em enfer-

magem, o SINDERON que está presente aqui, o Flávio nos reuniu junto com as lideranças e isso é certo. Então, nós precisamos que o Governo reestabeleça esse diálogo. E nós sabemos, sem menosprezar os demais profissionais da saúde, mas dentro de um hospital, se parar os técnicos de enfermagem e os enfermeiros, a saúde em Rondônia para.

Então, está feito o alerta, senhores Deputados, vamos abraçar essa causa, da mesma forma que nós abraçamos a categoria dos policiais civis, que tem a nossa palavra: enquanto não resolver essa questão, não se vota nada do Governo do Estado. Está trancada a pauta e isso tem a palavra. Nós estávamos em dezesseis Deputados e com certeza a maioria está junto conosco.

Outro assunto, senhores Deputados, é uma questão delicada, eu acho que a maioria de nós já foi procurada por essa questão. Neste final de semana, eu fui procurado, o Deputado Adelino Follador foi procurado também, faleceu por afogamento o neto do Mazieiro, filho do Michael, madeireiro de Cujubim, e a perícia não é feita à noite. Eu liguei para o perito e ele falou que tem legislação, falta estrutura, tem toda essa situação, mas nós precisamos rever, se for a legislação federal vamos pedir às nossas bancadas, aos nossos Deputados federais e Senadores para rever, porque é muito triste para a família não poder velar, ter que ficar esperando uma noite toda.

Então, está feito esse pedido, para nós unirmos nesta questão. E venho também, senhores, falar de um projeto de lei que está sendo elaborado, irei protocolar aqui na Casa e eu peço o apoio de todos os Parlamentares. Estou copiando o município de Ariquemes, aonde a Câmara saiu à frente com este projeto de valorização aos profissionais da Educação. É o projeto que se chama *Aluno e Educador nota dez*. Destinarei emendas para a realização deste projeto, aonde vamos premiar os melhores alunos e também os melhores professores através de projetos. É uma forma, está aqui a Deputada Lúcia, que é presidente da Comissão de Educação, é uma forma que encontrei de valorizar e incentivar os nossos educadores e também aos alunos que são dedicados. Os alunos serão escolhidos através das notas e também a questão da assiduidade.

No mais, senhores Deputados, muito obrigado e fica o alerta: se não tiver uma posição do Governo do Estado até segunda-feira, o Estado para na questão de saúde. Greve de todos os técnicos de enfermagem e de todos os enfermeiros.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – (Presidente) – Ainda nas Comunicações de Lideranças, com prazo de até vinte minutos, com apartes, o eminente Deputado Cleiton Roque. Não estando presente no momento o Deputado Cleiton Roque, passamos a palavra, em substituição, ao Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, aos amigos que nos visitam aqui na galeria, aos nossos internautas que estão em casa, eu vou ser breve aqui. Só registrar, senhor Presidente, no último final de semana estivemos no distrito de Porto Murtinho, acompanhando do nosso Deputado Federal Marcos Rogério, do Vice-Governador, depois estivemos com o Vice-Governador Daniel Pereira, com o Deputado Lebrão também, com a Prefeita Lebrinha,

com o Deputado Lazinho, acompanhando a Festa do Divino, onde milhares de pessoas estavam presentes naquele evento. Eu gostaria de parabenizar o João, Presidente da Festa, e toda a comunidade do Porto Murtinho, que organizou esta festa cultural e religiosa, tradicional aqui do nosso Estado de Rondônia. Pessoas, fiéis de vários municípios do Estado, Guajará-Mirim, Pimenteiras, Cabixi, todo Vale do Guaporé. A festa, senhores Deputados, foi três dias, onde nós tivemos a oportunidade de contribuir com uma emenda parlamentar para o custeio da festa, de alimentação, som, palco, banheiros químicos, e que teve na fé daquelas pessoas o grande ponto da festa.

Tivemos também, e eu queria deixar aqui, senhores Deputados, em nome desta Casa, uma perda, de um acidente, vindo daquela festa, o Padre Claudemir Costa, do município de Costa Marques, que na chegada do Divino estava lá celebrando no Porto Murtinho, na festa, e na volta, em um acidente na ponte do 42, o carro caiu dentro do rio e acabou perdendo a vida. O pároco da igreja de Costa Marques, Padre Claudemir Costa que, se não me falha a memória, Deputada Lúcia, tinha 42 anos, estava sozinho no carro, acabou vindo a óbito, vindo da festa. Uma grande tragédia na comunidade católica de Costa Marques, uma morte que deu uma repercussão muito grande em toda região, logicamente por ser um líder religioso. Há pouco tempo no município de Costa Marques, mas de um carinho da comunidade para com ele muito grande. Infelizmente, eu estive ontem no DNIT, também acompanhado do Deputado Marcos Rogério e da ex-Prefeita do município de Costa Marques, Jaqueline Mesquita, com o nosso Superintendente Sérgio Mamanny, justamente para cobrar isso, justamente. Primeiro, a conclusão das pontes da BR-429. Fizeram uma pavimentação de trezentos e poucos quilômetros. Fizeram o projeto da pavimentação e não fizeram o projeto das pontes. Essa semana passada foi o padre, figura mais conhecida, um líder religioso, jovem também, mas são dezenas de pessoas que já perderam a vida, Deputado Airton, naquela rodovia, naquela BR-429, primeiro, pela incompetência do Ministério dos Transportes, do DNIT, de ter aprovado um projeto de pavimentação asfáltica que não tinham as pontes, falta de planejamento. Depois, eu disse ontem ao Sérgio Mamanny, nosso Superintendente do DNIT, que não tem culpa nenhuma, pois assumiu há pouco tempo, depois a falta de cuidado com a sinalização e com os redutores de velocidade. Você vem numa BR, Deputado Cleiton, a 120, 130, 140 quilômetros por hora e de repente você destampa em cima de uma ponte, quem não conhece a rodovia, o risco de acontecer um acidente é muito grande. Porque se tiver uma placa, nem placa, sinalização tem, quanto mais redutor de velocidade. Então, nós estivemos ontem ali cobrando do Superintendente do DNIT, cobrando que urgentemente acione a empresa, que é responsabilidade da empresa que estão licitadas as pontes que estão fazendo, se acione a empresa para sinalizar e construir redutores de velocidade naquela BR-429, antes que se percam mais vidas nessa rodovia.

Então, senhor Presidente, queria deixar, senhores Deputados, eu queria deixar aqui os nossos sentimentos a toda a população de Costa Marques, a população católica de Costa Marques e região, Deputado Cleiton, que tiveram essa perda do nosso pároco lá da igreja. E deixar aqui, no contraste do

outro lado, as felicitações à comunidade do Porto Murtinho, um povo humilde, um distrito de São Francisco, na beira do rio São Miguel, um povo devoto, um povo simples, trabalhador, mas que com sua organização e a dedicação de todo aquele pequeno distrito conseguiram organizar e fazer um grande evento onde receberam milhares de fiéis nesse evento religioso do Divino Espírito Santo. Eu queria deixar aqui esse registro, que é uma festa histórica, também gostaria de aqui agradecer o apoio da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte, SEJUCEL, através do nosso Secretário o Rodney, que desde o primeiro momento colocou à disposição para atender, inclusive através da nossa emenda, para fazer as requisições. Esteve antes lá no Porto Murtinho, achei interessante que ele foi lá conhecer, conversar com a comunidade para ver o que precisava, como iria ser feito. Deu todo suporte, Deputada Lúcia, a gente tem que reconhecer isso, foi duas, três vezes lá, deu todo suporte e esteve presente lá toda a sua equipe, ele, o Abel, toda a sua equipe durante o evento. Só de dar esse apoio, mesmo que foi com a nossa emenda, eu já fico feliz, porque muitos nem esse apoio dão.

A Sra. Lúcia Tereza – Permita-me um aparte, nobre Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não Deputada, concedido.

A Sra. Lúcia Tereza – Eu, observando o seu discurso, a bagagem é muito grande e é envolvida todos os problemas da sociedade, das comunidades, que Vossa Excelência anda e vai visitar e dá assistência e retorna lá em Costa Marques, essa morte do Padre, como foram outras mortes, sempre na cabeceira das pontes. Realmente, é difícil a semana que não acontece isso, e é tão antigo isso, desde o dia em que fizeram aquilo e não fizeram as pontes. Conforme Vossa Excelência disse, não é falta de planejamento, não, porque o mínimo que tem que se fazer no planejamento quando se faz uma estrada, a obra de arte é o primeiro. Nós que fomos Prefeitos de cidades tão pequeninas sabemos...

O SR. LAERTE GOMES – Se faz primeiro a obra de arte.

A Sra. Lúcia Tereza – Se faz primeiro a ponte para depois você passar para o outro lado para fazer a estrada. Ainda bem que nós não fomos menos inteligentes, não é? E eu dou graças a Deus que nós não deixamos nosso povo passar vergonha em relação a isso. Agora, eu fiquei muito feliz quando Vossa Excelência falou que o Secretário de Esporte deu toda assistência, porque eu iria até perguntar quem é? O que ele faz? Realmente, eu fiquei assim quando o senhor falou que é das emendas, também tudo bem, mas Vossa Excelência ficou muito feliz, e eu gostaria de ter esse atendimento por parte deste Secretário, mesmo que seja com emenda da gente, para dar apoio logístico, não é? Porque moral nós mesmos nos damos. E eu fiquei contente de ver que ele atende Vossa Excelência bem e que vai atrás e que dá toda estrutura. Então, agora eu acho que eu vou perguntar a Vossa Excelência, para Vossa Excelência me ensinar o caminho, que realmente agora eu tenho carregado é nas costas todo tipo de ação esportiva, cultural. E aí eu fui convidada para entregar uns kits e já marcaram duas

vezes, mas que tem que ser com a presença do Prefeito, mas não sei quem a cúpula do PMDB, e não estava lá, um estava para Brasília, aí fui ver, era 160 bolas. Então vamos aguardar quando vai entregar. Talvez esse evento seja feito em Espigão.

O SR. LAERTE GOMES – Que é um investimento muito alto, não é?

A Sra. Lúcia Tereza – Que é um investimento muito alto, depois de dois anos. Então eu fico contente que pelo menos Vossa Excelência está contente com o Secretário de Esportes.

O SR. LAERTE GOMES – É verdade, Deputada Lúcia, mas eu e o Deputado Cleiton Roque também estamos contentes, esse jovem, mas ele já está saindo, ele está saindo agora, Deputada Lúcia, dia 30, eu acho, 1º, parece que vai sair da Secretaria para ser pré-candidato a Prefeito do município de Rolim de Moura. Mas eu tenho nessa primeira ação que eu fiz na SEJUCEL, eu tenho que reconhecer que a Secretaria se esforçou em tempo hábil, em tempo hábil que colocasse a nossa emenda em ação.

Dizer, Deputada Lúcia, finalizando já, a importância desta festa, daquela comunidade, eles esperam o ano inteiro para isso, é uma coisa muito bonita. Ela que percorreu todo o Vale do Guaporé, pelas comunidades ribeirinhas, tanto do Brasil como da Bolívia. Que passou pelo município de Costa Marques e foi para Porto Murtinho no município de São Francisco no dia 11. O encerramento aconteceu no domingo, pelos atos litúrgicos que expõem o Espírito Santo como caminho para chegar a Deus, e o grupo que conduz a romaria, no batelão, encerrou o período de regras rigorosas que foi cumprido nos últimos 40 dias. Então, eu queria deixar aqui registrado isso nesta Casa, essa festa cultural e religiosa importante no nosso Brasil inteiro, mas aqui no Estado de Rondônia é muito grande e mais uma vez reconhecer que quando se quer se faz. Vossa Excelência percebe, Deputado Cleiton, que um povo humilde daquele, simples, organizar uma festa daquela magnitude e daquele tamanho e as coisas estarem bem organizadas, a gente fica feliz sabendo que quando se quer, realmente, se faz. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Encerradas as palavras do eminente Deputado Laerte Gomes. Ainda nas Comunicações de Liderança, passemos a Palavra ao eminente Deputado Cleiton Roque, por 20 minutos, com apartes.

O SR. LÉO MORAES – Presidente Deputado Luizinho Goebel, gostaria de inserir na pauta o nosso Decreto Legislativo que diz respeito à sustação de atos do Poder Executivo, por gentileza, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Acatado seu pedido, Excelência.

O SR. CLEITON ROQUE - Sr. Presidente, eu retorno a esta Tribuna na tarde de hoje para relatar que no último dia 15 esgotou, Deputado Adelino, o prazo da campanha de combate à febre aftosa, onde os nossos produtores, criadores de gado fazem a vacinação no seu rebanho, e segundo fontes que ob-

tive do próprio Governo, os números são consideráveis, houve realmente uma mobilização por parte dos produtores do nosso Estado mais uma vez, entendendo a importância que é a gente manter o rebanho do nosso Estado livre da febre aftosa, Rondônia que tem um dos maiores rebanhos bovino do país, e aí eu quero registrar aqui e agradecer aos nossos produtores, a toda equipe do Governo, o IDARON que realmente se empenharam para prestar um serviço de qualidade.

Mas também venho aqui comentar algumas situações que vi, Presidente Luizinho, ocorrerem em todo Estado, que eram as extensas filas existentes para a retirada da guia para depois a apresentação da relação de vacinação, enfim, e aí eu lembrei de uma indicação que esta Casa fez em outros momentos e outros Deputados debateram aqui sobre a necessidade da informatização do IDARON, a informatização da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia, seguindo exemplo, Deputado Jean Oliveira, de alguns outros Estado do país, como é o caso do Mato Grosso, é o caso de Mato Grosso do Sul, que desde o ano passado, Deputado Aécio, já vêm implantando a informatização e todo sistema, Deputado Laerte, de informatização para prestar um serviço de melhor qualidade para os seus produtores, para os pecuaristas daquele Estado, então matéria publicada nos veículos de comunicação datada do mês de março ainda de 2015 '*GTA eletrônico é oficializado, lançado pelo IDEA*', declara o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso, foi lançado na capital Cuiabá, mais ou menos no mesmo período, "*produtor vai poder emitir Guia de Trânsito Animal via internet*", Deputado Adelino, no Estado do Mato Grosso do Sul. E aí lembrando do movimento que esta Casa fez e obtive informação hoje de que na semana que vem no *Rondônia Rural Show*, o IDARON lançará o GTA eletrônico, apresentará para os nossos produtores no evento, então partiu de um movimento feito também nesta Casa, uma cobrança feita pelos Deputados da Comissão de Agricultura e Pecuária e de vários outros membros aqui e é mais um avanço que a gente vai poder colocar à disposição dos nossos produtores. Eu pude observar o acúmulo das filas tanto para retirada quanto depois na autenticação, o quanto é necessário que nós também façamos essa informatização no Estado de Rondônia.

O Sr. Adelino Follador – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. CLEITON ROQUE - Concedo aparte ao Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador - Quero parabenizar o Deputado Cleiton por esse pronunciamento neste momento, a preocupação principalmente dos pecuaristas de permanecer cuidando do gado e vacinando, que a população já tem uma conscientização, o IDARON é um dos poucos órgãos que deu certo desde o começo e tem feito o trabalho dele, embora que hoje está faltando muito funcionário, está faltando estrutura, mas mesmo assim eles estão conseguindo superar essas dificuldades, e o Volpi prometeu que a partir de abril estaria pronto esse GTA eletrônico e agora vai lançar lá na exposição em Ji-Paraná, vai ser um passo muito importante para os pecuaristas do Estado de Rondônia, para o Governo do Estado, até para os funcionários do IDARON, como tem poucos funcionários com isso muitas pessoas vão fazer em casa, vão fazer no seu carro, em qualquer lugar onde tiver internet.

O SR. CLEITON ROQUE - Pode ser celular, não é, pelo seu celular.

O Sr. Adelino Follador - Pelo celular, então vai facilitar bastante e só vai lá no escritório do IDARON aqueles que não tiver internet, então vai facilitar muito até para aqueles que foram lá porque eles chegam lá e não vai ter fila. Então, quero parabenizar o IDARON, parabenizar o Governo do Estado por essa iniciativa, um pouquinho atrasada, porque tinha prometido para abril, mas eu acho que vem em bom tempo e com certeza projeto superimportante para os produtores do Estado de Rondônia. Obrigado e parabéns, Deputado Cleiton Roque, por trazer esse aspecto, que o IDARON vemos que foi constituído lá na época do Governador Bianco e foi na época quando valorizou a pecuária de Rondônia e até hoje está se mantendo graças aos técnicos que o IDARON tem muito competentes. Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado, Deputado Adelino. É justamente isso, o movimento feito por esta Casa, a cobrança feita pelos Deputados, principalmente os comprometidos com o setor produtivo e nós também tentando somar forças a essa discussão apresentamos a indicação que visa a implantação do sistema *online* para emissão das Guias de Transporte Animal - GTA, tal solicitação se faz necessária para proporcionar maior agilidade para atender de maneira adequada os produtores de todo o Estado de Rondônia, já que existe um crescimento notável no Estado de Rondônia impulsionando números no setor produtivo que alavanca o desenvolvimento econômico de Rondônia, sendo assim, o IDARON, uma das bases fundamentais que fortalece o crescimento, que é o setor agropecuário, tem atuado como agregador da mão de obra direta ou indireta contribuindo para o aumento da arrecadação do nosso Estado. A implantação do GTA *online* é um passo importante para a modernização da gestão do IDARON que beneficiará, principalmente, ao produtor, desde o pequeno ao médio e ao grande.

Então, ficamos felizes com essa atenção por parte do Governo do Estado, através do IDARON que será apresentado na próxima semana na grande 5ª *Rondônia Rural Show*, que nós vamos estar realizando no município de Ji-Paraná.

Senhor Presidente, eu também quero abordar um outro tema muito importante para nós Deputados, que trata diretamente de um tema que vem sofrendo uma série de mudanças, Deputado Ribamar, ao longo dos últimos anos, que é a legislação que norteia o Terceiro Setor. Todos nós sabemos, ações dos Deputados Estaduais desta Casa, que praticamente os 24 Deputados muitas vezes indicam recurso no Orçamento do Estado através das emendas individuais para determinada entidade, determinada entidade do Terceiro Setor e essa legislação ela tem ocorrido alteração nessa legislação ao longo desses últimos anos, porém eu acredito que acabou a maneira, que o Governo Federal ele finalmente encontrou o caminho para tratar essa relação do Poder Público com o Terceiro Setor. A Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.204, de 2015, ela praticamente é tratada como Marco Regulatório do Terceiro Setor. Essa legislação, essa Lei Federal foi regulamentada pelo Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016, Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016, praticamente

concluindo as exigências por parte do Governo Federal, cabendo ao Governo do Estado encaminhar o Projeto de Lei fazendo a correção e adequação de acordo com essa legislação, tanto a Lei Federal quanto o Decreto que regulamentou a Lei Federal e aí todos nós temos projetos, convênios em andamento, Deputado Luizinho.

Eu gostaria aqui de fazer um apelo ao Governo do Estado, através da chefia da Casa Civil, o Secretário Emerson Castro, um apelo ao Procurador Geral do Estado, o Dr. Juraci e ao Procurador Dr. Leonardo, junto com a COTEL, que agilize o quanto antes o encaminhamento desse texto aqui para a Casa para que nós possamos discutir e debater de fato, também prestar um esclarecimento às entidades do nosso Estado. Nós sabemos que temos vários exemplos de iniciativa do Terceiro Setor que têm dado certo, tanto naquelas apoiadas, principalmente pelas instituições evangélicas e religiosas de maneira em geral quanto o exemplo que nós temos aqui em Porto Velho das Irmãs Marcelina que prestam um trabalho magnífico. Fiquei muito triste em não poder este ano contemplar nem que fosse com um pouco de recurso para as Irmãs Marcelina, mas tem a semente plantada no meu coração, Deputado Adelino, que no próximo ano vou fazer com que aquilo que não pude fazer esse ano eu consiga o ano que vem contemplar porque eu sei o grande trabalho que essa instituição presta para o nosso Estado, então nós temos um exemplo quando nós temos quase que uma centena espalhada aos quatro cantos do Estado de Rondônia está esperando a regulamentação por parte do Governo do Estado que por termos regras claras nós temos muitas instituições fazendo um trabalho sério e muitas delas até mesmo agonizando por falta de apoio do Poder Público por não ter uma definição clara nessa questão do Marco Regulatório.

Então, fica aqui o nosso apelo, junto ao Governo do Estado, que encaminhe o quanto antes, se possível se pudéssemos votar essa matéria ainda antes do recesso do mês de julho, temos aí pouco mais de 45 dias, aqui na Casa semana que vem não teremos Sessões em virtude da realização da *Rondônia Rural Show* e do feriado de quinta-feira. Então, com certeza o mês de maio já se encerrou, já encerrou, só a partir de junho, teremos o mês de junho para aprovar essa matéria.

Então, fica aqui o nosso apelo quanto a urgente necessidade de ser encaminhada para esta Casa a Lei que regula o Terceiro Setor adequando à Legislação Estadual, à Lei Federal 13.019, de 31 de julho, alterada pela Lei 13.204 de 2015 e o Decreto que regula o Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha para esta tarde e agradeço.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Obrigado, Deputado Cleiton.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura as proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI – DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS EM RONDÔNIA. Aprova relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 001/2016/P/ALE, e remessa aos órgãos que menciona.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Institui no Calendário Oficial do Estado de Rondônia no mês de junho “O Arraial Flor do Maracujá”.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Institui Normas de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 24, V, da Constituição Federal e, artigo 42 da Lei Federal nº 8078/1990.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Susta os efeitos do Decreto nº 20.858, de 9 de maio de 2016.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO ALEX REDANO. Acrescenta dispositivo à Lei 1758/2007, que alterou a redação da Lei 1.724/2007, e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado VOTO DE PESAR aos familiares do Secretário Municipal de Planejamento (SEMPA) de Guajará-Mirim, FRANCISCO BARTOLOMEU DE ALMEIDA, pelo seu falecimento ocorrido no dia 14/05/2016, naquele município.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 10 de junho de 2016, às 09:00 horas, nesta Casa de Leis, em homenagem aos 30 anos da Academia de Letras de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer VOTO DE LOUVOR para o 3º Grupamento de Bombeiros Militar localizado na cidade de Vilhena, interior do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer VOTO DE LOUVOR para os Policiais Militares: CB PM Claudeni Barbosa Lima e o SD PM Cesar da Silva, pelo ato de BRAVURA realizado na cidade de Cerejeiras, no interior do Estado de Rondônia, no dia 29 de abril de 2016, por estarem de folga, desarmaram e imobilizaram um cidadão que estava portando uma arma de fogo e uma arma branca, impedindo a consumação do crime de execução contra um magistrado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra dos documentos no que concerne à Mensagem 075, de 12 de maio de 2016, referente ao Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 26.813.817,55, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Requer à Mesa Diretora que seja soli-

citado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), pedido de informações exatas da procedência e da quantidade de pacientes encaminhados para atendimento de hemodálises no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos no que tange à Mensagem 076, de 12 de maio de 2016, do Poder Executivo, em que altera a redação da Lei Complementar nº 366, de 6 de fevereiro de 2007, e altera e acrescenta dispositivos às Leis Complementares nº 826, de 9 de julho de 2015, e nº 827, de 15 de julho de 2015.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de reforma Elétrica na Escola Jesus Bularmaqui Hosannah, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de reforma Elétrica na Escola Hélio Neves Botelho, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de reforma da Quadra de Esportes na Escola Maria Carmosina Pinheiro, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de manutenção e Conservação de Bens Imóveis na Escola Petrônio Barcelos, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de reparos e adequações na Escola Casa de Davi, em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia pela necessidade de disponibilizar 80 Policiais Militares ao 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR do município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia pela necessidade de disponibilizar 80 Policiais Militares ao 5º Batalhão de Polícia Militar do município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia pela necessidade de disponibilizar 12 Policiais Militares ao 4º PEL POL/3ª Cia PO/ 5º BPM, do município de Candeias do Jamari.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia pela necessidade de disponibilizar 20 Bombeiros Militares ao 3º GB – Grupamento de Bombeiros de Vilhena, no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente pela necessidade de recapeamento asfáltico da Rua Padre Sílvia, entre as Avenidas Aracaju e Teresina, no Bairro Nova Brasília, do município de Ji-Paraná-RO.

- INDICAÇÃO DEPUTADA GLAUCIONE. Indica ao Governo do Estado e ao DER – Departamento de Estradas de Rodagem a Recuperação de 25 km da estrada vicinal “Linha 10”, localizados no município de Cacoal-RO.

- INDICAÇÃO DEPUTADA GLAUCIONE. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços – DER, a necessidade de recuperação e cascalhamento das estradas vicinais Linha 21, no município de Cacoal-RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica a recuperação em bueiros em Estradas Vicinais na área rural do município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, indica a implantação de Posto de Atendimento – Distrito de Divinópolis, no município de Cacoal.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica a necessidade de sinalização na Rodovia do Café, no município de Cacoal.

– INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Indica ao Governo do Estado, através de parceria com a Prefeitura de Porto Velho, a necessidade de que seja feito o serviço de cascalhamento da rua Aloisio de Azevedo, trecho entre a rua Goiás e BR 364, Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Indica ao Governo do Estado a necessidade de construir lombadas e realizar a sinalização da Linha Antônio Tavares – P/50, município de Alta Floresta do Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, DER/RO, a necessidade de que sejam feitos serviços de manutenção, patrolamento, encascalhamento, aberturas e eliminação de buracos e curvas perigosas nas Linhas Vicinais dos distritos abaixo especificas no município de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, DER/RO, a necessidade de que sejam feitos os serviços de manutenção, patrolamento, encascalhamento, aberturas e eliminação de curvas perigosas nas Linhas vicinais de União Bandeirantes/RO, no município de Porto Velho, de conformidade com o especificado.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica à Mesa, na forma regimental, ao Diretor da Polícia Civil, Dr. Elizeu Muller, a

necessidade da realização de uma Operação Documento no município de Espigão do Oeste, através do Instituto de Identificação Civil e Criminal – IDCC, para expedição de Carteira de Identidade – RG.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARALHO E GLAUCIONE.** Indica ao Poder Executivo a necessidade de implantação de leitos de UTI's neonatal no Hospital Regional no município de Cacoal.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS, que determine aos órgãos competentes a instalação de uma academia ao ar livre para o Condomínio Residencial Orgulho do Madeira, município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Indica ao Governo do Estado, com cópia a SEAS, a necessidade de construção de uma sede do TUDO AQUI no município de Ariquemes – RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia à Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, a necessidade de implantação do sistema *online* para emissão de Guias de Transporte Animal (GTA) no Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia que por meio do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte de Rondônia realize a recuperação da malha rodoviária da Rodovia 490 que liga o município de Alto Alegre dos Parecis a Santa Luzia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ.** Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de recuperação da malha asfáltica da RO-480 que liga o município de Ji-Paraná à Nova Colina.

Lido o expediente, senhor Presidente.

(Às 18h43min o Senhor Luizinho Goebel passa a Presidência ao Senhor Edson Martins)

O SR. AIRTON GURGACZ – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não.

O SR. AIRTON GURGACZ – Solicito incluir na pauta de hoje a votação do Projeto 396/16 de minha autoria.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está deferido. Peço que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto.

Comunicado:

Senhores e Senhoras Parlamentares, nos termos regimentais do artigo 23, solicito aos líderes partidários que indiquem nomes para nomeação dos membros da Comissão Tem-

porária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica e água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia, conforme requerimento nº 570/16, de autoria dos Deputados Jesuíno Boabaid e Hermínio Coelho, aprovado em Plenário em Sessão Ordinária no dia 10 de maio do corrente ano.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – **INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES.**

Senhor Presidente, em conformidade ao que dispõe o inciso VI, artigo 97 do Regimento Interno, na qualidade de Líder da Bancada do PP, indico o nome da Senhora Deputada Lúcia Tereza para integrar a Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

Assinado, Deputado Aécio da TV.

- **INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES.**

Senhor Presidente, em conformidade ao que dispõe o inciso VI, artigo 97 do Regimento Interno, na qualidade de Líder da Bancada do PMN, indico o nome do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid para integrar a Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia. Assinado, Deputado Jesuíno Boabaid.

- **INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES.**

Senhor Presidente, em conformidade ao que dispõe o inciso VI, artigo 97 do Regimento Interno, na qualidade de Líder da Bancada do PMN, indico o nome do Senhor Deputado Dr. Neidson para integrar a Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

Assinado, Deputado Jesuíno Boabaid.

- **INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES.**

Senhor Presidente, em conformidade ao que dispõe o inciso VI, artigo 97 do Regimento Interno, na qualidade de Líder da Bancada do PTB, indico o nome do Senhor Deputado Léo Moraes para integrar a Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

Assinado, Deputado Léo Moraes.

- **INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES.**

Senhor Presidente, em conformidade ao que dispõe o inciso VI, artigo 97 do Regimento Interno, na qualidade de Vice-Líder da Bancada do PDT, indico o nome do Senhor Deputado Hermínio Coelho para integrar a Comissão Temporária Especial, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

Lido, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para o 3º Grupamento de Bombeiros Militar, localizado na Cidade de Vilhena, interior do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 10 de junho de 2016, às 09 horas, nesta Casa de Leis, em homenagem aos 30 anos da Academia de Letras de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Registrar a presença do nosso amigo Alan França, aqui presente, ex-Secretário Adjunto da SEDES, muito obrigado pela presença.

Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Ribamar Araújo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO Dr. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado “Voto de Pesar” aos familiares do Secretário Municipal de Planejamento (SEMPLA) de Guajará-Mirim, Francisco Bartolomeu de Almeida, pelo seu falecimento ocorrido no dia 14/05/2016, naquele município.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Dr. Neidson. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. REQUER Voto de Louvor para os Policiais Militares: CB PM Claudeni Barbosa Lima e o SD PM Cesar da Silva, pelo Ato de Bravura, realizado na cidade de Cerejeiras, no interior do Estado de Rondônia, no dia 29 de abril de 2016, por estarem de folga, desarmaram e imobilizaram um cidadão que estava portando uma arma de fogo e uma arma branca, impedindo a consumação do crime de execução contra um magistrado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 068/2016 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Aprova Relatório Conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 001/2016/P/ALE, e remessa aos órgãos que menciona.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação única o Projeto de Resolução nº 068/16. Não havendo Deputado para discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 061/2016 DO DEPUTADO LÉO MORAES. Susta os efeitos do Decreto nº 20.858, de 09 de maio de 2016.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de ordem, senhor Presidente. Não, vai devagar aí, esse negócio aí, o que foi autorizado aí, foi aprovado o relatório? Como que aprovaram o relatório se a gente discutiu o relatório?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Foi aprovado o Projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Como que é? Mas nós votamos? E nós votamos um trem que a gente não sabe o que é? Eu quero saber o que tem nesse relatório para eu, para eu saber se voto a favor ou contra.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Foi lido, Deputado Hermínio, foi lido o relatório, foi apresentado o relatório aqui na Sessão por meia hora.

O SR. ADELINO FOLLADOR – O Deputado Lazinho parou duas vezes, até porque estavam conversando, porque ele não conseguia ler. É aquele relatório que o Deputado Lazinho leu, aprovou, os Deputados estavam falando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 061/16.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Calma, eu só quero...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado, questão de ordem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só socializando com o Deputado Hermínio, é o relatório da CPI que foi colocado em apreciação pela Comissão Parlamentar a este Plenário, nós lemos o Parecer.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Quer dizer que toda essa CPI aqui, eu não sei de nada dessa CPI, eu quero saber o que foi que houve com a CPI.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós apresentamos o relatório.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas cadê o relatório?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós lemos o relatório aí hoje, gente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – E foi lido em quantos minutos esse relatório? Que meia hora, rapaz, que meia hora, não foi lido esse relatório.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Foi lido no Grande Expediente, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não foi lido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Foi lido todo o relatório, todo o relatório foi lido.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Então, só tem duas linhas o relatório?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Foi lido, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, eu quero saber desse relatório, que isso aqui eu não, isso aqui é de muita responsabilidade e eu quero saber o que essa CPI vai dar. Não na matéria, não instiga nada, na matéria não instiga nada que votou!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Hermínio, nós lemos.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mais quem foi que leu isso aqui? Foi o *The Flash*? Deve ter sido o *The Flash* que leu isso tudo aqui. Porque eu saí para merendar aqui e não fiquei cinco minutos, aí leram tudo isso?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Hermínio, me deixa socializar com Vossa Excelência, Deputado Hermínio. O que nós lemos e pedimos autorização ao Plenário para ler a conclusão do relatório da CPI, e nós apresentamos a conclusão do relatório. E nessa conclusão está aí a partir da página 46, se Vossa Excelência der uma olhada, foi o que nós lemos.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, o que eu acho engraçado, fizeram um carnaval danado aqui para falar dessa tal de CPI do Boi.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Exato.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Porque primeiro eu já era contra, que ninguém estava interessado em discutir quanto custa um quilo de carne lá no açougue. Estava discutindo o boi lá no pasto. E aqui, Deputado Adelino. Deputado Adelino, que me desculpe, isso aqui é uma vergonha. É uma vergonha porque eu não posso estar de acordo com o... Eu não sei nem o que é que está aqui. Estão absolvendo o Friboi ou estão condenando? Estão condenando o quê? Mas tem um encaminhamento. O que eu acho engraçado, o que eu quero dizer aqui é o seguinte: toda CPI, principalmente quando é uma CPI que está tratando de um assunto relevante como essa questão que gerou essa polêmica toda no Estado, tinha, o povo tinha que saber pelo menos os Deputados, eu quero que os Deputados aqui me digam, com exceção, eu acho que até os que estavam na Comissão não sabem, imagine os que não estavam. O que sabe, o que realmente está aqui nesse... Mas conclusão, eu não quero saber só de conclusão, não. Eu queria saber de tudo, queria saber. Eu vou fazer o seguinte, eu vou pedir, eu vou dar uma analisada nesse relatório e dependendo da forma que tiver, se tiver alguma coisa aqui que... Aí eu procuro meus direitos, eu entro na Justiça e procuro. Porque aqui eu queria ver o que foi que descobriram. Realmente esse Friboi é o satanás para Rondônia? Lesa a gente? O que é? Eu, para mim esse relatório aqui é uma coisa muito... Não vai dar em nada em canto nenhum. Não vai dar em nada. Mas está bom. Eu só quero que registre meu protesto, coloque meu nome aqui que eu não, por eu não conhecer, infelizmente eu não conheço, em momento algum nós fomos chamados aqui para discutir essa questão. Os Deputados... Aqui tinha que ser uma discussão de horas aqui no Plenário, lendo esse relatório e debatendo com os Deputados o que foi que foi discutido na Comissão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Manvailer, já que o Deputado Hermínio está aplicando o Regimento, tem esse dispositivo regimental sim, então, como o Deputado Lazinho, eu quero sair em defesa do Deputado Lazinho, ele fez a defesa, a leitura de forma parcial, Deputado Hermínio, inclusive eu falei, já que o Deputado Hermínio e os demais Deputados estão, ele suscitou, de forma regimental, essa dúvida, ele pode sim, no caso, votar para apenas...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deixa eu...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, rapidinho. A gente acatou que fosse lido de uma forma sucinta, mas nada impede agora que fale de uma forma expressa. Está aqui, são todas as laudas. Porque CPI, qualquer CPI deve sim relatório na íntegra. E o Deputado Hermínio está fazendo seu direito de prerrogativa de querer saber. Então, nada impede, senhor relator, o senhor fazer a leitura e dar ciência. Eu vi, Deputado Hermínio, entendi que foi feito pela CPI, inclusive eu parabeneizei, o senhor estava na Presidência, foi excepcional. E por que foi excepcional? Trouxe uma série de apontamentos ali, Deputado Lazinho, Deputado Adelino, Deputado Ribamar, Deputado Lebrão e tinha mais o Deputado Laerte. Fizeram diversos apontamentos, encaminhado para o MP, encaminhado para o Tribunal de Contas, inclusive fizeram. Então, assim, se ele está suscitando

essa dúvida, eu acredito que é o seu direito, Deputado, o senhor pede que faça a leitura.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado, eu gostaria...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria só uma Questão de Ordem, só para finalizar esse assunto, é dizer, Deputado Edson, pelo jeito, só para encerrar esse assunto da minha parte, eu vou pedir depois, mas aqui neste momento, só para encerrar, dizer que pelo que está me parecendo aí essa CPI, Deputado Airton, não deu pizza, deve ter dado um garrote ou um bezerro, porque infelizmente... Eu nunca vi... Fizemos tanta confusão com esse negócio de Friboi, de cartel, de eu não sei o quê e o negócio ser discutido e debatido na Assembleia dessa forma pelo Plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero Questão de Ordem só para esclarecer. Na realidade, eu queria até, o Deputado Lazinho é o relator, pode falar, mas eu quero pedir, dizer para o Deputado Hermínio que é uma acusação muito grave a esta Casa e aos cinco membros que participaram desta Comissão dizer que houve uma vaca e um bezerro. Eu acho isso muito grave. Nós fizemos tudo para poder provar para esta Casa que a CPI era séria. Todas as vezes que foi chamada uma pessoa, alguém pediu para falar alguma coisa das pessoas interessadas, nós chamamos toda a Comissão para ouvir. Então, nós fizemos um trabalho bem transparente, publicadas todas as reuniões e hoje o relatório foi lido. Na hora que o Deputado estava fazendo a leitura do relatório, vários Deputados estavam só falando. Duas vezes ele parou inclusive para poder, porque não dava nem para ouvir de tanta gente que estava falando aqui dentro. E agora foi, é para dar conhecimento, a Comissão aprovou e agora tem que ser lido aqui para dar conhecimento aos pares, aos 24 Deputados. E foi dado conhecimento com a maior tranquilidade. Já é matéria vencida.

Agora, eu acho muito grave, nesta Casa, haver uma acusação dessas de um companheiro aqui na Tribuna dizer que esta CPI pode ter virado um bezerro ou uma vaca. Isso é gravíssimo! Eu não aceito isso! E eu tenho certeza que o Deputado Lebrão, o Deputado Lazinho, o Deputado Ribamar aqui e o Deputado Laerte não aceitam esse tipo de acusação. É muito grave! Então, nós aprovamos o relatório e estamos dando conhecimento, encaminhando aos órgãos competentes que já estão previstos dentro do relatório. Então, nós estamos tramitando conforme a legislação exige. Agora, tem que ter respeito entre os colegas. Não pode pensar, se alguém faz isso não pense que os outros fazem igual, as pessoas têm que analisar, não analisar por eles para dar culpa para os outros, acusar os outros pensando naquilo que ele faz, muitas vezes. Então, eu gostaria que tivesse mais seriedade por parte destes companheiros.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Ô, Deputado Adelino, tenha calma, meu líder. Vossa Excelência está nervoso, é? Por que é que Vossa Excelência está tão nervoso assim?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não estou nervoso, não.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Está nervoso, sim.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não gosto de ser acusado...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu não estou te acusando de nada, eu estou dizendo que a CPI não deu em nada. Não deu em nada. Dizer que apurou, que tem, Deputado Jean, Cartel. Que é que Vossa Excelência sabia, que o Friboi é Cartel? Friboi é Cartel no país inteiro, não é só em Rondônia, não. Vem me dizer que CPI. O que foi que essa CPI esclareceu? E o que foi que ela deu para Rondônia até agora? Cartel pode denunciar no Ministério Público então, não precisava fazer todo aquele barulho que foi feito aqui para depois apresentar o relatório, que nem lido não foi no Plenário. Não é questão de desconfiança, não. Ô Deputado Adelino, eu não acusei ninguém de nada, não, eu estou dizendo que a CPI não deu em nada. Eu estou acusando alguém? Não deu em nada porque eu quero ver. Eu nunca vi CPI deste jeito, não, já vi muitas deste jeito que não dá realmente em nada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, por favor. Desculpe, Deputado Ribamar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Pois não, Deputado Lazinho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Por favor, desculpe, Deputado Ribamar. Eu quero, primeiro, nós fizemos o relatório segundo toda a documentação que nós colhemos, todos os depoimentos que a CPI colheu, todo o trabalho feito, inclusive de reportagem. Todo trabalho feito, inclusive de reportagem. Todo levantamento feito de isenção fiscal, todo levantamento que nós podíamos colher. Pegamos do CADE um documento aonde ele delineia onde ele demarca quais os pontos onde você detecta ou não o cartel, todos. E fomos comparando a documentação e fechamos o relatório. Fechamos o relatório na segunda-feira na CPI, dia 18 agora, não sei se é hoje ou amanhã, terminaria o prazo final. Apresentamos esse relatório à CPI, aprovamos o relatório, tiramos para o encaminhamento em trazer a este Plenário para dar ciência a este Plenário com o relatório feito. Hoje entramos com um Projeto de Resolução. Apresentamos esse Projeto a esta Casa. Pedimos autorização para esta Casa se poderia ler somente a conclusão da CPI, isso eu fiz aqui hoje. E infelizmente, eu devo que detectar que não eram todos que estavam, também nem todos que estavam não estavam prestando atenção. Apresentamos o que nós lemos, o que nós tivemos de conclusão do relatório, e é isso que nós trazemos.

A CPI tinha um objetivo claro. Nós tínhamos que comprovar ou não se tinha ou não Cartel no Estado de Rondônia. Agora, no Brasil não me interessa, me interessa no Estado de Rondônia, porque a CPI era para isso. Através de documentação e de todos os depoimentos que nós tomamos, nós comprovamos que tem. E pelo documento que o CADE nos enviou aonde detecta lá os pontos que delimita o que é Cartel ou não. Em cima disso nós fechamos o relatório. Apresentamos a esta Casa o relatório, a conclusão do relatório. Porém, eu ainda perguntei: Vamos ler somente a conclusão, senhor Presidente? É, por causa do tempo vamos ler somente a conclusão. Ótimo. O relatório está à disposição.

A Comissão não precisava nem trazer para este Plenário, não é obrigatório, é optativo. É opcional, nós trouxemos. Porque eu poderia, a Comissão poderia encaminhar diretamente aos órgãos, a competência da CPI é detectar ou não problema, detectou encaminha aos órgãos públicos que têm o poder de punir, de notificar, de prender, isso não é papel da CPI, não é o papel desta Casa prender ninguém, não é o papel desta Casa fazer o trabalho que o Ministério Público do Estado tem que fazer, que o Ministério Público Federal tem que fazer, não é o nosso papel, e nós fizemos em cima daquilo que todo trabalho nos apontou para ser feito, está aí esse relatório, está colocado à disposição deste Plenário que, volto a repetir, não era obrigatório trazê-lo aqui. E só frisando, Deputado Hermínio tem o meu respeito de muitos anos e se é uma coisa que este cidadão aprendeu ao longo da história é não levar para casa conversas mal colocada e colocar nesta Casa que se esta CPI não deu pizza mas deu bezerro pode ter certeza que eu gostaria que o Deputado Hermínio se retratasse aqui nesta Casa, porque não está ofendendo somente a comissão, está ofendendo a toda esta Casa. Claro que não foi uma frase que ele colocou de má intenção, mas foi uma frase mal colocada e eu como relator e como membro, assim como os outros membros também podem não ter gostado.

Pois não, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu vou falar aqui, eu sei que não cabe aparte, eu acredito que seja uma questão de ordem do Deputado Lazinho, eu não pude participar aqui da leitura do relatório porque eu estava com uma agenda marcada com o Governador, mas eu tenho total interesse no que foi apurado pela CPI, até porque aqueles que eu represento uma fatia significativa trabalha com a pecuária, trabalha com a agricultura e sem contar que isso, a pecuária generaliza Rondônia inteira porque é o filão econômico de Rondônia.

Primeiro, V. Ex^a disse aqui, Deputado, que foi detectado cartel. Eu pergunto a todos da Comissão, quais foram as medidas para se evitar esse cartel, quais seriam as punições por isso e qual peça legislativa que V. Ex^a falou aqui de uma resolução, eu não entendi muito bem, mas seria um projeto de resolução com o intuito de corrigir alguma situação detectada pela CPI?

Essas perguntas eu gostaria que V. Ex^a respondesse.

Presidente, eu só queria concluir a minha fala, dizendo uma coisa, a CPI é uma ferramenta que o Poder Legislativo tem para poder consertar algumas distorções da sociedade, como a gente está tratando de uma situação de mercado e quem compete nesse mercado não são pessoas fracas, não é qualquer um, são pessoas ricas, milionárias e nós não temos como abrir uma concorrência da noite para o dia uma vez que nós estamos tratando de planta de frigorífico que custa milhões de reais para a gente abrir uma nova hoje. Eu queria saber quais foram as medidas drásticas encontradas pela CPI não somente para quebrar o cartel, mas para proteger, o mais importante é proteger o produto daquele que sua a camisa e trabalha no campo que é o pecuarista, não seria proteger o produto da tributação rondoniense, não, proteger o produto eu quero dizer é o cidadão produzir e ganhar para produzir porque hoje não está compensando trabalhar no campo em Rondônia porque nós não temos o reconhecimento final de tudo,

do momento que a vaca pare o bezerro e o cidadão cria esse bezerro e transforma ele em boi para abater e chegar as carnes no frigorífico o que está sofrendo é aquele que está criando o boi, então eu queria pedir para V. Ex^a isso aí, que explicasse porque eu não acompanhei.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - OK. Deixa só eu socializar, eu socializei isso aqui quando da leitura do relatório, da conclusão do relatório. Veja bem, qual é a função da CPI? Detectou o problema? Detectou, qual é a punição que a CPI pode dar? A CPI não tem poder de punir ninguém, esta Casa Legislativa tem o poder de encaminhar, por exemplo, ao Ministério Público do Estado, encaminhar ao CADE que é o órgão regulador, encaminhar ao Ministério Público Federal, encaminhar ao Tribunal de Contas, encaminhar as proposições ao Governo do Estado no que se refere ao relacionamento do Estado com a cadeia produtiva e o consumidor. Porque aqui no meio, aqui na ponta final, no meio está o produtor, mas lá na ponta final está o consumidor que é para nós o público que tem que ser atingido com relação à questão da cartelização e isso foi feito, a CPI detecta se tem ou não, segundo documentos enviados por nós pelo CADE, nós não tiramos da cabeça 'não, tem cartel ou não tem', nós pegamos um documento enviado pelo CADE onde ele delimita os fatores que caracterizam ou não o cartel, em cima disso fomos somando, pegando a documentação e os depoimentos e fomos colocando, então, Deputado, V. Ex^a tem razão, nós encaminhamos ao órgãos e a quem de direito, quem vai julgar e vai dizer se nós estamos errados ou se nós estamos certos e se tem, puna-se. A punição, olha o que nós recomendamos ao Governo do Estado, algumas recomendações que o Governo do Estado pode ter com relação a esse relacionamento, nada mais que isso. Então, o relatório será distribuído, será passado para conhecimento a cada um dos senhores Deputados. Eu peço agora para que a nossa presidência, e a partir de agora está com a Mesa Diretora o relatório final da CPI, quem vai ter que distribuir tudo isso é a Mesa, já foi publicado ontem e vai ser distribuído para os órgãos e aí a CPI encerra aqui o nosso trabalho, a CPI cumpriu a parte dela. De forma nenhuma, passando para o Deputado Ribamar, de forma nenhuma nós queremos penalizar, queremos que as empresas saiam do Estado, o que a CPI detectou está no relatório e esse relatório que vá aos órgãos de competência e que eles julguem e façam o que tem que ser feito, tomem as providências que tem que ser tomadas.

Era isso, senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para a gente concluir, Deputado Lazinho, tem duas situações. V. Ex^a disse muito bem, entre a indústria que faz o abate do boi, que é o frigorífico, tem o produtor e o consumidor. Nós temos o produtor que trabalha, trabalha e trabalha e não tem o reconhecimento em termos financeiros ao término do seu trabalho, que é quando ele prepara o boi para abater e no balcão do frigorífico nós temos o consumidor que compra uma carne que está nos valores de mercado de Brasil, certo? Ou seja, a carne de Rondônia deveria ser mais baixa do que a carne, bem abaixo do que a carne de São Paulo, e ela está equiparada, mas a realidade da arroba do boi lá na hora de abater ela está muito abaixo, não condiz com a realidade do preço da carne no balcão do açougue.

Então, veja bem, existe aí uma situação de cartel neste momento. O cartel não tem como controlar, a gente não tem como abrir concorrência, só tem um jeito isso aí, e a recomendação que eu gostaria que a CPI encaminhasse ao Executivo seria realmente baixar as pautas, deixar que o pecuarista escolha onde vender seu gado, afinal, o reconhecimento, a indústria rondoniense não reconhece o trabalho do produtor e mais, a gente começar a desonerar a carga tributária, a isenção fiscal dos frigoríficos, uma vez que eles não estão colaborando também por contemplar o setor primário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está contemplado no relatório, Deputado, estava contemplado o que Vossa Excelência está colocando.

O Sr. Jean Oliveira – Então, não tem muito que fazer, dentro da Lei eles não estão cometendo crime nenhum, eles não estão cometendo crime. Agora, o Estado tem que jogar com as cartas que ele tem, não tem outra alternativa, que nesse momento, nesse momento, Deputado Lazinho, quem está desprotegido no Estado de Rondônia é o produtor. Hoje nós estamos vivendo, Deputado Maurão, num Estado que não se tem garantia, num Estado que a arroba do boi muda da noite para o dia é uma commodity o boi, o mundo precisa se alimentar e a comida é uma das commodities mais importantes, só que em Rondônia ela está desvalorizada por conta da oscilação de valor de preço. O cidadão não tem como se preparar porque amanhã ele compra um gado num valor e esse gado cai, está quebrando os produtores rurais esse cartel aí e não tem outra ferramenta a não ser tributária, não tem outra ferramenta a não ser o Governo do Estado se envolver. Então, é isso que eu peço a Vossa Excelência no relatório, não tem outro caminho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está tudo contemplado, Vossa Excelência está certíssimo, está certíssimo, está tudo contemplado.

Deputado Ribamar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu não estou nem muito entendendo essa discussão que está havendo agora aqui, porque há muito tempo toda criança deste Estado que entenda um pouco das coisas já sabia que existiam fortes evidências de cartelização desses frigoríficos, mas simplesmente nós aqui da Assembleia Legislativa não podíamos dar uma declaração antes de ser apurado os fatos de que existia cartelização, somente com a oficialização da CPI e pelo que nós apuramos é que se pode chegar à conclusão da cartelização. Foi feito, eu acho que passamos 60 dias apurando, eu não sei bem, 90 dias, qualquer cidadão, por mais comum que seja, tinha direito a estar presente na CPI ouvindo, qualquer Deputado mesmo não fazendo parte da CPI, mesmo não sendo membro da CPI poderia estar presente lá ouvindo e não podia evidentemente dar sugestão, mas podia até nos bastidores nos orientar também, não aconteceu isso. Nós da CPI, infelizmente, foi o que eu lamentei ontem, anteontem, na leitura do relatório, é que nós não temos o poder de polícia, nós não temos o poder de punir, nós não temos sequer o poder de como, foi detectado em determinado momento o representante da Friboi mentindo

e a gente não poder tomar nenhuma atitude contra ele, porque se fosse uma CPI do Congresso Nacional, talvez aquele cidadão tivesse saído dali preso, mas ainda protestei e para comprovar que esse cidadão mentiu e para a gente chegar à conclusão da CPI houve várias outras oitivas que desmentiram, que contrariaram tudo o que aquele cidadão da Friboi declarou, e aí chegamos à conclusão que houve realmente a cartelização.

Foi lido o relatório na Comissão, na CPI, hoje o Deputado Lazinho passou em torno de 30, 40 minutos nessa Tribuna lendo o relatório, inclusive interrompeu por duas vezes porque os Deputados, os que não estavam no telefone celular estavam com conversa paralela que atrapalhava até a leitura do relatório, e depois de tudo isso, na hora que se vota e aprova o relatório da CPI, tem alguém protestando?! Ora! Eu mesmo sou, particularmente, contra a CPI, naturalmente eu sou contra por quê? Porque praticamente todas as CPIs no Brasil inteiro, aqui não é diferente, sempre se transformam ou num instrumento de vingança, ou num instrumento de barganha, ou num instrumento de promoção pessoal. De maneira nenhuma eu vi nessa CPI, e por isso aceitei fazer parte dela, nenhuma espetacularização, nada midiático para chamar a atenção e o relator ou o Presidente querer levar vantagem na mídia. Então, foi uma CPI que atingiu sim os seus objetivos, mesmo sem a teatralização que a gente vê em outras CPIs o relator e o Presidente sempre levando vantagem a respeito disso. Daí eu ser, repito contra particularmente toda a CPI. Tenho a consciência tranquila que só aceitei fazer parte dessa CPI porque vi a seriedade dos Deputados com a relação a essa CPI. Então, eu acho que não cabe nenhum, o relatório está aí para quem quiser ler, até o cidadão comum, por mais comum que seja ele pode ter acesso a esse relatório, nós não podemos negar. Agora, o que nos cabe, o que cabe à CPI, o que cabe ao relator e o Presidente é encaminhar aos órgãos competentes, como o Deputado Lazinho frisou, é o Ministério Público Estadual, principalmente o Ministério Público Estadual, também foi encaminhado para o Ministério Público Federal, é claro que em cima do relatório o Ministério Público Estadual e o Federal vão poder tomar as atitudes que precisar. Nós também não podemos, e aí é lamentável, sequer pressionar o Ministério Público para tomar essa ou aquela atitude porque eles são livres para agir do jeito que tiver.

Então, não cabe aqui, de maneira nenhuma, essa discussão. Eu acho totalmente desnecessária e aí coloca sob suspeita uma coisa que durante 90 dias foi feito com o maior esmero, com a maior seriedade. Então, eu quero deixar aqui as minhas colocações para que não pare nenhuma dúvida a respeito dessa CPI. A CPI está feita, o relatório está aí muito bem elaborado, tanto pelo relator, pelo Presidente e pelos técnicos que acompanharam todo esse trabalho. Por isso que não merece nenhuma suspeita. Essa é a minha opinião. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, eu só queria, Deputado Ribamar, eu só queria dizer, primeiro, Deputado Adelino, eu até estranhei quando o Deputado Adelino levou para esse lado, quando se fala que a CPI no Brasil vira em pizza não é acusando ninguém, não, e quando eu cito aqui que a CPI não deu nem um garrote e nem um bezerro porque eu estou falando com relação à Friboi que é uma coisa *monstrona* e não deu

nada. Mas não, Deputado Adelino, eu nem vou falar Vossa Excelência, que é uma pessoa que eu respeito demais, mas como Vossa Excelência é todo encenqueiro, e o senhor ficar, eu não vou nem citar, nessa Comissão tinha, nessa Comissão que está morrendo agora tinha o meu companheiro Marcelino Tenório, que é um dos Deputados que eu mais respeito e admiro nesta Casa, e o Ribamar Araújo, que é uma das pessoas que não cabe qualquer suspeita sobre nada, entendeu, Dr. Ribamar? O nosso companheiro Lazinho, o Laerte, em momento algum! O Lebrão. O que eu estou querendo dizer aqui, isso aqui não quer dizer que eu deixe de mudar a minha opinião sobre esse relatório, esse relatório aqui, Adelino, se for para nós fazermos CPI para fazer esse tipo de relatório, é melhor nós não fazermos, que nós estamos fazendo vergonha! Porque CPI mesmo para dar alguma coisa não é fácil, porque foi feito um reboiço como se essa Friboi fosse, como é que chama, o anti-Cristo, a besta fera que tivesse em Rondônia. E a gente sabe que, porque saber que ele manipula e tem mando no país inteiro nessa questão dos frigoríficos, quem é que não sabe disso? O cara nem aqui veio, e principalmente nós não temos poder de polícia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ele veio sim, o Vice-Presidente do FRIBOI a nível nacional esteve presente, sim, todo mundo que quis assistir, assistiu e eu achei ruim ...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, para concluir...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quando o senhor falou que tinha virado uma vaca, um bezerro, então eu achei uma falta de respeito...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, mas eu estou falando não no sentido de falar da decência de todos os membros da Comissão, não falei nesse sentido. O que eu falei, o Ribamar falou muito bem aqui, que ele é contra e eu também, eu há muito tempo que eu sou contra CPI por causa disso, porque é muito difícil. Isso aqui foram ouvidas 40 testemunhas, isso aqui era para ter um processo grande, cara, e nós não temos poder de polícia, principalmente por isso. Não adianta nós fazermos CPI para enfrentar grupos poderosos como esses aí se nós não temos poder de Polícia para nós ficarmos, talvez, até passando um pouco como ridículo, o Ministério Público vê um relatório desse aqui, vai dizer: *poxa, que relatório?* Apesar que eu vou dar uma olhada ainda e vou voltar a falar nele outro dia. Obrigado, e desculpe, Adelino, que não é isso, jamais eu vou pensar isso de Vossa Excelência, principalmente do meu companheiro, do meu amigo pernambucano, do Ribamar e do Laerte, e de todos aqui, eu não tenho nada para acusar nenhum companheiro aqui de desonestidade.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente...

SR. LAERTE GOMES – Uma Questão de Ordem aqui. Só informar, nós recebemos um comunicado da UNALE, nós fazemos parte da diretoria, avisar aos nobres Deputados que as inscrições irão até o dia 23/05, já confirmaram como palestrantes no evento da UNALE anual que será em Aracaju, Sergipe, o Ministro Ronaldo Nogueira; o Ministro do STF, Dias Toffoli; o

ex-presidente do STF Joaquim Barbosa e o Ministro do TCU, Augusto Nardes. Só para comunicar aos companheiros, recebi da UNALE que vai ser importante e vai reunir, com certeza, legisladores do Brasil inteiro.

(Às 19h23min o senhor Edson Martins passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já lido, eu só quero na minha fala dizer aos colegas da CPI: eu sei que os Deputados fizeram a parte deles como membros desta CPI, eu acho que foi de grande importância. A CPI, se ela não tivesse acontecido, hoje nós não tínhamos pelo menos melhorado o preço do gado, algum valor significado, porque se não tivesse esta Casa tomado providência em nada, não feito nada, o boi hoje estaria em torno de cento e quinze reais, cento e vinte reais na marra. O restante do Brasil caiu a arroba do boi, enquanto a arroba do boi estava lá de cento e cinquenta e cinco reais, aqui estava de cento e quinze; nós chegamos a cento e trinta reais agora há poucos dias a arroba do boi e lá em São Paulo, que é o mercado que dá o equilíbrio na arroba do boi, baixou em torno de cento e cinquenta reais. Ainda não está bom, Deputado Ribamar, não está bom e eles têm como melhorar e parece que principalmente a Friboi tem como birra, porque ele se sente poderoso, a coisa para ele até hoje foi muito fácil, pegar o dinheiro do BNDES, comprar algumas plantas no nosso Estado, no país, Deputado Airton, ir gastar o dinheiro do povo é muito fácil, agora com o dinheiro do povo é fácil fazer a graça e é isso que eles têm feito e tido a vantagem de ser um grande frigorífico e de gerar bastante emprego, ter o incentivo de 85%, incentivando, podendo não pagar imposto, paga apenas 15% de impostos.

Então, nós vendemos os bezerros que são criados aqui em Rondônia, o ICMS aumentou porque o dinheiro do bezerro hoje dá mais dinheiro do que o dinheiro do boi. Porque o boi tem o incentivo de 85%, o bezerro não tem nada de incentivo. E com a mexida que nós demos, que esta Casa deu a sugestão à SEFIN, ao Governo do Estado que baixasse a pauta do boi, que baixasse a pauta da vaca e do bezerro, isso fez que desse uma livre negociação para que o produtor pudesse vender para outro Estado e isso aconteceu, o seu Mário Português, por exemplo, vendeu o boi em São Paulo de cento e cinquenta e quatro reais, pagou pauta cheia porque ele tem incentivo, que é o produtor rural, pagou o frete e ainda livre na arroba do boi cento e trinta e um reais. Isso fez, Deputado Adelino...

O SR. LAERTE GOMES – Um aproveitamento de 54% na carcaça...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Fez que nos desse liberdade para que o produtor rural pudesse ter livre arbítrio da sua negociação do seu gado para outro Estado. Enquanto estava a pauta como era antes, lá em cima, não tinha como o produtor rural vender para os Estados vizinhos e assim muitos fizeram, muitos estão fazendo, muitos estão vendendo os bezerros, porque se não estivesse vendendo esses bezerros hoje para São Paulo, o preço do nosso aqui estaria bem abaixo de mil reais. Então, tudo isso foi o efeito, que esta

Casa fez com sua CPI, com o trabalho envolvendo os pecuaristas, envolvendo as Associações de Pecuaristas, o *Grito da Pecuária* que também se envolveu, que surgiu de uma sessão debatida nesta Casa. Então, Deputado Laerte, o efeito foi positivo e vai ser mais, até porque agora a CPI fez todo o apanhado e constatou o que está certo e o que está errado, principalmente constando aí o cartel, quando nós falávamos que tinha o cartel, Deputado Luizinho, e alguém dizia dos proprietários que não existia cartel e está comprovado que tem um cartel, que é composto e controlado pela Friboi, que não só faz isso aqui em Rondônia, mas faz em outros Estados. E eu tenho certeza, porque eu recebi alguns recados para que a gente pudesse acabar com esta CPI, eu não quis passar para Comissão, porque sabia que a CPI interferia no mercado internacional da carne da Friboi. E nós não vamos parar. Esta Casa não pode calar se eles continuarem fazendo o que estão fazendo, as providências tem que ser tomadas pelo MP, pelo Governo do Estado, constatando tudo isso que vem constando.

Então, Deputado Laerte, a Casa vai encaminhar um relatório para o Governo do Estado, vai encaminhar um relatório para o MP e vai encaminhar um relatório para Brasília, para que a gente possa, com o Ministério Público Federal, todos os órgãos, Bancada Federal, Tribunal de Contas, isso tudo vai ser encaminhado e todas as providências esta Casa já tomou e vai continuar fazendo para que nós eliminemos esse cartel que vem acontecendo no Estado. Com isso, nós vamos aumentar o nosso ICMS, nós vamos aumentar o recurso do nosso produtor rural que está sendo lesado, que o nosso produtor está sendo lesado, se esta Casa não fizer nada e se não fizesse nada, o que seria do nosso produtor rural? O que seria do pequeno e médio produtor que vinha realmente passando por uma circunstância tão grande como essa, vendendo bezerro de oitocentos reais, e sequer tinha comprador. Eu lembro que eu estava um dia em Buritis, Deputado Alex Redano, logo que nós fizemos aquela visita, entregando aqueles equipamentos, o produtor falou: *'Deputado faça alguma coisa, porque o bezerro branco nós já estamos vendendo a oitocentos reais, e o bezerro de cor sequer tem comprador'*. E esta Casa, de imediato tomou todas as providências e hoje vende o bezerro de mil e cem reais, arroba de boi, que era de cento e quinze, chegou a cento e trinta. E nós vamos continuar de olho porque já está constatado que a Friboi comprou com dinheiro público, com dinheiro do BNDES, com dinheiro nosso, os frigoríficos têm aí nove plantas que foram filmadas, autorizada por esta Casa, e autorizada pela Comissão da CPI, e vai estar no relatório, as plantas que foram fechadas e que foram compradas para eliminar a concorrência, estas estão todas no relatório. As coisas não acontecem de um dia para o outro, mas começa assim, como nós estamos fazendo aqui hoje com esta CPI, com mais de sessenta dias que estamos trabalhando, noventa dias, noventa dias, dedicando todas as semanas, ouvido essas pessoas para que a gente possa dar um basta dar um basta nessas empresas, Deputado Edson Martins.

Outra coisa, eu não acredito que o Michel Temer vá deixar a Friboi fazendo de conta que o BNDES é um banco da Friboi. Eles hoje sentam na cadeira do BNDES e eles despacham lá, por quê? Porque eles ajudaram mais de 70% da bancada federal, ajudaram mais de 70% dos governos de Estado, e eles têm o controle da classe política. Mas eu já vi algumas

notas do próprio Presidente Michel Temer, e ele falando que vai acabar com a caixa preta do BNDES, principalmente desses empréstimos milionários do exterior, esses empréstimos que é emprestado para a Friboi, que estava alguns anos quebrado, falido, que se encostou ao BNDES, com apoio político, apoio de alguém que está sem mandato hoje, de alguém muito forte e que abriu as portas do BNDES para estar hoje extorquindo e causando grande prejuízo para o produtor e para o Estado de Rondônia e para o Brasil.

Então, aqui fica, Deputado Laerte, Deputado Lebrão, Deputado Ribamar, Deputado Adelino e Deputado Lazinho, nós vamos fazer os encaminhamentos, a Mesa Diretora, e nós queremos respostas, nós queremos acompanhar qual vai ser o trâmite desse relatório da CPI, que todos os órgãos competentes possam tomar conhecimento e tomar providências do que está acontecendo de errado. Então, a Assembleia, o que ela pôde fazer, o que está ao nosso alcance como Poder Legislativo, com os nossos limites, eu tenho certeza, estou consciente que Vossa Excelência fez na Comissão da CPI e o restante agora é com os órgãos competentes e nós podemos acompanhar e fiscalizar, que este é o papel deste Poder.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só... Deputado Jesuíno, pode...

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Questão de Ordem. Nós aqui, conforme o Regimento Interno, artigo 34, diz o seguinte: *"Ao término do trabalho, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, e encaminhará à Mesa para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução, ou indicação que será incluída em Ordem do Dia dentro de duas sessões"*.

Eu vejo aqui uma situação, é competência nossa, perfeito o relatório, atento, mas aqui nas folhas 59, alínea c, diz o seguinte, e aí, como bem disse na sua fala, competência desta Casa, eu entendo que é da nossa competência. Alínea d: *indica ao Governo do Estado a necessidade de taxaço de utilização de capacidade de abate total das plantas frigoríficos do Estado; competência desta Casa, pacificado pelo próprio Supremo Tribunal Federal*. Então, nós iremos criar uma lei que taxa. Então, aqui, neste exato momento coloco ao Plenário que nós, não é para indicar o Governo, competência desta Casa iniciar um processo legislativo para taxar as plantas frigoríficas do Estado de Rondônia. Alínea e: *indica o governo do Estado de Rondônia a necessidade de formalização de ações que apoiem e incentivem a pecuária bovina propiciando abertura de pequenos frigoríficos no Estado*. Também poderemos iniciar um projeto de lei que o Governo encaminhe à devida Comissão pertinente. Qualquer frigorífico que for, que vir para o Estado deve passar pelo crivo desta Casa, que é o nosso, é o órgão maior é o Legislativo. Alínea e: *ao governo do Estado a necessidade de formalização de ações que apoiem e incentivem a pecuária bovina propiciando abertura de pequenos frigoríficos no Estado*. Também a mesma situação, o mesmo projeto de lei, faça também a devida formalização. Alínea f: *indica ao governo do Estado que seja viabilizado monitoramento dos estoques mensais do rebanho e abate mensal*. Também uma lei. Então, e alínea g: *indica do governo do Estado que seja verificada a liberação das pequenas plantas de abate (sa-*

nidade animal e concessão SIF, SIE, SIM e outros) garantindo um mercado mais concorrente.

Então, Presidente, aí é um indicativo nosso, não é matéria do Governador, cabe a esta Casa legislar sobre tais assuntos. Então, eu só queria que fizesse aí a Comissão, o relator que nós pudéssemos, neste exato momento, se o Governo não encaminhar a devida propositura de indicação, que esta Casa inicie um processo legislativo com esses apontamentos, que é de suma importância para garantir aquilo que nós estamos...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Um aparte, Deputado. Por isso que tem já destinado uma cópia para a Comissão de Agricultura, para começarmos a estudar isso. A Comissão de Agricultura já está destinado uma cópia para que a gente discuta lá na Comissão de Agricultura e surja essas reivindicações, aquilo que nós conseguimos resolver aqui nesta Casa. E provocar o Governo naquilo que for dele. Mas a parte nossa, nós vamos discutir dentro da Comissão. Por isso que tem uma cópia já destinada oficialmente para a Comissão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Certo. Então, ficou consignado então na ata, então, aqui nesse registro, que quero dizer que tem que registrar então que a Comissão se responsabiliza em fazer os devidos apontamentos na alínea **c**, alínea **d**, **e f**. Eu entendo, aí pode passar que nós entendemos que isso é matéria de nossa competência.

Era isso que eu queria falar, Presidente.

O SR. LARTE GOMES – Senhor Presidente, só para acrescentar o que Vossa Excelência falou, que o trabalho da CPI, que eu acredito que o relatório final foi o resumo do que foi tratado durante o período que a CPI esteve atuando e eu tenho certeza que a CPI fez o que foi possível fazer. Fez o que foi possível, o que tivemos documentos em mãos, e agora, logicamente que esse trabalho, esse relatório, que deve ser analisado por todos os Deputados, eu acho que cada Parlamentar deveria receber uma cópia, Presidente, encaminhar para cada Parlamentar, que tem o direito de avaliar e analisar. Também vai ser encaminhado agora ao Ministério Público Federal, ao CADE, ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Contas, à bancada federal, ao Governo, às Comissões pertinentes, mas foi um trabalho que a gente, durante todo esse tempo todo mundo se dedicou, que todo mundo procurou fazer o melhor, que não teve nem um momento só qualquer dúvida de conduta de qualquer membro da CPI, eu acho que isso foi importante. Porque antigamente, quando se falava em CPI, se falava em negociata, se falava nisso e aquilo outro. Não houve um comentário sequer sobre isso. Então, acho que foi importante. Como o Deputado, o Presidente Maurão colocou, eu acho que a ação que a Assembleia fez, Presidente, sob a sua liderança, na questão de discutir com o Governo a baixa da pauta, do boi gordo, mas principalmente de bezerros, foi que fez hoje nosso bezerro estar a mil e cinquenta mil e cem reais. Isso, Presidente, essa venda, negociação de bezerro é o que tem fomentado muito o comércio das pequenas e médias cidades hoje, devido aos compradores, tanto de São Paulo, de Minas, de Goiás, de vários Estado. Logicamente que o desafio maior, Deputado Léo, esse dano que é feito pela Friboi, principalmente onde vai lá compra as unidades e fecha. Eu defendo que no momento de crise que

nós estamos vivenciando, aonde o Governo Federal, com esse novo governo do Presidente Michel Temer, e o antigo governo da Presidente Dilma falava em aumentar impostos, vários governos estaduais falam em aumentar impostos, eu não concordo com isso, que a gente percebe que são tantas grandes empresas que têm isenção de 85, 90% de impostos. Quanto às pequenas empresas e o comércio local não têm isenção de nada, pagam imposto sim. Então, eu acho, Deputado Edson, que deveria se baixar essa alíquota de isenção, como foi falado aqui, o Frigorífico, a Friboi com 85% de isenção, se baixa essa alíquota, porque a Friboi tem a isenção de 85%, o frigorífico menor não tem isenção de nada, e você vai ao supermercado o preço da casa é o mesmo, tanto da Friboi que tem a isenção, como do frigorífico que não tem isenção. Então, Deputado Adelino, já concedo...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Teria que só acabar com essa briga entre os Estados, porque essa competição entre os Estados que acaba fazendo essa...

O SR. LAERTE GOMES – Então, logicamente, aqui dentro do Estado a gente vê isso. Eu conheço frigorífico em Ji-Paraná que não tem isenção, que vende no comércio local, e você vai lá nos frigoríficos que tem isenção e o preço da carne é o mesmo preço. Então se percebe, Deputado Presidente Maurão, que essa diferença de imposto é para o bolso do empresário, por isso que essas empresas, Deputado Lazinho, são essa potência que são. Então, eu acho que o Governo precisa olhar com olhos diferenciados. Ah, a Friboi vai embora de Rondônia. Fazer o quê? Outros virão, nós temos o que é rico que é a matéria prima, que é o boi verde, que é o boi que é criado a pasto. Então, queria deixar essa contribuição. Eu vi o Haroldo aqui, o Haroldo estava aqui agora, o Haroldo foi quem assessorou juntamente com a sua assessora lá do gabinete. Parabenizá-los pela assessoria que deram à CPI, por toda a equipe que esteve participando desta CPI e que entregou esse relatório. Que se não foi aquilo que muitos esperavam, mas que foi o possível fazer, com decência e com dignidade.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, o Deputado Jesuíno aqui está propondo, e eu estou conversando com o Manvailer aqui para nós propormos uma proposta, ver a questão jurídica aqui da Casa, questão de legalidade. Os frigoríficos, por exemplo, vou dar um exemplo aqui da Friboi. A Friboi, que tem 10 frigoríficos, aí ele vê o concorrente ali, ele compra e fecha o frigorífico. Para ele ter o incentivo ele não pode comprar o frigorífico e fechar. Se ele comprar, ele perde todos os outros. Eu acho que nós teríamos que, se nós pudermos, se a Casa couber essa penalidade, nós temos que propor nesta Casa. Se não o Governo tem que encaminhar. Eu queria...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – É por isso, Presidente, que está no relatório que o Governo deve rever a forma de regular essa isenção fiscal. Essa é uma atitude que cabe a nós, cabe a proposição ao Governo. O que está claro é que a isenção fiscal, o Estado não está tendo benefício nenhum. Não está ganhando nada com isso...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não está ganhando nada com isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O produtor não está ganhando nada com isso, o consumidor não está ganhando nada com isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quem está ganhando são os frigoríficos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A troca de dizer que é a troca dos empregos que se dá a isenção também não é porque o Governo do Estado pega a isenção e paga o salário dos nove mil funcionários, porque a isenção fiscal dá para pagar os salários dos 9.000 funcionários. É isso que está no relatório.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – E do jeito que está comprando frigorífico e fechando aqui, o produtor rural pode vender direto, pode vender direto que ele ganha mais. Que aí o Estado não vai estar perdendo ICMS.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria pedir desculpas por eu ter levantado toda essa discussão e dizer que realmente, realmente eu me equivoquei. Porque, olhe, nem o FBI conseguia descobrir que a Friboi tinha Cartel, monopólio em Rondônia. Realmente foi uma descoberta fantástica da Comissão, Deputado Adelino. É um negócio impressionante, uma CPI para dizer que a Friboi é Cartel e monopólio em Rondônia. É, realmente essa foi boa. Por isso eu peço desculpas por ter duvidado da CPI.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, Presidente Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, Deputado Hermínio. Ô Deputado Hermínio, isso já está claro, o povo de Rondônia não é só os Deputados, já sabe que isso é um Cartel, porque está tudo combinado. Agora, a CPI ela é a única que tem poder de colocar no papel, de denúncia, é o poder de denunciar. Então, o efeito positivo, o Deputado Léo foi da CPI porque ela realmente colocou no papel está fazendo esta denúncia e confirmando, confirmando que há o Cartel da Friboi aqui em Rondônia. Então agora os órgãos competentes, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas, o Governo do Estado que está dando esse incentivo em cima das provas que tem aqui, Deputado Léo, em cima das provas que estão aqui escritas, ouvidas, eles vão averiguar. Porque na verdade aqui foram ouvidos proprietários de frigoríficos e os próprios proprietários confirmaram aqui, confirmaram que existia um Cartel. O único que negou aqui foi da Friboi que teve coragem de mentir à vontade.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Eu só queria falar um pouquinho sobre a questão dessa CPI, que eu acho muito grave, Presidente, a questão dessas plantas de frigoríficos que as vezes estão fechadas no Estado. Eu tenho certeza que muitas dessas plantas ou todas essas plantas de frigoríficos que estão fechadas são construídas com dinheiro público, todas elas são construídas com dinheiro público, são recursos do BNDES, por isso, Presidente, eu não sei se foi apontado também como irregularidade nessa CPI a questão dessas construções desses frigoríficos com recurso público que estão fechados, isso é um absurdo, eu acho que deveria ser encaminhado também, Deputado Adelino, ao Ministério Público Federal para que fossem investigadas todas as plantas de frigoríficos que estão fechadas, Deputado Laerte, que pudesse ser investigada a origem do dinheiro que foi realmente aplicado. Parece que as pessoas já apresentam um projeto para construir um frigorífico para levar vantagem na construção e depois vender e continuar esse monopólio e recurso público ali investido milhões e milhões e parada a obra. Então, eu gostaria que fosse também encaminhado esse relatório para o Ministério Público Federal para que realmente apurasse a origem do recurso, que eu tenho certeza que é do BNDES, do Governo Federal. Seriam essas minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES - Presidente, vamos votar as matérias. Presidente, vamos votar agora.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Presidente, só mais 30 segundos, só 30 segundos. Eu só queria dizer o seguinte, eu vou dar uma olhada aqui se a CPI levantou, porque a Friboi não montou nenhum frigorífico aqui neste Estado e nem outro empresário dono de frigorífico montou nenhum frigorífico aqui em Rondônia sem autorização do Estado, inclusive todos eles tinham concessão, e eu quero saber se a CPI está responsável dizendo a culpa no Estado, se o Estado errou, ou algum funcionário, alguém se corrompeu, o que é que tem? Porque a Friboi não veio para cá, chegou aqui na marra e entrou. Alguém autorizou ele entrar aqui, inclusive com 85% de isenção de ICMS, isso aqui não fala do Governo de Estado uma vírgula, fala do homem, todo mundo sabe que a Friboi manda em tudo, manda porque banca a maioria dos governadores nas campanhas deles, dos Deputados federais e Senadores e não era isso que a gente queria saber.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu estou estranhando V. Exª defendendo a Friboi, estou desconfiado já, que negócio é esse?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Hermínio, inclusive já foi até conversado com o Secretário de Fazenda para reestudar esses incentivos, porque hoje praticamente todos os frigoríficos que têm desossa recebem automaticamente isenção, porque o Estado do Mato Grosso também dá, os outros Estados, essa competição dos Estados é que faz acontecer e muitas vezes o Estado tem que estudar, inclusive o Secretário de Fazenda nós conversamos de sentar com a Assembleia, inclusive lá na Comissão de Agricultura ou aqui no Plenário para discutir

essa situação, mas nós hoje estamos trabalhando em cima da legislação atual que infelizmente dá essas brechas e não tem como penalizar em cima disso. Mas é uma maneira, já ouvindo as pessoas, nós já levantamos isso que tem que ser questionada essa lei e ser discutida, acho que junto com o pessoal da Secretaria de Fazenda do Estado, mas a observação é válida, mas infelizmente a legislação é hoje praticamente há muitos anos, desde que criou essa isenção automática dada aos frigoríficos, quem não tem desossa é 57% de incentivo, quem tem desossa 85%.

O SR. LÉO MORAES - Presidente, vamos seguir a pauta, Ordem do Dia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo 061/16. Solicito ao Deputado Jesuíno Boabaid emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 061/2016, de autoria do Deputado Léo Moraes. Susta os efeitos do Decreto 20.858, de 09 de maio de 2016.

Presidente, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes. Isso já foi acordado inclusive com o próprio Governo que iria sustar, então a gente está só cumprindo o que foi falado com os sindicatos e o Governo vai encaminhar, se for necessário, aí com as adequações pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Sr. líder, V. Exª está sabendo desse acordo?

O SR. LÉO MORAES - Coloca em votação, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o parecer do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em discussão única e votação o Projeto de Decreto Legislativo 061/2016. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 184/2015, DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo, em locais visíveis de todos os pontos de venda de bebidas alcoólicas no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Solicito ao Deputado, da Comissão de Justiça aqui para emitir o parecer do Projeto de Lei 184/15.

Deputado Adelino, para emitir o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 184/15. Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo, em locais visíveis de

todos os pontos de venda de bebidas alcoólicas no Estado de Rondônia.

Já tinha o parecer da Comissão, mas, como foi emendado, aí nós estamos dando o parecer pelas Comissões pertinentes com a Emenda, pela Emenda, porque o próprio Projeto já tinha o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, mas estamos dando o parecer favorável acatando a Emenda do Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Parecer favorável do Deputado Adelino com Emenda, acatando as Emendas. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer com Emenda.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 184/15, com Emendas. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 343/16 DA DEPUTADA GLAUCIONE. Dispõe sobre a coleta obrigatória de sangue do cordão umbilical nos hospitais obstétricos do SUS no Estado para dosagem de mercúrio.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O Projeto encontra-se sem parecer.

Solicito ao Deputado Adelino para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O Projeto de Lei 343/16 da Deputada Glaucione. Dispõe sobre a coleta obrigatória de sangue do cordão umbilical nos hospitais obstétricos do SUS no Estado de Rondônia para dosagem de mercúrio.

Senhores Deputados, sou de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, parabenizando a Deputada Glaucione pela iniciativa, o Projeto é muito importante. Favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do Deputado Adelino Follador pelas Comissões pertinentes. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei 343/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 399/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 080. Acrescenta § 4º ao art. 12, da Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013, que "regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia, mediante convênios financeiros, contratos de repasse e termos de cooperação e dá outras providências".

O SR. JESUÍNO BOABALD – Presidente, Presidente, por gentileza, peça ao Secretário para repetir com calma, pausadamente. Vamos de novo com calma, repita, por favor.

Vossa Excelência vai fazer a leitura? Eu quero entender. Se Vossa Excelência fizer a leitura.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Sr. Presidente, atendendo ao pedido do Deputado Jesuíno.

- PROJETO DE LEI 399/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 080. Acrescenta § 4º ao art. 12 da Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013, que “regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia, mediante convênios financeiros, contratos de repasse e termos de cooperação e dá outras providências”.

O SR. JESUÍNO BOABALD – Obrigado Secretário, obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deu para ouvir, Deputado?

O Projeto encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino emitir parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 399/16 do Poder Executivo/Mensagem 080.

Eu sou de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, com Emenda, acatando a Emenda pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABALD – Deputado Edson, eu gostaria que Vossa Excelência fizesse a justificativa do Projeto na discussão que Vossa Excelência vai colocar agora, até para a gente justificar o motivo que esse Projeto está sendo colocado em pauta.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, passo a palavra ao Deputado Edson Martins para discutir o Projeto.

O SR. EDSON MARTINS – Sr. Presidente, para discutir o parecer?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, esse projeto, ele é um projeto que regulamenta a questão de celebração de convênios, Deputados. Os municípios que não têm regularização fundiária, Nova Mamoré, o Distrito de União Bandeirantes, Rio Pardo, eles não podem ser construídos, investido recurso público em construção porque a lei 3307 ela exige que precisa que o município tenha escritura pública, documento no cartório de imóvel, e aí os municípios ficam impossibilitados de construir uma escola, um posto de saúde. Nesse caso, eu fui atrás desde a semana passada para que pudesse alterar a lei, não é que eu esteja legislando em causa própria, que eu estou legislando na causa da população lá do distrito de Jacinópolis, que é uma população sofrida. E eu coloquei uma emenda lá no distrito de Jacinópolis de trezentos mil reais para construir um posto de saúde que é para os primeiros socorros, que eu estive lá esses dias e as pessoas estavam deitadas na calçada, lá

no sol quente, com malária. E esse convênio, esse recurso está empenhado desde de dezembro, é um recurso ainda do orçamento de 2015 e está empenhado, está lá na PGE para celebrar o convênio e não roda o convênio porque a lei não permite porque lá não tem escritura pública, e eles pediram, ficou com uma pendência no projeto. E a semana passada, no entendimento com o Dr. Juraci, que é o Procurador Geral, eu pedi a eles que apresentassem, porque se eu fosse apresentar aqui a alteração ela teria vício de iniciativa, Mas eles entenderam que era importante e apresentaram essa alteração na lei, que foi uma propositura nossa para que pudessem os municípios e distritos onde não tem, Deputado Aécio, a regularização fundiária, que se considerasse um processo em andamento junto aos órgãos de regularização, *Terra Legal*, o INCRA e tudo mais.

Na verdade, a redação veio como *Terra Legal*, o Deputado Jesuíno, também com o seu entendimento, colaborou e apresentou uma emenda, que onde se ler “*Terra Legal*” leia-se “*todos os órgãos de regularização fundiária*”, que possa ser rural ou urbana, que possa ser considerado um documento em andamento, um processo junto aos órgãos de regularização fundiária.

Então, seria esse o entendimento, a alteração dessa lei, para aproveitar esse recurso. E já conversei com mais alguns Deputados aqui, inclusive Deputado Jesuíno diz que tem recurso que está tendo dificuldade em ser aplicado lá no município e distrito por falta de documento de regularização fundiária da área. Então, seria essa a explicação, a justificativa para alteração da lei 3307. Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente? Esse projeto, está de parabéns o Deputado Edson por ter buscado essa alternativa e também lá em Jacinópolis estão construindo o quartel de mutirão, a comunidade, inclusive passaram as fotos aqui o pessoal fazendo mutirão e também o posto de saúde, que estão preocupados, inclusive até fazer de mutirão se não desse a liberação, se não resolver. Então, essa lei, se resolver essa situação, vai ser muito boa para muitos municípios, principalmente aqui Bandeirantes, esses municípios que tem, Campo Novo, esse problema também, vários municípios aí.

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem, Presidente? Eu quero também parabenizar o Deputado Edson Martins porque a gente tem visto que esse problema é um problema que aflije todo canto. Aqui em Porto Velho, por exemplo, a gente tem combatido em muitas escolas para colocar emendas, algumas escolas elas também têm dificuldade nessa documentação, algumas áreas pertencem à União, outras pertencem ao município e tem dificultado bastante para construir nessas escolas. Então, é uma lei importante, vai ajudar muito, vai beneficiar grandemente a população que precisa tanto dessas emendas e dessas construções, nesses órgãos, nessas Secretarias de Estado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer. Não havendo quem quera discutir, em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto com emenda 399/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 390/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 071. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 52.223.783,45, em favor das Unidades Orçamentárias Tribunal de Contas do Estado – TCE e Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - O projeto encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, trata-se de Projeto de autoria do Poder Executivo, Mensagem 071, Projeto de Lei 390/16. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 52.223.783,45, em favor das Unidades Orçamentárias Tribunal de Contas do Estado – TCE e Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI.

O nosso parecer, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes, com a emenda, pela técnica e redação, legalidade e constitucionalidade, é de parecer favorável.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, Questão de Ordem. Conforme o Regimento Interno, no artigo 53, eu solicito pedido de vista.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto do Tribunal de Contas?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Esse aí.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, Questão de Ordem. Eu só gostaria de cumprimentar...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas vou retirar, Senhor Presidente, para nós votarmos logo.

O SR. EDSON MARTINS – Em nome do Ricardo, Delegado, pelo serviço prestado lá no município de Urupá, cumprimentar os policiais civis e parabenizar aí pela reivindicação mais justa que vocês fazem, o Plano de Carreira de vocês.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Eu quero só que o relator faça a explanação do projeto, como foi feito, como foi elaborado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já ficou dois dias com Vossa Excelência, Deputado Jesuíno.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Como se trata do orçamento do próprio Tribunal, cabe a ele a aplicação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer, acatando a emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

1ª Discussão o Projeto de Lei 390/16, com emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o projeto.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 396/16 DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Isenta de pagamento de taxa a emissão de segunda via de documentos danificados ou extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei de autoria do Deputado Ailton Gurgacz. Está sem parecer. Solicito ao Deputado Jesuíno para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, trata-se do Projeto de Lei 396/16, autor Deputado Ailton Gurgacz. Isenta de pagamento de taxa a emissão de segunda via de documentos danificados ou extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

(Às 20h07min o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAI - Em discussão. Eu vou discutir da seguinte forma. Esse projeto tramitou e aí eu quero fazer a devida ressalva. Tramitou nas Comissões, eu pedi o arquivamento por conta que havia mentira falada por diversas vezes se torna realidade. E a gente buscou um conhecimento técnico jurídico, me debrucei sobre o tema, eu pedi que fosse analisada a questão do entendimento dos Superiores Tribunais e aí sim, não há renúncia de receita, Deputado, e é matéria sim de competência desta Casa Legislativa quanto à questão dessas isenções. Motivo pelo qual qualquer Deputado pode iniciar um processo legislativo conforme dispõe tal matéria, que é questão de isenção, isso não é renúncia de receita, inclusive a própria repercussão geral, foi o Ministro Barroso, ele traz no seu voto em repercussão geral, foi tratado no Supremo Tribunal Federal, que não é competência do Executivo. Motivo pelo qual é sim constitucional, caso o Governo vete, esta Casa pode derrubar o Veto e nós iremos discutir se for necessário, se entrarem com ADIN no Supremo Tribunal Federal.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão ainda o parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª Discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 380/16 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Declara de utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Alto Paraíso – ACIAP, no município de Alto Paraíso – RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 380/16, já se encontra com parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Senhor Presidente, requeiro à Mesa, nos termos do § único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei 184/

15; Projeto de Lei 343/16; Projeto de Lei 380/16; Projeto de Lei 390/16; Projeto de Lei 396/16; Projeto de Lei 399/16.

Plenário das Deliberações, 17/05/2016. Deputado Cleiton Roque.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação o requerimento do ilustre Deputado Cleiton Roque. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Não há mais matérias, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos as matérias em segunda discussão votadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 10 minutos)

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 011/2016/PPP/ALE/RO

Processo Administrativo nº 13716/2015-33

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000 e inciso VI do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005, **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade a **Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de vigilância eletrônica, serviços de instalação e configuração do Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo (CFTV)**, tendo como vencedora a empresa **TROPICO TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP** – inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.997.143/0001-07, no valor de R\$ 97.548,84, por estar em conformidade com as normas legais: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, Resolução ALE 152/2007 e Lei nº 8.666/93.

Porto Velho/RO, 10 de junho de 2016.

Maria Marilu do Rosário de Barrs Silveira

Secretaria Geral Adjunta - ALE/RO